

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

CAIO RAGAZZI PAULI SIMÃO

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO
CAMPO DA EDUCAÇÃO: UMA LACUNA A SER PREENCHIDA?

FLORIANÓPOLIS
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

CAIO RAGAZZI PAULI SIMÃO

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO
CAMPO DA EDUCAÇÃO: UMA LACUNA A SER PREENCHIDA?

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Educação, apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Educação, do Centro de
Ciências da Educação, da Universidade
Federal de Santa Catarina.

Linha de Investigação: Trabalho e
Educação

Orientadora: Nise Maria Tavares Jinkings

FLORIANÓPOLIS
2015

CAIO RAGAZZI PAULI SIMÃO

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA NO
CAMPO DA EDUCAÇÃO: UMA LACUNA A SER PREENCHIDA?

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Educação, apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Educação, do Centro de
Ciências da Educação, da Universidade
Federal de Santa Catarina.

ORIENTADORA:

Prof^ª. Dr^a. Nise Maria Tavares Jinkings
Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^a. Andréia Galvão
Universidade Estadual de Campinas - São Paulo/SP

Prof. Dr. Lucídio Bianchetti
Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC

Prof. Dr. Mauro Tilton
Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC

SUPLENTE:

Prof^ª. Dr^a. Célia Regina Vendramini
Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os militantes do Movimento Estudantil.
Que esta pequena contribuição para sua compreensão
seja útil nas futuras lutas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àqueles que estiveram comigo desde o princípio. Mãe e pai, obrigado por todo o apoio; por proverem as condições materiais sem as quais o caminho até o ensino superior seria muito mais difícil, quiçá impossível; e pela eterna disposição de escutar e discutir ideias que a vocês parecem muito estranhas, jamais podendo o espírito inquisidor. Este texto é, antes de tudo, resultado do trabalho de vocês ao longo dos últimos 30 anos.

Agradeço à professora Nise Maria Tavares Jinkings pela orientação ao longo da produção desta dissertação. Aos professores Mauro Tilton e Paulo Sérgio Tumolo, pelas críticas rigorosas realizadas a meu projeto de pesquisa em sua banca de qualificação; o dispêndio de tempo para criticar com rigor é, a meu ver, o maior sinal de respeito no meio acadêmico. Novamente ao professor Mauro Tilton, bem como ao professor Lucídio Bianchetti e às professoras Andréia Galvão e Célia Regina Vendramini, por terem aceitado compor a banca de defesa desta dissertação.

Agradeço aos professores e colegas do TMT – Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho – pela calorosa acolhida com que me receberam no grupo, e pelos proveitosos estudos dos quais me permitiram participar.

Agradeço a todos os companheiros e companheiras de luta do movimento estudantil universitário, no qual militei durante a maior parte de minha trajetória na Universidade Federal de Santa Catarina. Citar apenas alguns de vocês seria um desrespeito aos demais. Todos contribuíram de alguma forma com minha formação acadêmica e política, de maneiras que jamais pensei possíveis ao ingressar nesta instituição.

Agradeço à amada Luciana, muito mais que cônjuge, companheira de luta e de vida. Sem tua força, teu humor, tua paciência, tua visão, tudo seria muito mais difícil, e teria muito menos graça. Obrigado pelo apoio que me deu, particularmente em dois momentos cruciais, que em muito dificultaram este percurso: o problema de saúde que enfrentei no início de 2014 e meu ingresso no quadro de servidores da UFSC, no meio do mesmo ano. Obrigado pelo rico intercâmbio de ideias ao longo destes anos de mestrados – o meu e o teu –, pelas inúmeras leituras de meus escritos, e pela revisão final desta dissertação. Tuas ideias imbricaram-se de tal forma a este texto que não considero exagero afirmar que, sem você, ele não existiria. Finalmente, obrigado

por caminhar ao meu lado, tornando mais leves as passadas sobre caminhos por vezes tão espinhosos.

Por fim, agradeço a todos os trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial àqueles tantas vezes esquecidos: os Técnicos Administrativos em Educação e os terceirizados. Seu trabalho, muitas vezes invisível aos estudantes e aos docentes, é o que verdadeiramente mantém esta instituição funcionando.

A primeira condição para modificar a realidade
consiste em conhecê-la.

Eduardo Galeano

RESUMO

Esta pesquisa constitui investigação da produção acadêmica nacional, no campo da educação, sobre o movimento estudantil universitário e secundarista no Brasil, entre os anos 1979 e 2014. Foram pesquisados 12 periódicos do campo de educação, o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o banco de teses e dissertações da CAPES. Foram pesquisados também dois periódicos brasileiros do campo das Ciências Sociais, um periódico brasileiro do campo da História e cinco periódicos brasileiros do campo teórico do marxismo.

Os objetivos da pesquisa e sua metodologia foram pensados a partir da concepção de Dermeval Saviani sobre dissertações de mestrado como monografias de base, cuja função é organizar o conhecimento produzido sobre determinado assunto em uma área da ciência.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da leitura dos resumos das publicações nos periódicos pesquisados, da pesquisa de palavras-chaves nos bancos de dados da CAPES, e da leitura integral dos textos encontrados que abordaram o movimento estudantil. Como método de análise, utilizou-se do materialismo dialético e do materialismo histórico para traçar algumas hipóteses relacionando a história da atuação do movimento estudantil na política brasileira e o desenvolvimento das publicações a respeito do mesmo movimento.

Os periódicos pesquisados publicaram, no período, 14.661 textos, cujos resumos foram analisados. Levando-se em conta os resultados da pesquisa nos bancos de dados da CAPES, 1.969 textos foram selecionados, daqueles 14.661, para análise de conteúdo. Encontraram-se, ao final, 124 textos em que se estudou o movimento estudantil, dos quais 33 situam-se no campo de conhecimento da educação.

Além da análise do conteúdo desses textos, levantaram-se algumas hipóteses explicativas da baixa ocorrência de produções acadêmicas sobre a temática no campo da educação, a partir da análise da própria natureza do movimento estudantil e de seus loci de atuação: as instituições de ensino médio e superior.

Palavras-chave: Movimento estudantil, levantamento bibliográfico, educação.

ABSTRACT

This research constitutes an investigation of the national academic production in the field of education on the subject of college and high-school student movement in Brazil, between 1979 and 2014. Twelve journals in the field of education were researched, in addition to the journal database and bank of theses and dissertations of the Improvement Coordination of Higher Education Personnel (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES). Two journals in the field of Social Sciences, a journal in the field of History and five journals in the theoretical field of Marxism were also researched.

The research objectives and methodology were based on Dermeval Saviani's conception on dissertations as base monographs, whose function is to organize the knowledge produced on a particular given subject in an area of science.

The bibliographical survey was carried out by reading the abstracts of publications in the journals surveyed; by searching keywords in the CAPES' databases; and by the integral reading of the encountered texts that addressed the student movement. The analysis method used based on dialectical materialism and historical materialism, to draw some hypotheses relating the history of the student movement's actions in Brazilian politics and the development of publications about the movement.

The researched journals published, in the period, 14,661 texts, whose abstracts were read. Taking into account the results of research in the CAPES' databases, 1,969 texts were selected from those 14,661, for content analysis. 124 texts were found which studied the student movement, of which 33 are located in the field of education.

Besides the analysis of the content of the texts, some explanatory hypotheses were made on the low occurrence of academic production on the subject in the field of education, based on the analysis of the nature of the student movement and their loci of action: the high schools and colleges in Brazil.

Keywords: Student movement, bibliographical survey, education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5 - Ato-Institucional número cinco
AID - Agency for International Development
Andes-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Anel - Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre
Anpocs - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Anpuh - Associação Nacional dos Professores Universitários de História
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPF - Centro Acadêmico Paulo Freire
Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE - Conselho Nacional de Educação
Coned - Congresso Nacional de Educação
Conlute - Coordenação Nacional de Lutas Estudantis
Consed - Conselho Nacional de Secretários Estaduais
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DA - Diretório Acadêmico
DCE - Diretório Central dos Estudantes
EaD - Educação à Distância
Fasubra - Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FED - Federal Reserve System
Fies - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento
Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GED - Gratificação e Estímulo à Docência
GTRU - Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”
Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME - Movimento Estudantil

MEC - Ministério da Educação
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG - Organização Não Governamental
Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
Paeg - Programa de Ação Econômica do Governo
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
Planfor - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnac - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
Proep - Programa de Expansão da Educação Profissional
Pronacampo - Programa Nacional de Educação no Campo
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni - Programa Universidade para Todos
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais
RBH - Revista Brasileira de História
Reuni - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Sefor - Secretaria de Formação Profissional
TCH - Teoria do Capital Humano
Ubes - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UEE - União Estadual dos Estudantes
UJS - União da Juventude Socialista
Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNE - União Nacional dos Estudantes
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USAID - United States Agency for International Development
USP - Universidade de São Paulo

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 01 - Número de produções pesquisadas por periódico (1979-1989)	062
Gráfico 02 - Produções consultadas em relação às produções selecionadas (1979-1989)	063
Gráfico 03 - Distribuição dos temas contabilizados dentre as produções selecionadas (1979-1989).....	065
Gráfico 04 - Ocorrência das temáticas nas fontes pesquisadas (1979-1989)	066
Quadro 01 - Textos encontrados discutindo movimento estudantil (1979-1989)	068
Gráfico 05 - Número de produções pesquisadas por periódico (1990-2002)	092
Gráfico 06 - Produções consultadas em relação às produções selecionadas (1990-2002)	094
Gráfico 07 - Distribuição dos temas contabilizados dentre as produções selecionadas (1990-2002)	094
Gráfico 08 - Ocorrência das temáticas nas fontes pesquisadas (1990-2002)	096
Quadro 02 - Textos encontrados discutindo movimento estudantil (1990-2002)	098
Gráfico 09 - Número de produções pesquisadas por periódico (2003-2014)	118
Gráfico 10 - Produções consultadas em relação às produções selecionadas (2003-2014)	120
Gráfico 11 - Distribuição dos temas contabilizados dentre as produções selecionadas (2003-2014)	121
Gráfico 12 - Distribuição das sub-temáticas abordadas pelos textos de periódicos da educação que discutem “movimentos sociais” (2003-2014)	122
Gráfico 13 - Ocorrência das temáticas nas fontes pesquisadas	123
Quadro 03 - Textos encontrados discutindo movimento estudantil (2003-2014)	125
Gráfico 14 - Distribuição do número de publicações por ano (2003-2014)	139
Gráfico 15 - Distribuição da produção bibliográfica por área do conhecimento (2003-2014)	140
Gráfico 16 - Distribuição da publicação de artigos em periódicos por área do conhecimento (2003-2014)	141

Gráfico 17 - Distribuição dos períodos históricos em que se estudou o movimento estudantil	142
Gráfico 18 - Distribuição de sub-temáticas nos estudos sobre o movimento estudantil (2003-2014)	144
Gráfico 19 - Quantidade de publicações pesquisadas por periódico (1979-2014)	147
Gráfico 20 - Quantidade de publicações selecionadas por periódico (1979-2014)	148

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	023
INTRODUÇÃO.....	025
Definição do objeto e justificativa da pesquisa	025
Método e metodologia	035
Sobre o enfoque analítico e o método no materialismo dialético ...	035
Metodologia da pesquisa	040
 1. ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO 1979-1989	 047
1.1 Contextualização histórica do período	047
1.1.1 Período marcado pela repressão militar	048
1.1.2 O processo de abertura política	054
1.1.3 O movimento estudantil nas décadas de 1970 e 1980	058
1.2 A produção científica nas fontes pesquisadas no período 1979-1989	061
1.2.1 Análise preliminar dos dados	063
1.2.2 Análise do conteúdo dos textos sobre o movimento estudantil	067
1.2.3 Conclusões preliminares sobre o período	077
 2. ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO 1990-2002	 079
2.1 Contextualização histórica do período	079
2.1.1 Collor e FHC – a investida neoliberal	079
2.1.2 Educação profissional no período	085
2.1.3 Educação superior no período	088
2.1.4 O movimento estudantil nos anos 1990 a 2002	090
2.2 A produção científica nas fontes pesquisadas no período 1990-2002	091
2.2.1 Análise preliminar dos dados	091
2.2.2 Análise do conteúdo dos textos sobre o movimento estudantil	097
 3. ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO 2003 – 2014 ...	 105
3.1 Contextualização histórica do período	105
3.1.1 As políticas educacionais no período	107

3.1.2 Educação superior no período	109
3.2 O movimento estudantil nos anos 2003 a 2014	115
3.3 A produção científica nas fontes pesquisadas no período 2003 – 2014	117
3.3.1 Análise preliminar dos dados	117
3.3.2 Análise do conteúdo dos textos sobre o movimento estudantil	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	153

APRESENTAÇÃO

O objetivo original desta pesquisa era, partindo de uma análise da história política do movimento estudantil brasileiro (ME) – tanto da intervenção na política nacional por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE), como da sua atuação local na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – construir uma reflexão crítica do papel das organizações estudantis enquanto formadoras políticas da juventude brasileira.

Pretendia responder as seguintes perguntas norteadoras: *De que forma o movimento estudantil, nacionalmente e na Universidade Federal de Santa Catarina, pensa e age sobre a formação crítica, política e teórica do corpo discente das universidades e instituições de educação secundárias? Na conjuntura atual do país, pode o movimento estudantil constituir importante fator de transformação social?*

Ao longo do curso do mestrado, porém, defrontei-me com problemas que levaram a um redimensionamento da pesquisa. Em primeiro lugar foi-me apontado, na banca de qualificação, que as questões sobre as quais propunha debruçar-me eram demasiado complexas e amplas para uma dissertação de mestrado, e que a pesquisa deveria ter um foco mais preciso dentro da temática, sob o risco de resultar em um estudo vago ou superficial.

Ademais, como demonstrarei, deparei-me com uma carência significativa de produção acadêmica sobre o objeto que pretendia estudar, particularmente no campo da educação. Diante de tal panorama, decidi retroceder minhas ambições iniciais, e avaliar a possibilidade da realização de uma pesquisa de base sobre o tema.

Para Saviani (1991), a formulação do problema de pesquisa e delimitação do objeto tratado em uma dissertação de mestrado devem ser realizados conforme o estágio do conhecimento em que se encontra a temática estudada. O autor também defende, no mesmo texto, a realização de dissertações de mestrado na forma de *monografias de base*:

Monografia de base é, em consequência, um estudo do tipo indicado que organiza as informações disponíveis sobre determinado assunto, preparando o terreno para estudos mais amplos e aprofundados. A ideia que se sugere é, pois, a de se pensar as dissertações como incidindo sobre temas relevantes ainda não

suficientemente explorados, cabendo ao mestrando a tarefa de realizar um levantamento, o mais completo possível, das informações disponíveis, organizá-las segundo critérios lógico-metodológicos adequados e redigir o texto correspondente que permitirá o acesso ágil ao assunto tratado. A existência dessas monografias de base permitirá ao estudante de doutorado ou a um pesquisador mais experiente realizar, a partir das informações primárias já devidamente organizadas, sínteses de amplo alcance que seriam inviáveis ou demandariam um tempo excessivo sem esse trabalho preliminar consubstanciado nas assim chamadas monografias de base (SAVIANI, 1991, p. 164-165).

Durante o levantamento bibliográfico, decidi por expandir a proposta da pesquisa, indo além de uma mera sistematização comentada da literatura disponível sobre o movimento estudantil na área da educação. Particularmente, moveu-me o desejo de compreender o motivo da reduzida bibliografia produzida sobre o assunto, ao invés de simplesmente constatar e descrevê-la. Assim, me propus a não apenas listar e comentar a literatura encontrada sobre a temática, mas a tecer uma análise crítica sobre as histórias do movimento estudantil no Brasil e da produção acadêmica sobre o movimento estudantil no país na área da educação.

Espero sinceramente que os resultados apresentados sejam úteis para futuros estudiosos do assunto.

INTRODUÇÃO

Definição do objeto e justificativa da pesquisa

O sentido da ‘batalha das ideias’ é precisamente este: demonstrar que há vida depois do neoliberalismo, que outro mundo é possível e que a história, contudo, não disse sua última palavra.

Atilio Borón

A epígrafe acima sintetiza a motivação do autor desta dissertação. Na atual conjuntura histórica, em que a esquerda radical se encontra fragmentada e em refluxo, mundialmente (JACOBY, 2001; MÉSZAROS, 2010) e em nosso país (IASI, 2013), disputando entre si diferentes perspectivas teóricas e decorrentes estratégias e táticas políticas, parece-me urgente a necessidade de debruçarmo-nos sobre a realidade e refinarmos nossas análises. Não apenas para chegarmos a uma melhor compreensão da totalidade das relações sociais, mas para que dela derivem renovados planos de ação política, tendo como horizonte a superação das contradições essenciais do modo capitalista de produção da vida. É neste espírito que abro, ciente de meus próprios limites como pesquisador iniciante, minha dissertação.

A despeito da insistência de defensores do neoliberalismo, notoriamente Francis Fukuyama (1992), em afirmar que a democracia liberal e o liberalismo econômico representam o ápice da evolução sociocultural da humanidade, ao ponto de seu advento marcar o “fim da história” da luta de classes, até o observador mais desavisado pôde perceber que, nos últimos anos, o mundo passa por momentos difíceis. As recentes manifestações e revoltas ocorridas por todo o Brasil lembram-nos de que as massas trabalhadoras - a despeito da dificuldade dos partidos organizados legitimarem-se como sua direção - percebem, de diferentes formas, as contradições que o capitalismo lhes coloca cotidianamente¹.

1 Este texto teve sua redação iniciada em 2013, durante o começo do ciclo de manifestações populares comumente denominadas “Jornadas de Junho”, enquanto grande parte da intelectualidade brasileira buscava compreender o sentido político daquele momento. Levando-se em conta a falta de consequência política das Jornadas de Junho, bem como o teor político de direita das maiores manifestações populares pós-eleições presidenciais de 2014, permanece a constatação de que a população trabalhadora é capaz de perceber e reagir às contradições do capitalismo. Entretanto, a significação dada a essas contradições e às possibilidades de sua superação é bastante diversa, e sujeita à ação de poderosos agentes formadores, desde os

A recente crise capitalista, cujos efeitos mais intensos começaram a ser sentidos em 2007, com a explosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos da América, espalhando-se pelo mundo a partir de 2008, não é, segundo Mészáros (2011), uma “mera” crise financeira periódica/conjuntural, como afirmam os jornais apologeticos do capitalismo global, e sim uma crise estrutural profunda. Segundo o autor, esta crise possui caráter universal – não se restringindo a uma só esfera do sistema econômico –, alcance global e continuidade permanente, afetando o capitalismo em sua totalidade. Em contraste com uma crise conjuntural, que pode, com alguns sacrifícios, mais ou menos severos – e cujos efeitos tradicionalmente recaem majoritariamente sobre a classe trabalhadora² – ser resolvida dentro dos parâmetros do próprio sistema capitalista, a resolução desta crise estrutural perpassa necessariamente uma reorganização do sistema em sua totalidade.

Não cabe, dado o escopo deste texto, adentrar nos pormenores da análise de Mészáros sobre a atual crise. Ela serve-nos, entretanto, para reafirmar as proposições de críticos contemporâneos do capitalismo, como Žižek (2011), Borón (2007), Saviani (2010) e o próprio Mészáros (2002 e 2005) – fazendo eco, por sua vez, a autores clássicos do marxismo, entre os quais Florestan Fernandes (2009), Lenin (1979), e o próprio Marx (2003) –, sobre a incapacidade do sistema capitalista de enfrentar e resolver os problemas e desafios decorrentes de seu próprio funcionamento. Esses problemas e desafios não são de pequena ordem, incluindo a exploração da força de trabalho, o desemprego, a miséria e a fome, a marginalização e a exclusão social de grande parte da população mundial. Logo, sua resolução deve ser assunto de primeira importância, bem como a compreensão teórica que possibilite, por meio de uma análise profunda da maneira como está organizada a sociedade, pensar tal resolução e formular propostas de ação sobre ela.

movimentos sociais à mídia massificada. A atual conjuntura política nacional apenas reforça a motivação do autor em compreender o papel dos movimentos sociais na formação humana e política da classe trabalhadora.

2 Devido a proliferação de compreensões distintas do termo “classe trabalhadora”, esclareço que trabalho, ao longo deste texto, com uma definição ampliada de classe trabalhadora, conforme formulada por Antunes (2000) e Mattos (2013). Essencialmente, essa definição engloba a totalidade dos sujeitos que sobrevivem da venda de sua força de trabalho. Essa conceituação não pretende vulgarizar a categoria por sua generalização, senão conferir-lhe a organicidade necessária para que possa ser resignificada conforme a mutabilidade da organização do trabalho dentro do capitalismo ao longo da história e em cada conjuntura específica que um pesquisador se proponha a analisar.

Essa constatação é de suma importância para justificar a escolha da tradição teórico-prática do marxismo neste trabalho. Uma vez que as tentativas teóricas e políticas de reforma do capitalismo, inclusive as da esquerda socialdemocrata, mostraram-se, em última instância, ineficazes como estratégia política para superação deste sistema econômico-político (JACOBY, 2001, MÉSZÁROS, 2002), que outro corpo teórico, senão o marxismo, propõe a tarefa histórica de pensar e realizar transformações estruturais na ordem mundial?

A opção por trabalhar com o marxismo não é apenas política, entretanto. É relevante também ressaltar o que Borón chamou de “a não usual capacidade que este *corpus* teórico [o marxismo] demonstrou para enriquecer-se em correspondência com o desenvolvimento histórico das sociedades e das lutas pela emancipação dos explorados e oprimidos pelo sistema.” (BORÓN et al., 2007, p. 29). A concepção epistemológico-metodológica de Marx, o materialismo dialético, propõe estrita unidade entre teoria e a realidade concreta que pretende compreender, em sua totalidade, possibilitando ao marxismo recriar-se conforme o desenvolvimento histórico, sem cair no anacronismo ou no dogmatismo, como o acusam de fazer seus muitos críticos. Conforme afirma Florestan Fernandes, contundentemente:

No interior de uma posição marxista coerente, a *crise* [do marxismo] é um processo normal e necessário – e não pressupõe a negação das “ideias de Marx”. Se se considera que Marx investigou não só o capitalismo de sua época, mas as condições objetivas de produção e da reprodução da acumulação capitalista acelerada, só seria possível negar as “suas ideias” se o capitalismo se tivesse tornado o avesso de si próprio, ou seja, se a mais-valia relativa, a manipulação econômica, social e política do exército industrial de reserva, a concentração e a centralização do capital, as classes e a dominação de classe, etc. tivessem desaparecido. Ora, isso não ocorreu. [...] Portanto, ao contrário do que pensam os adeptos do reformismo “democrático”, a necessidade da revolução contra o capital nem desapareceu para sempre, graças às “reformas capitalistas do capitalismo”, nem se atenuou ou foi vergada pelo novo sistema de poder mundial do capitalismo. [...] O que importa: a “verdadeira

revolução” cresce juntamente com a modernização e a internacionalização do capital; a contrarrevolução ativa ou reativa o seu contrário, o que faz com que hoje o marxismo seja tão verdadeiro e ameaçador na esfera da *práxis*, quanto na da teoria (FERNANDES, 2009, p. 9, grifos do autor)³.

Essas características da tradição marxista – seu propósito transformador radical, sua epistemologia e metodologia críticas e versáteis que lhes permitem reinventar-se sem abrir mão de seus “fundamentos básicos”, a indissociabilidade que propõe entre teoria e prática, bem como sua capacidade de apreender a realidade em sua totalidade – tornam-na a ferramenta mais adequada para estudar a realidade e nela intervir.

Feitas estas colocações iniciais, a proposta desta pesquisa é constituir uma etapa na construção de conhecimento sobre o movimento estudantil (ME) brasileiro. Definirei a seguir esse objeto, para então, justificar a relevância de seu estudo por meio de uma breve análise conceitual e histórica.

Numa primeira aproximação do fenômeno, o movimento estudantil pode ser definido como o conjunto de organizações políticas cujos quadros são compostos majoritariamente por estudantes do ensino médio e superior, e que têm como seus principais *loci* de organização e atuação as instituições de ensino.

Tal definição pode parecer, à primeira vista, suficiente, mas apresenta alguns problemas conceituais que podem levar a compreensões equivocadas do fenômeno. Paiva (2011) observa que o termo “movimento estudantil”, não obstante sua ampla utilização na militância de estudantes, é pouco discutido teoricamente na literatura acadêmica, levando a um esvaziamento de seu conteúdo, na medida em que é utilizado indiscriminadamente para referir-se a qualquer mobilização política estudantil. Faz-se necessário, portanto, precisar melhor o que se entende por “movimento estudantil” neste texto.

3 Não obstante o vigor que Florestan demonstra nessa passagem, e com que muitos autores contemporâneos defendem a necessidade do retorno ao marxismo como corrente teórico-política, é evidente, conforme afirma Jacoby (2001), que o marxismo atualmente luta para se recuperar de sua derrocada após a decadência do “socialismo real” soviético na segunda metade do século XX, e das consequentes políticas de intensificação de exploração e precarização do trabalho no sistema capitalista. Esse panorama torna ainda mais premente a proliferação de trabalhos dentro dessa perspectiva.

Como ressalva inicial, há que se esclarecer que, não obstante o uso do termo no singular, o movimento estudantil é composto por uma multitude de organizações – com e sem vínculos partidários – e por estudantes que não se vinculam formalmente à organização alguma, mas que exercem a militância convergindo ou divergindo das organizações, dependendo da pauta em questão. Decorre disso uma expressiva pluralidade de posições políticas – de esquerda e de direita – e de formas de atuação dentro do movimento estudantil, existindo em constante tensionamento (Bringel, 2009). Tendo em vista essa pluralidade, Paiva (2011) sugere o uso do termo no plural – “movimentos estudantis”. Discordo desse posicionamento, e utilizarei ao longo deste texto o termo no singular, uma vez que, a despeito da diversidade interna nas formas de organização e atuação política estudantil, prevalecem características em comum que as definem enquanto fenômeno. Vejamos.

Em termos de sua composição, o movimento estudantil é formado, naturalmente, por estudantes, sejam do ensino médio, sejam do nível superior, tanto de instituições de ensino privadas quanto públicas, mas principalmente destas últimas. Decorre-se desse fato que a maioria dos sujeitos que nele atuam são jovens (Ianni, 1963; Poerner, 1995). Não se trata, entretanto, de todo e qualquer o jovem, e sim da parcela da juventude brasileira que tem acesso às instituições de ensino superior⁴. Segundo Paiva (2011), a porcentagem de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos de idade que, em 2008, estudava em instituições de ensino públicas ou privadas era de apenas 13,7%. Assim, a composição do movimento estudantil é marcada não apenas por um recorte etário, mas também por um recorte de classe, sendo a maior parte de seus membros oriundos da classe média (FORACCHI, 1977; MARTINS FILHO, 1986; BRINGEL, 2009)⁵.

Para Martins Filho (1986), é preciso levar em conta o duplo caráter dessa condição de estudante – jovem, e de classe média – para compreender-se o movimento estudantil. O autor aponta o equívoco tanto em considerar-se a radicalidade do estudante fruto prioritariamente

4 O próprio movimento secundarista atua com maior força nos colégios de aplicação vinculados às universidades públicas (POERNER, 1995). Entretanto, o número de estudos recentes dedicados ao movimento secundarista brasileiro é praticamente nulo (SCHMITT, 2011), não havendo dados atualizados sobre o perfil do militante secundarista.

5 A conceituação de classe média não é consensual dentro do marxismo, havendo historicamente discordâncias sobre o tema (TRÓPIA, 2008). Considerarei, para fins desta análise, classe média como o estrato da sociedade composto tanto por setores da classe trabalhadora assalariada encarregados de funções de controle e de organização da produção capitalista como por profissionais liberais de diversos ofícios (FERNANDES, 1968).

dos conflitos geracionais característicos da juventude (Ianni, 1963; Poerner 1995), quanto ignorar que, para esses jovens de classe média, o momento da juventude é aquele em que projetam a sua inserção na sociedade, por meio da aspiração a uma carreira, ou seja, a um papel específico na organização do trabalho na sociedade.

Acrescente-se ainda o fato de que as próprias instituições de ensino em que estudam não são neutras, e sim reprodutoras da ordem social, e fica evidente a complexidade das relações que agem sobre esses sujeitos. Nas palavras de Rossanda (1970, p. 216 *apud* MARTINS FILHO, 1986, p. 18): "É sob seu duplo aspecto de participante de um mecanismo de exploração e objeto de um mecanismo de proletarianização que se situa a natureza real do estudante".

Se a estrutura universitária não pretende oferecer a seus estudantes os meios para perceberem as funções para quê são preparados, não obstante sua estrutura de funcionamento resulta em contradições que podem levar à tomada de consciência sobre sua realidade. Iasi (2011) descreve a consciência como um processo por meio do qual um sujeito cria representações subjetivas da realidade concreta que experiencia. Ao atribuir ao fenômeno da consciência dimensão processual, ressalta o caráter dialético de seu desenvolvimento: o sujeito constantemente ressignifica suas representações da realidade, processo mediado pela própria vivência com outros sujeitos, nos moldes das estruturas sociais vigentes em determinado momento histórico, como a família, a escola e o trabalho.

Essas mediações, em geral, não ocorrem de forma a capacitar os homens a formarem uma visão crítica do mundo à sua volta. Pelo contrário, como tais mediações ocorrem dentro dos limites das estruturas sociais moldadas pelo modo de produção capitalista, são carregadas da ideologia da classe dominante, e tendem a levar o sujeito a formar uma visão ocasional e desagregada da realidade, o que Gramsci chamou de "senso comum" (GRAMSCI, 1978 *apud* IASI, 2011; SCHLESENER, 2001), e Iasi (2011), de "primeira forma de consciência".

Essa primeira forma de consciência caracteriza-se pela alienação em relação ao modo de produção da vida vigente. Além de desconhecer seu funcionamento, o sujeito "o estranha" - no sentido hegeliano do termo, *Entfremdung* - ou seja, não vê o modo de produção capitalista como organização social historicamente produzida pelo próprio homem, mas sim como forma social natural, atemporal e inquestionável (BORGES, 1998). No âmbito global das relações em uma sociedade, essa forma de consciência se expressa em uma classe subalterna incapaz

de produzir sua própria ideologia e seu próprio projeto de sociedade, e que toma as ideias da classe dominante – as ideias de sua própria dominação –, bem como as relações de classe correspondentes a essas ideias, como se fossem suas.

Cabe esclarecer que, se prevalecem em minha análise termos como “consciência”, “ideias” e “ideologia”, de forma alguma desconsidero o fato de que a alienação, nas palavras de Rubin (1987, p. 73) “é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social”. Assim, segundo o autor, a ilusão em torno da operação e infalibilidade do modo de produção capitalista é resultante concreta da forma essencial como as relações sociais de produção organizam-se no modo capitalista, não apenas consequência de uma “grande mentira” conjurada magicamente pela classe detentora do poder. O próprio Iasi (2011), retomando a base materialista da teoria marxista adverte que o conceito de ideologia não se limita a um conjunto de ideias que são transmitidas às pessoas pelos meios de difusão de informação de uma classe dominante; essas ideias necessitam ser correspondidas na vivência concreta dentro das relações sociais de produção. Assim, a ideologia de uma classe dominante universaliza-se “fundamentalmente pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes” (IASI, 2011, p. 21).

Se na primeira forma de consciência estão dadas as condições para a dominação de uma classe por outra, também nela apresentam-se as possibilidades de reconstrução crítica da visão de mundo dos homens. Afinal, se a consciência cria representações mentais da organização social de um modo de produção, e se um modo de produção, por ser historicamente determinado, está em movimento constante de transformação (BRAVERMAN, 1987; ANTUNES, 2000), logo a consciência também precisa constantemente ressignificar suas representações para adequá-las às modificações concretas da realidade à sua volta. E é nesse processo de constante reconstrução de seus esquemas representativos que o sujeito se depara com as contradições internas essenciais e conjunturais do modo de produção capitalista e da ideologia que o legitima.

Voltando ao exemplo do estudante de graduação, a vivência universitária contemporânea o coloca em contato com uma série de contradições relativas a seu funcionamento, e reflexas das contradições da organização do próprio modo de produção. O estudante acredita que um diploma é garantia de um posto de trabalho qualificado, mas escuta de seus colegas que já se formaram que não há vagas no mercado de

trabalho. O estudante escuta que a universidade se coloca a tarefa de melhorar a sociedade, mas depara-se na prática com uma política de extensão sucateada que, quando funciona, o faz na forma de ações em sua maioria de caráter assistencialista e efêmero. Tampouco compreende por que, se a instituição propõe-se a resolver as mazelas da sociedade brasileira, não consta em seu currículo disciplinas que discutam tais questões, como a fome, o subdesenvolvimento, a precarização do trabalho, a violência urbana, a criminalização dos movimentos sociais. Esse mesmo estudante fica confuso ao deparar-se com os mecanismos burocráticos e autoritários da hierarquia universitária, pois já leu que a mesma supostamente funciona segundo os princípios democráticos. Ao ingressar na pós-graduação, fica perplexo ao constatar que a presumida autonomia para pesquisa é tolhida pela lógica produtivista ditada pelos órgãos de fomento à pesquisa.

Segundo Iasi (2011), o confronto do sujeito com contradições como as citadas acima é vivida inicialmente como um conflito subjetivo individual que, além de gerar uma série de reações emocionais adversas, como angústia e ansiedade, impõe a necessidade de uma modificação dos esquemas representativos. Tal modificação pode tomar formas variadas, sem significar um salto qualitativo da consciência, como, por exemplo, a formulação de explicações simplistas para lidar com as contradições, de soluções individuais, ou mesmo a revolta individual, que pode resultar numa breve tentativa de compreensão e superação das contradições (inevitavelmente fadada ao fracasso, já que se tratam de questões demasiado complexas para serem compreendidas e solucionadas individualmente), seguida de desânimo e conformação. Em todos os exemplos, o conflito subjetivo resolve-se nos termos da primeira forma de consciência, sem que haja uma transformação na essência crítica da forma como o sujeito enxerga o mundo.

Em certas condições, a vivência desse conflito subjetivo pode levar a um salto qualitativo na forma como a consciência elabora o mundo à sua volta. Para Iasi (2011), a vivência coletiva do confronto com as contradições é condição essencial para que tal salto ocorra. A vivência coletiva possibilita, por meio do debate, possibilidades muito maiores de questionamento e compreensão do mundo, e, na intervenção conjunta, possibilidades efetivas de ação contra problemas identificados e eventuais transformações da realidade. Esse movimento de mudança qualitativo é descrito por diversos autores marxistas: Gramsci (apud COUTINHO, 2011) nomeia-o “passagem do senso comum ao bom senso”; Iasi (2011) refere-se à “passagem da primeira à segunda forma de consciência”. Independente do termo utilizado, é constante o caráter

coletivo e organizado dessa forma crítica de consciência e ação no mundo.

O reconhecimento da essência contraditória das universidades, resultado da vivência das contradições que a expressam, leva os estudantes a organizarem-se politicamente. Há, portanto, condições objetivas dentro da Universidade para que os discentes tomem consciência de sua condição de “sendo preparados para a exploração”.

Contemplar o padrão vigente para sua carreira almejada permite ao estudante formular a crítica ao padrão profissional. Para Martins Filho (1986), a tendência inicial da organização estudantil é mobilizar-se em torno de pautas corporativistas, que envolvem a melhoria de suas próprias perspectivas de formação profissional, visando sua futura carreira. Entretanto, é a identificação das contradições que agem sob os estudantes durante o processo de projeção de seu futuro profissional que possibilita aos mesmos transcender os interesses meramente corporativos e construir uma consciência de classe:

Através das reivindicações voltadas para a carreira, criam-se as condições para que o jovem visualize os limites sociais colocados à sua ação, compreendendo-os como limitações de classe. Abre-se aí o caminho para a percepção de que seu futuro, como o de sua classe de origem, é incerto e instável. (...) Na origem do radicalismo do estudante, estariam os ressentimentos e as aspirações frustradas da classe média ascendente. (MARTINS FILHO, 1986, p. 19-20).

Assim, lutas por pautas internas e imediatas têm o potencial de se articularem com questões de âmbito social mais amplo, questionando a própria organização das políticas educacionais no país, e seu papel na reprodução das relações sociais de produção. É pertinente retomar uma citação de Engels bastante elucidativa do conteúdo classista – nem sempre imediatamente aparente, mesmo para seus próprios membros – das relações que atravessam o movimento estudantil:

[...] todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara da luta de classes entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por

seu turno, condicionados pelo desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente [...] (ENGELS, 1997, p. 18 *apud* FERRARO, 2011, p. 110).

Da condição de jovem, estudante e de classe média – retrato do militante estudantil médio – decorrem também outras características do movimento estudantil.

Bringel (2009) aponta como o caráter transitório da condição estudantil afeta diretamente o movimento. Os estudantes permanecem estudantes, em geral, por não mais do que alguns anos, após os quais deixam as instituições de ensino. Assim, as lutas estudantis tendem a focar objetivos específicos que possam ser resolvidos em curto prazo. Essa transitoriedade da condição estudantil também dificulta o acúmulo do que o autor chama de “capital militante” (p. 102), uma vez que os militantes mais experientes tendem a não manter os vínculos com o movimento após desligarem-se das instituições de ensino. Essa constante renovação de quadros resulta também, segundo o autor, numa organização variável, com diferentes graus de estruturas e organicidade.

Finalmente, Bringel (2009) destaca o fato de que, frequentemente, os membros do movimento estudantil pertencem a outros movimentos sociais ou partidos políticos, uma vez que a transitoriedade é um impeditivo para a formação de uma identidade coletiva profunda dentre os estudantes. Isso acaba por fragmentar o próprio movimento em grupos menores ligados a questões específicas, que podem convergir ou divergir entre si, a depender da conjuntura. Daí resulta a já mencionada pluralidade interna do movimento.

Perante todas essas peculiaridades do movimento estudantil, cabe caracterizá-lo como um movimento social? Boneti (2007, p. 56 *apud* Ferraro, 2011, p.108) define movimento social como “uma manifestação coletiva de protesto, de reivindicação, luta armada ou um processo educativo, com o objetivo de interferir na ordem social”. Já Gohn (2006) conceitua os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil, levando a transformações na sociedade.

Trabalhando nessa perspectiva, Bringel (2009) entende que o movimento estudantil contemporâneo é um movimento social, sendo que suas singularidades o encaixam dentro da categoria denominada *novos movimentos sociais* (GOHN, 2006). Os novos movimentos sociais

diferem das formas tradicionais de organização coletiva da luta – partidos e sindicatos são exemplos clássicos – buscando maneiras originais de intervir politicamente sobre a realidade.

Melhor definido o movimento estudantil, e esclarecido seu papel enquanto movimento social que intervém majoritariamente nas políticas de educação, e atua dentro dos espaços institucionalizados de ensino (e no caso das universidades, de pesquisa e extensão), entendo que é necessário compreender que conhecimento científico a academia produziu até hoje sobre esse movimento tão próximo a ela.

Ademais, dado o vínculo estreito entre as organizações estudantis e as instituições produtoras de conhecimento que as abrigam; as recentes políticas de ampliação do acesso da população às universidades, que possivelmente modificarão a composição de classe do corpo estudantil dessas instituições; e a atuação de influências partidárias no movimento estudantil, faz-se necessário estudar com maior profundidade seu papel na esquerda política brasileira, particularmente entre a juventude.

Dada a relação estreita entre as universidades e o movimento estudantil, imaginei, a princípio, que encontraria uma sistematização relativamente recente da produção do conhecimento sobre o movimento estudantil. Como a tarefa ainda não havia sido realizada, me propus a fazê-lo, conforme já explanado na apresentação deste texto.

Método e metodologia

Para justificar a forma como estruturei a metodologia da pesquisa, faz-se necessário primeiro uma exposição da acepção sobre o método de análise da realidade no campo do materialismo dialético.

Sobre o enfoque analítico e o método no materialismo dialético

Em termos gerais, a pesquisa qualitativa nas ciências humanas tem como pressuposto subsidiar, por meio de técnicas e métodos, estudos que buscam compreender questões relativas ao âmbito social, na tentativa de descrever e explicar os fenômenos observados (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992).

A rigor, Marx não se dedicou a explicar detalhadamente um método de análise da realidade, mas é possível extrair de seus textos uma forma de lidar com a realidade e o conhecimento (BITTAR; FERREIRA JR., 2009, MARX, 2011a). Dentro do materialismo dialético, é essencial compreender os fenômenos singulares em sua relação dialética com o universal, ou seja, com a totalidade de relações

existentes na realidade. Assim, um fenômeno não existe isoladamente, mas sim em determinado contexto histórico, social, geográfico, e não pode ser compreendido senão na relação que estabelece com esse contexto.

Kopnin (1978) define o método como um meio de obtenção de determinados resultados no conhecimento e na prática. Segundo o autor, todo método compreende o conhecimento das leis objetivas que regem um fenômeno:

As leis interpretadas constituem o aspecto objetivo do método, sendo o subjetivo formado pelos recursos de pesquisa e transformação dos fenômenos, recursos esses que surgem com base naquelas leis. Por si mesmas, as leis objetivas não constituem o método; tornam-se método os procedimentos que nelas se baseiam e servem para a sucessiva interpretação e transformação da realidade, para a obtenção de novos resultados (KOPNIN, 1978, p. 91).

Evidencia-se, portanto, que a relação objetivo-subjetivo (ou matéria-consciência) é central à ideia de método no materialismo dialético. O autor alerta-nos sobre o risco de absolutizar-se o aspecto subjetivo do método, transformando-o num conjunto de procedimentos desvinculados da realidade objetiva do que se pretende conhecer.

Segundo uma perspectiva subjetivista, pode-se pensar equivocadamente o método como pertencente apenas a um polo da relação sujeito-objeto: um conjunto de procedimentos de ação do subjetivo sobre o objetivo. Mas se o método fosse um procedimento “puramente subjetivo”, como poderia levar o homem ao conhecimento verdadeiro do objeto?

Kopnin resgata em Hegel o fundamento objetivo do método. Para o filósofo alemão, o método não era apenas um instrumento para a subjetividade humana relacionar-se a um fenômeno qualquer, mas também uma parte do *sistema de conhecimento*, que reflete, nos padrões de ação do sujeito as próprias leis do objeto. Pavlov (1948 *apud* KOPNIN, 1978) explica a relação de unidade entre subjetivo e objetivo presente no método. Para o autor:

O método científico é a regularidade interna do movimento do pensamento humano, tomada como reflexo subjetivo do mundo objetivo, ou, o que é a

mesma coisa, como lei objetiva ‘transplantada’ e ‘transferida’ na consciência humana, empregada de modo consciente e planejado como veículo de explicação e mudança do mundo (PAVLOV, 1948, p. 401 *apud* KOPNIN, 1978, p. 92).

Todo método de conhecimento, portanto, baseia-se num sistema de conhecimento anterior que o fundamenta; ao mesmo tempo, a relação prática do sujeito com o objeto, organizada segundo o método, resulta em conhecimento novo que eventualmente leva à superação do sistema de conhecimento que o geriu. Dessa relação contraditória resulta o caráter dialético da unidade entre filosofia e método do conhecimento.

Dentro do universo das abordagens de pesquisa qualitativa em ciências humanas, situo-me, como já colocado no início desta dissertação, na perspectiva metodológica materialista-dialética. Assim, toda a minha proposta de pesquisa e análise fundamenta-se nas categorias basilares da dialética materialista e do materialismo histórico, além de elencar algumas categorias específicas à análise do objeto de pesquisa.

As categorias são expressão de aspectos fundamentais do mundo objetivo, uma generalização produzida pela consciência de relações que existem independentemente de nossa consciência. São sínteses, nesse sentido, do esforço de elaboração da consciência sobre a matéria. No seu conjunto, as categorias do materialismo dialético expressam as leis mais gerais do desenvolvimento de um fenômeno (KOPNIN, 1978).

É importante ressaltar que mesmo as categorias aparente e tradicionalmente compreendidas como gnosiológicas refletem tanto as leis do desenvolvimento do processo cognitivo quanto às do mundo objetivo, uma vez que a dialética materialista propõe a unidade entre as leis do pensamento e as leis do ser. Como bem sintetiza Kopnin: “As categorias *não separam o homem do mundo, mas o unem com este* por serem objetivas a seu modo e refletirem os processos da natureza e da sociedade tais quais eles existem na realidade” (KOPNIN, 1978, p. 106, grifo meu).

Metodologicamente, as categorias são uma forma de movimento do conhecido ao desconhecido. Sua generalidade, ao contrário do que afirma a lógica formal, não implica carência de conteúdo. Na dialética, a riqueza de conteúdo das categorias é apreciada por sua profundidade de penetração na essência dos processos da natureza e da sociedade (CHEPTULIN, 2004). Cabe a nós, pesquisadores, esclarecermos que aspectos dos fenômenos estudados as categorias que elencamos

refletem, e como se relacionam com as demais categorias da dialética materialista. Essa é a problemática central relativa à escolha de categorias de análise para reflexão sobre um fenômeno:

Uma boa solução para o problema da correlação das categorias supõe, antes de tudo, uma escolha correta do princípio de partida, das categorias das quais se parte para que permitam, no processo de sua análise, que se efetue a passagem de uma categoria a outra e por ela mesma, a colocação em evidência das leis de sua relação recíproca e, por meio delas, as leis da relação recíproca das ligações e das formas universais do ser que elas refletem (CHEPTULIN, 2004, p. 55).

No mesmo texto, Cheptulin sugere, no que imagino ser uma amostra de bom-humor soviético, que a definição das categorias de partida não é algo muito difícil para os marxistas: basta que se comece pelo aspecto ou pela relação fundamental e determinante. O problema, evidentemente, é justamente como identificar o fundamental e determinante num fenômeno qualquer. O próprio autor, em seguida, reconhecendo que a questão não é tão simples, pergunta aos leitores: “como fazer quando se tem a impressão de que os aspectos ou as relações fundamentais e determinantes não são apenas um, mas vários, e que eles são concernentes a diferentes domínios?” (CHEPTULIN, 2004, p. 55).

O autor sugere abordar a problemática por três vias distintas, que possuem em comum o fato de serem problemas centrais da dialética materialista, logo, pontos de partida válidos: a relação entre pensamento e ser (ou consciência e matéria); a lei da unidade e da luta dos contrários, que expressa a relação fundamental entre os fenômenos objetivos; e a prática social, fator fundamental e determinante do conhecimento.

Frente a tal situação, Cheptulin conclui que tanto as categorias relacionadas à relação entre matéria e consciência, quanto àquelas relacionadas à lei da unidade e luta dos contrários são essenciais para a compreensão de qualquer categoria, mas não contém em si os princípios a partir dos quais poderíamos estabelecer a ordem das categorias relacionadas a um fenômeno.

O autor localiza, então, na prática a resposta: “O conhecimento começa precisamente com a prática, que funciona e se desenvolve com base na prática e se realiza pela prática. É precisamente com base na

prática que se formam as categorias nas quais são refletidas e são fixadas as ligações e as formas universais do ser” (CHEPTULIN, 2004, p. 57).

Pressupondo o conhecimento como processo histórico que se desenvolve com base na prática, o autor afirma que, ao longo desse processo, ao penetrar cada vez mais profundamente no mundo dos fenômenos, o homem cria novas categorias para compreender a realidade. As categorias de cada estágio histórico do desenvolvimento do conhecimento sobre um fenômeno refletem as particularidades desses estágios, constituindo, graus e pontos de apoio para a elevação do homem acima da natureza, em direção ao conhecimento e controle sobre esta.

Portanto, o aparecimento de cada nova categoria é condicionado pelo curso do desenvolvimento do conhecimento, e o estudo da ordem em que aparecem historicamente ao longo do processo de produção do conhecimento nos dá indicativos da importância de cada uma delas e de sua relação com as demais:

Assim, as categorias de partida, na análise das categorias, devem ser aquelas que refletem o fator fundamental e determinante do desenvolvimento do conhecimento, isto é, as categorias da prática. Seguindo o desenvolvimento desse fator determinante (prática social), reproduzimos as categorias na ordem em que elas apareceram no processo de evolução do conhecimento e, assim, nós os (sic) apresentamos em sua correlação e em sua interdependência naturais e necessárias (CHEPTULIN, 2004, p. 60).

A compreensão de como um fenômeno tem sido historicamente estudado – mais especificamente, a partir de que categorias tem sido compreendido –, decorrente de uma revisão bibliográfica, fornece o principal indício para elencar categorias relevantes para uma pesquisa, seja por aproximação do método de análise de pesquisas anteriores sobre o mesmo objeto, seja por oposição a elas.

No caso da presente pesquisa, cujo próprio objeto é a produção bibliográfica sobre uma temática, fui elencando, ao longo da análise da literatura – e da investigação dos motivos sobre a pequenez da mesma nas fontes pesquisadas – categorias que auxiliassem a explicar o que me propus a estudar.

Metodologia da pesquisa

Como já apresentado, a pesquisa consistiu em levantamento bibliográfico sobre o movimento estudantil brasileiro na produção acadêmica, principalmente na área da educação. A análise dessa literatura deu-se à luz da história do movimento estudantil brasileiro, entrelaçada, como veremos, à história das políticas de educação no Brasil.

Ao elaborar a metodologia desta pesquisa, recorri à bibliografia sobre as pesquisas do tipo *estado da arte*. O objetivo da pesquisa desse tipo pode ser definido como “mapear e discutir certa produção científica/acadêmica em determinado campo do conhecimento” (TERRIEN, 2004, p. 8).

Ferreira (2002) descreve dois momentos principais em uma pesquisa estado da arte: num primeiro momento, o pesquisador identifica e quantifica os textos relevantes no intervalo temporal determinado. Mesmo esse primeiro momento de quantificação permite traçar algumas análises a respeito do crescimento da produção, os locais de origem da mesma, sua diversificação, ou seu desaparecimento.

Um segundo momento da pesquisa envolve um estudo pormenorizado do conteúdo dos textos selecionados, de modo a identificar escolhas teóricas e metodológicas que sugiram tendências na história de pesquisa e análise do objeto. Soma-se a isso um balanço crítico dos textos estudados:

[...] antes de tudo, compreendemos que a posição deste mergulho na bibliografia existente requer um cuidado e um rigor que não estão desvinculados dos distintos métodos de investigação e de suas bases teóricas e filosóficas. A criticidade quanto aos trabalhos já produzidos, como também o rigor científico, constituem recursos necessários para a elaboração de um corpus de conhecimento acerca do tema e da posição do pesquisador diante do seu objeto de estudo. Este procedimento contribuirá para evitar que um possível ajustamento dos conceitos ao objeto de estudo conduza o pesquisador a ser dirigido por concepções, categorias ou até por assertivas duvidosas. A elaboração do estado da questão, neste sentido, deve ser criticamente examinada em seu conteúdo, nas medidas

utilizadas e nas conclusões, de modo a corrigir possíveis vieses em que a pesquisa possa ter incorrido (Hek et al., 1997; Morse, Field, 1998 *apud* THERRIEN, 2004, p. 9).

É seguindo esse encadeamento lógico que a pesquisa foi estruturada, combinando análise quantitativa e qualitativa das publicações pesquisadas. A estrutura expositiva dos resultados, entretanto, foi acrescida de um resgate histórico da atuação do movimento estudantil nos cenários políticos de cada período estudado, bem como das políticas de educação em cada época. Isso se faz necessário uma vez que, segundo o materialismo histórico, a produção acadêmica não pode ser analisada senão à luz da conjuntura histórica que a produziu e na qual foi produzida.

Evangelista (2009) aponta, na pesquisa documental, a importância de compreender documentos como “resultados de práticas sociais e expressão da consciência humana possível em determinado momento histórico” (EVANGELISTA, 2009, p. 5). A autora adverte para a importância de não dissociarmos dos discursos sua dimensão material e histórica, na medida em que são também expressão de relações históricas entre interesses antagônicos de classes divergentes. Nesse sentido, é possível pensá-los – documentos e discursos – como produção de hegemonia e contra-hegemonia na luta de classes, e, especificamente no caso da presente pesquisa, na forma como esta se materializa na dinâmica histórica do movimento estudantil .

A análise da literatura pesquisada será feita, portanto, à luz de uma análise histórica do movimento estudantil brasileiro nas últimas três décadas. A autora corrobora com a necessidade de tal procedimento:

Pelo exposto, concluímos que todos os documentos são importantes, em graus diferenciados, e expressam determinações históricas que estão no cerne do corpus documental. Entretanto, isto não está dado na fonte em si; é necessária uma reflexão de largo espectro – uma decomposição da fonte, uma separação entre essência e aparência – para que a sua vida apareça. Para se pensar com maior precisão no corpus documental é preciso definir local e período da pesquisa, o que se consegue com os aportes teóricos preliminares e com algum domínio da “história” do tema. Ainda que o lócus

e o tempo sejam provisórios, eles permitirão localizar e selecionar fontes, o que depende de inúmeras variáveis, entre elas a de sua acessibilidade, dado que as fontes estão dispersas e nem sempre disponíveis imediatamente (EVANGELISTA, 2009, p. 8).

Para determinar o intervalo temporal que a pesquisa abarcaria, decidi por retroceder até o início do ano de 1979. Como veremos com mais detalhes no Capítulo 1, este foi um ano de suma importância na história do movimento estudantil, em que ocorreu o 31º Congresso Nacional da UNE, chamado de “congresso da reconstrução” (POERNER, 1995). Apesar de pouco divulgado devido ao clima geral de insegurança devido à ditadura militar vigente, esse congresso foi a primeira reunião nacional realizada abertamente após a dissolução da UNE pelo governo em 1968, durante o 30º Congresso, que foi invadido pela polícia militar, resultando na prisão de mais de 700 estudantes, inclusive as principais lideranças da entidade, e marcando o período de clandestinidade do movimento estudantil organizado. Foi o 31º Congresso Nacional que possibilitou o fortalecimento da base para que, nos anos seguintes, o movimento estudantil ressurgisse formalmente e ganhasse força novamente na política nacional.

Além do marco histórico do ano de 1979 para o movimento estudantil – o que, imaginei a princípio, resultaria em aumento de publicações sobre o próprio movimento – a maior parte dos periódicos e entidades pesquisados foi fundada por volta desse ano, não fazendo sentido retroceder a períodos anteriores para o âmbito desta pesquisa.

O presente estudo, portanto, investigou a produção bibliográfica sobre o movimento estudantil no Brasil entre os anos de 1979 e 2014. O texto foi estruturado em três grandes capítulos, que tratam dos períodos de 1979-1989 – período popularmente conhecido como de “redemocratização” do país, marcado pelo processo de construção da constituinte de 1988 e culminando na eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência ao final de 1989 –, 1990-2002 – período marcado pela grande abertura econômica neoliberal durante os governos Collor e Cardoso e, na área da educação, pela criação da Lei de Diretrizes de Base de 1996 –, e 2003-2014 – período de predominância dos governos petistas e de instauração de um modelo

neodesenvolvimentista no país, com consequências para as políticas de educação⁶.

Quanto às fontes pesquisadas, a proposta inicial limitava-se a busca por material bibliográfico abordando o movimento estudantil dentro do campo do conhecimento da educação em alguns dos principais periódicos da área da educação no Brasil, bem como no banco de teses e dissertações da CAPES⁷ e no portal de periódicos da mesma instituição⁸.

A lista de periódicos do campo da educação pesquisados foi elaborada, inicialmente, durante a disciplina Seminário de Dissertação da linha Trabalho e Educação, sob orientação do professor Lucídio Bianchetti, e posteriormente ampliada junto à orientação. Segue uma listagem desses periódicos:

- *Cadernos CEDES (UNICAMP)*;
- *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*;
- *Educação e Pesquisa (antiga Revista da Faculdade de Educação, USP)*;
- *Educação e Realidade (UFRGS)*;
- *Educação e Sociedade (UNICAMP)*;
- *Educação em Questão (UFRN)*;
- *Educação em Revista (UFMG)*;
- *Perspectiva (UFSC)*;
- *Revista Brasileira de Educação (ANPEd)*;
- *Revista HISTEDBR Online (UNICAMP)*;
- *Trabalho, educação e saúde (Fundação Oswaldo Cruz)*;
- *Ver a Educação (UFPA)*.

A primeira busca realizada foi feita utilizando-se as seguintes palavras-chave nas ferramentas de busca digitais: “movimento estudantil”, “movimentos estudantis”, “movimento dos estudantes”, “militância estudantil”, “militância dos estudantes”, “organização estudantil”, “organização dos estudantes”, “luta estudantil”, “luta dos estudantes”, “movimento secundarista” e “movimentos secundaristas”.

6 Tratarei em maior detalhe cada um desses períodos no respectivo capítulo. Entendam-se as descrições contidas no parágrafo acima como genéricas, objetivando apenas explanar a lógica que me guiou na divisão do intervalo temporal.

7 Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/noticia/view/id/1>.

8 Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br/

Essa primeira metodologia de pesquisa rendeu poucos frutos, particularmente no que diz respeito às publicações nos periódicos de educação – menos de 20 artigos publicados em mais de três décadas. Frente à situação, ou me conformava com a análise de um número reduzido de textos, ou revia a metodologia de pesquisa.

Formulei algumas hipóteses iniciais a respeito da carência de literatura sobre a temática nos periódicos de educação. A primeira delas é que talvez a escolha das palavras-chave tivesse sido equivocada, e que a temática da organização estudantil fosse tratada no campo da educação utilizando nomenclatura distinta – estando contemplada, por exemplo, nos textos que discutem democratização da gestão escolar. Para verificar tal hipótese, decidi por examinar os resumos – ou apenas os títulos, quando os resumos não estavam disponíveis, como foi o caso dos Cadernos CEDES até o nº 35 – de todo o material publicado nos periódicos listados acima, entre 1979 e 2014. Apesar de exaustivo, o procedimento não deixaria dúvidas sobre os resultados.

Tal abordagem do problema também me permitiu verificar se o número reduzido de publicações nos periódicos de educação, caso novamente constatado, atingia apenas a temática do movimento estudantil, ou era sintomático de uma carência de publicações articulando temáticas da educação com organizações políticas e movimentos sociais em geral. Tal dado mostrou-se importante, como veremos, para a análise dos resultados da pesquisa.

Também julguei importante investigar se a diminuta produção bibliográfica sobre o movimento estudantil seria peculiar ao campo da educação, ou se o fenômeno reproduzir-se-ia em outras áreas das ciências humanas. Foi-me sugerido, na banca de qualificação, de que provavelmente haveria maior quantidade de estudos sobre a temática nos campos de conhecimento da história e da sociologia. Não havendo condições para reproduzir a pesquisa, na amplitude que dediquei aos periódicos de educação, nos principais periódicos de história e sociologia no país, não obstante estendi a proposta descrita nos parágrafos anteriores às revistas da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Caso encontrasse um número maior de artigos sobre o movimento estudantil nesses periódicos, ao menos restringiria o problema de falta de bibliografia ao campo da educação.

Por fim, decidi por englobar na pesquisa também alguns dos principais periódicos brasileiros dedicados especificamente a textos de

orientação teórica marxista, para verificar se dentre essa tradição teórica ocorria maior incidência de literatura discutindo a temática⁹.

Como a pesquisa por palavras-chave mostrou-se novamente pouco efetiva, repeti, para essas revistas, o procedimento de leitura dos resumos de cada texto publicado no período estudado. Assim, à lista anterior de periódicos investigados, acrescentei os seguintes, situados fora do campo de conhecimento da educação:

- *Crítica Marxista (UNICAMP)*;
- *Germinal: Marxismo e Educação em Debate (UFBA)*;
- *Lutas Sociais (PUC-SP)*;
- *Margem Esquerda (Boitempo Editorial)*;
- *Outubro (Instituto de Estudos Socialistas)*;
- *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Anpocs)*;
- *Revista Brasileira de História (Anpuh)*;
- *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB (Anpocs)*

Revisando os artigos publicados nas fontes mencionadas, tencionei selecionar, de início, apenas aqueles que tratavam do movimento estudantil enquanto objeto central discutido. Entretanto, conforme lia os títulos e resumos dos artigos, observei algumas tendências temáticas que considere importantes destacar, uma vez que, veremos, auxiliaram na formulação de hipóteses a respeito da produção sobre o movimento estudantil.

Finalmente, a principal referência historiográfica sobre o movimento estudantil utilizada nesta pesquisa foi o livro *O Poder Jovem*, de Arthur Poerner (1995, 2004). Apesar de haver um número relativamente grande de livros publicados sobre a história do movimento estudantil, o texto de Poerner foi o único encontrado que apresenta uma descrição precisa da parte mais recente dessa história, em particular os anos de 1990 e 2000. A maioria das obras do gênero enfoca a resistência dos estudantes ao regime ditatorial, ou, quando muito, adentra timidamente na ação do movimento durante a década de 1980, particularmente no movimento civil *Diretas Já*¹⁰. Mesmo no trabalho de

9 Note-se que os periódicos marxistas listados são, em geral, mais recentes do que as demais revistas pesquisadas, não tendo sido ainda fundados no período de que trata o primeiro capítulo (1979-1989).

10 A UNE disponibiliza uma extensa bibliografia online sobre o movimento estudantil, cuja rápida análise dos títulos corrobora essas afirmações. Disponível em: www.une.org.br/2011/08/bibliografia/

Poerner, a maior parte das páginas é dedicada ao estudo do movimento estudantil até o final dos anos de 1970, destinando o autor meras 34 páginas – de 311, no total, excluídos a documentação histórica em anexo – às décadas de 1980, 1990 e 2000.

Tavares (2008), ao realizar um balanço crítico do texto de Poerner, afirma que o autor incorre num equívoco bastante comum nos textos sobre a temática, particularmente naqueles de autoria de ex-militantes, como é o caso: mitifica o objeto que descreve, supervalorizando a organização estudantil e omitindo-se de criticá-lo. Quando o movimento se fragmenta ou perde o poder de ação, é por virtude da conjuntura histórico-política desfavorável, não por sua própria incapacidade analítica ou organizativa. Superestima também a figura do jovem, como agente intrinsecamente revoltoso – e como bem pontua Tavares (2008), nem sempre com clareza do alvo de sua revolta.

Não obstante a crítica quanto às análises de cunho sociológico realizadas por Poerner – que constituem, aliás, fração diminuta do texto –, o valor de sua obra, para esta pesquisa, está em seu caráter historiográfico, uma vez que constitui o mais amplo e minucioso relato sobre a trajetória do movimento estudantil no Brasil.

1. ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO 1979-1989

1.1 Contextualização histórica do período

Qualquer discussão no âmbito do materialismo histórico não pode ser realizada analisando o fenômeno isolado do contexto histórico em que foi produzido. A produção acadêmica está condicionada à materialidade social característica de sua época, e à sua luz deve ser analisada. Assim, apresento, brevemente, um resgate histórico deste primeiro período, no que tange às políticas de governo, à lógica econômica estabelecida nacional e mundialmente, às políticas relacionadas à educação e, especificamente, ao ensino superior, no período da ditadura civil-militar no Brasil. Considero importante discutir também o período anterior à década de 1980, para possibilitar a reflexão acerca do momento histórico subsequente, o qual me dedico a investigar e analisar neste capítulo.

Investigar a educação enquanto política pública evidencia as relações entre sua organização e o projeto político-econômico do país em determinado momento histórico. Para Romanelli (2009), a organização da educação em uma sociedade relaciona-se com: a) o desenvolvimento econômico, que determina a demanda de recursos humanos a ser formada pela educação; b) a evolução da cultura, que, por meio da influência sobre a população que procura as instituições educacionais modifica a demanda social que estas devem suprir; c) as formas como se organiza o poder, uma vez que os representantes políticos, que determinam as condições gerais segundo as quais as instituições de ensino devem operar, são usualmente representantes de um grupo com interesses específicos em relação à educação. Em suma, a organização da educação em um país é determinada por esses três fatores, que podem ou não existir harmonicamente.

Em um país capitalista, a educação estará organizada de acordo com a dinâmica da luta de classes em determinada conjuntura política. Na maior parte desses países, na história recente, a organização das políticas educacionais está alinhada com os interesses da classe burguesa, apesar de sofrer constante pressão pela organização política da classe trabalhadora. Em termos da estruturação do modo de produção capitalista, a educação, em geral, está estritamente relacionada ao desenvolvimento constante das forças produtivas – tanto dos meios de produção quanto da própria força de trabalho (ROMANELLI, 2009).

A partir da compreensão de que as políticas educacionais de um governo usualmente decorrem de uma política econômica e de um determinado estado da organização da produção, iniciarei a discussão com a análise do plano político-econômico geral, para então expor as decorrências particulares pertinentes, a fim de atingir os objetivos desse capítulo.

1.1.1 Período marcado pela repressão militar

A implementação de políticas econômicas específicas, bem como de medidas e ações repressivas dos governos militares aplicados às manifestações populares de oposição, se deu por meio de um Estado forte, com um Executivo relativamente autônomo em relação aos demais poderes. Após o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart (1919-1976), em 1964, e a posse do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967) como presidente da república, a principal medida econômica foi a criação e implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), o primeiro plano econômico do governo militar. Os objetivos do programa foram o combate à inflação, o aumento dos investimentos nas empresas estatais, a reforma no sistema financeiro nacional e a retomada dos investimentos externos no país (COSTA, 2006).

Segundo Costa (2006), os primeiros anos da ditadura foram marcados por uma política de redução do déficit do governo, realizada com aumento de tributos e controle dos gastos públicos, afetando diretamente os salários reais da classe trabalhadora e favorecendo a concentração de renda. Após a aplicação do Paeg, e devido também à violenta repressão aos setores críticos do novo governo, garantindo a estabilidade política desejada pelo estrangeiro, tem-se um período de retorno de investimento de capital internacional no país.

Costa (2006) caracteriza a política econômica dos governos militares dividindo-a em dois períodos distintos. No período de 1969 a 1973 verificou-se uma completa subordinação ao capital internacional que, investindo pesadamente no país, financiou o chamado “milagre econômico”. Entre os anos de 1964 e 1967 o Brasil foi o quarto maior receptor mundial de ajuda líquida, sendo os empréstimos e financiamentos recebidos em 1965 65% maiores do que os efetuados no ano de 1964 (RESENDE, 1992 *apud* COSTA, 2006).

Com a conjuntura político-econômica modificando-se radicalmente após a crise capitalista do início da década de 1970, marcada por um processo de reestruturação produtiva e pela adoção de novos padrões de acumulação, inicia-se um segundo momento

econômico no Brasil. A liquidez do capital internacional diminuiu, as taxas de juros aumentaram, e os países centrais passaram a utilizar os organismos internacionais para pressionar os países devedores a pagarem suas dívidas, assim como os juros acumulados. Visava-se, sobretudo, a transferência direta da riqueza produzida na periferia para o centro econômico do sistema capitalista.

Segundo Carcanholo (2011), a tendência que se instaurou na dinâmica do sistema capitalista foi de intensificação da exploração da periferia pelo centro da economia mundial. A exploração da mais-valia e sua transferência para os países centrais auxiliaram, e ainda auxiliam, na dinamização de determinadas economias nacionais. A relação de dependência entre centro e periferia do capitalismo dá-se com a retração do mercado para exportação e consequentemente, na instabilidade dos preços, assim como pela redução da oferta de crédito internacional, até então necessário para financiar contas externas estruturalmente desequilibradas (CARCANHOLO, 2011).

Na correlação de forças internas, Martins (2014) destaca a mediocridade do pacto burguês-oligarca, que garantiu sua estrutura de poder ao custo da continuidade de sua subserviência ao grande capital estrangeiro:

O golpe unificou as diversas frações da burguesia para impor um regime de terror do grande capital e uma política de superexploração dos trabalhadores, incrementando fortemente os níveis de desigualdade e de pobreza no país. Aprofundou a desnacionalização da economia brasileira e a penetração do capital estrangeiro no espaço nacional. Conservou o latifúndio, restringiu a reforma agrária à colonização de novas terras, o que frequentemente beneficiou as grandes empresas, elevando a concentração da propriedade no campo. Reafirmou as tradições coloniais de nossa burguesia, sublinhando suas tradições anti-democráticas, destruindo os níveis de organização institucional e de subjetividade das massas populares, e vinculou a modernização tecnológica ao imperialismo, ao capital financeiro internacional, à formação de uma burguesia monopólica associada à grande propriedade da terra (MARTINS, 2014, s/p).

De acordo com Fattorelli (2013 *apud* RAIMUNDO, 2014), os juros dos créditos e os empréstimos concedidos, principalmente por bancos privados internacionais, aos países administrados por ditaduras militares na América Latina, aumentaram substancialmente nas décadas de 1970 e 1980, em relação às décadas anteriores. A elevação dos juros internacionais ocasionado pelo *Federal Reserve System* (FED) nos EUA e pela associação dos bancos de Londres gerou uma forte crise financeira, atingindo a América Latina no ano de 1982. A crise da dívida externa latino-americana abriu ainda mais espaço para a interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial nas políticas internas desses países de economia periférica. Na pauta das exigências para autorização dos empréstimos constava, entre outros: liberdade para movimentação de capitais, reduzindo e/ou eliminando os controles de capitais existentes; facilitação das transações bancárias; abertura comercial e financeira; promoção do relacionamento com paraísos fiscais (FATTORELLI, 2013).

As consequências dessa nova conjuntura mundial foram desastrosas para os países endividados. Ainda na segunda metade da década de 1970 os governos militares, tentando manter o nível de crescimento do período do “milagre econômico”, intensificaram a crise financeira, que despontou na década seguinte. Os militares passaram a sofrer pressões políticas internas: tanto dos movimentos de massa de esquerda que clamavam pelo fim da ditadura, quanto de setores conservadores ligados aos grandes latifundiários, que desaprovavam a priorização de investimentos no setor industrial, particularmente a partir do governo Geisel. Sofriam também pressões políticas externas, causadas, principalmente, pela desaprovação dos EUA da dinamização econômica “fora dos limites” colocados pelas economias centrais – resultado dos mesmos investimentos no parque industrial repudiados pelos latifundiários brasileiros (COSTA, 2006). Ironicamente, o nacionalismo militar que tão bem serviu aos interesses externos no auge da Guerra Fria tornara-se uma ameaça aos interesses hegemônicos do capital central.

O Banco Mundial, cuja influência sobre as políticas para o ensino superior dos países latino-americanos foi mais incisiva na década de 1990 – mas que, segundo França e Calderón (2013) já gestava (e executava, ainda que de forma incipiente), na década de 1980, intervenções sobre a política educacional dessas nações – prescreveu recomendações como redução da autonomia universitária perante o Estado; fim da gratuidade do ensino superior; subsídio público para ampliação do setor privado; e o direcionamento das instituições de

ensino de nível superior para a formação de mão-de-obra para o trabalho complexo em detrimento da pesquisa tecnológica¹¹ (LEHER, 1999).

Além da adoção do Paeg na área econômica, ainda na década de 1960, acordos foram estabelecidos entre o Ministério da Educação no Brasil (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), no campo das políticas educacionais. Tais acordos, precursores da influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial sobre a política educacional brasileira, foram pautados no tecnicismo educacional e na teoria do Capital Humano¹², segundo a qual a educação era um pressuposto do desenvolvimento econômico. Os convênios estabelecidos, conhecidos como acordos MEC/USAID, abrangiam desde a educação primária (ensino fundamental) até o ensino superior, e previam a assistência técnica e a cooperação financeira para a educação brasileira. A intenção era orientar e alinhar o sistema educacional às demandas e necessidades do desenvolvimento capitalista internacional, sobretudo dos interesses de grandes corporações estadunidenses (LIRA, 2009).

Os acordos MEC/USAID foram um dos principais fatores para a mobilização do movimento estudantil na época. Diante de um processo violento de oposição, em 1964, a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou entidades estudantis, como a UNE, na ilegalidade. Instituiu-se como forma legal de representação estudantil o Diretório Acadêmico (DA) para cada curso de graduação e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) para a universidade. Buscou-se, nesse sentido, desarticular o movimento estudantil em nível nacional, assim como qualquer ação política independente realizada pelos estudantes (POERNER, 1968; LIRA, 2009).

Diante da violenta oposição de intelectuais e estudantes contra os acordos MEC/USAID, em 1968 o governo cria o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) para discutir o que hoje é denominado como reforma universitária de 1968. Segundo Boschetti (2007), o GTRU foi um grupo de trabalho apenas no nome, uma vez que as

11 Explorarei com maior profundidade as prescrições do Banco Mundial para o Ensino Superior dos países periféricos no capítulo seguinte, uma vez que foi na década de 1990 que repercutiram de forma mais intensa na política interna brasileira.

12 Theodore W. Schultz (1902-1998) foi o principal formulador da teoria do Capital Humano. O surgimento está ligado à disciplina Economia da Educação nos EUA, na década de 1950. A teoria visa explicar os ganhos em produtividade por meio do fator humano na produção. No campo educacional fundou uma concepção tecnicista do ensino, onde seu principal objetivo é a produtividade econômica.

políticas a serem implantadas para a educação superior já estavam definidas antes de sua criação. O então presidente, Artur da Costa e Silva (1899-1969), designou pessoalmente os membros componentes do GTRU, lhes dando apenas 30 dias para concluir os trabalhos. Cabe ressaltar a importância da atuação de Rudolph Atcon, membro da AID (Agency for International Development) da Unesco, representando os interesses internacionais nas políticas de educação do Brasil:

Rudolf Atcon, americano, membro da AID (Agency for International Development), fizera um estudo sobre a universidade brasileira a partir de visitas realizadas à várias instituições do país. Suas ideias doutrinárias partiam do pressuposto de que a educação seria o ponto de partida para o desenvolvimento da América Latina e, remontavam à década anterior quando publicadas sucessivamente sob denominações diversas. Designado consultor do Ministério da Educação e Cultura, disponibilizou ao GRTU [sic], sob o título de “Recomendações”, as diversas esferas de reformulação universitária, notadamente no que dizia respeito à integração, reforma administrativa, reforma fiscal, educação superior, universidade enquanto objetivos e finalidades. Coube portanto a Atcon a incumbência maior de orientar a implantação de uma nova estrutura universitária baseada no modelo empresarial, objetivando rendimento e eficiência e a construção de um suporte institucional para a execução de decisões militares em direção ao propalado do Brasil Grande, injetada pelos interesses estrangeiros nos discursos governamentais (BOSCHETTI, 2007, p. 224).

Amparada na lei 5540 de novembro de 1968¹³, a reforma visou à transformação da estrutura organizativa das universidades brasileiras e à ampliação do acesso ao ensino superior, principalmente do ofertado pelas instituições privadas, conhecidas como empresas educacionais. Segundo Antunes et al. (2011), tal reforma teve dois princípios norteadores: o controle político das universidades públicas pelo Estado e a formação de força de trabalho para o mercado.

13 Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm

Fernandes (1979) critica o caráter triplamente servil que se atribui às universidades nesse período: primeiramente, a reforma subjugava a autonomia universitária ao reduzir sua capacidade de se gerir administrativa e financeiramente, delegando suas decisões a órgãos tutelares como o Conselho Federal de Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; imbrica à sua estrutura organizacional uma lógica privatista, abrindo brechas para a inserção de entidades privadas na gestão da educação pública; finalmente, como consequência do aspecto fundamentalmente colonialista da burguesia nacional, condena as universidades a perpetuar o ciclo de subdesenvolvimento brasileiro, no qual o país jamais alcança a independência tecnológica em relação aos países centrais. A citação de Martins (2014), discutindo especificamente as políticas militares para a pós-graduação, corrobora a análise de Fernandes (1979):

Paralelamente se buscou criar outra estrutura que destinou recursos à pós-graduação, subordinando parcialmente as universidades às agências externas de financiamento, em estrutura de poder fortemente verticalizada, priorizando-se a especialização e o pensamento disciplinar, deslocando-se o foco dos temas nacionais, regionais e mundiais, com forte vocação transdisciplinar. Neste contexto, outras agências de fomento norte-americanas, como a Ford, ganham expressão no Brasil com o objetivo de constituir novos paradigmas de investigação e uma nova comunidade acadêmica, financiando diversos centros de pesquisa, muitas vezes isolados das universidades, e as associações nacionais de pós-graduação (MARTINS, 2014, s/p).

Frente a essa conjuntura, o movimento estudantil, mesmo sob forte repressão e controle do Estado, criticou, por meio de debates e manifestações de rua, o caráter elitista da reforma universitária de 1968, indicando a necessidade da realização de concursos públicos para a formação do corpo docente e técnico, a atualização dos currículos dos cursos de graduação e a ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados (POERNER, 1968; VEIGA, 1982; CUNHA, 1983; SANFELICE, 1986 *apud* MARTINS, 2009).

Como golpe de misericórdia ao movimento estudantil, o governo lança mão do decreto-lei 477 em 26 de fevereiro de 1969, dispondo penas de caráter administrativo-penal, como expulsões de professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público ou particular, à margem de considerações judiciais. Quem colaborasse com greves ou portasse material subversivo de qualquer natureza seria rigorosamente punido. Segundo Poerner (1995, p. 301): “Não havia mais condições mínimas para a sobrevivência do movimento estudantil, embora nunca tenham deixado de pipocar tentativas e ações isoladas”.

É importante salientar que o controle do governo sobre as universidades brasileiras não se origina na Reforma Universitária de 1968. O regime militar, desde seu início, intensificou o controle e reprimiu dentro das universidades quaisquer manifestações contrárias ao regime vigente (POERNER, 1995). Nas palavras de Antunes et al. (2011, p. 4): “Mesmo antes, reitores, professores e alunos já vinham sendo demitidos e/ou presos. Após 1968, apenas intensificou”.

A ampliação do número de instituições privadas de ensino superior – conforme prescreviam os acordos MEC/USAID – foi alardeado, pelo próprio regime, como um dos grandes trunfos populistas do governo militar. Conforme Martins (2009), não representou de fato a democratização no acesso às universidades, senão apenas a abertura de um novo mercado à burguesia nacional e internacional. Para o autor, a expansão do setor privado visava o lucro por meio do rápido atendimento das demandas do mercado, utilizando-se para tanto da mera transmissão de conhecimentos fragmentados, voltados à profissionalização e distantes das atividades de pesquisas exercidas nas universidades públicas, o que pouco contribuía para uma formação crítica.

Esse novo padrão, enquanto tendência, subverteu a concepção de ensino superior ancorada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, convertendo sua clientela em consumidores educacionais (MARTINS, 2009, p. 17).

1.1.2 O processo de abertura política

De acordo com Costa (2006), a ruptura de um modelo de Estado para outro deu-se dentro dos limites colocados pelo pacto de poder entre os setores dominantes da sociedade brasileira e os interesses

estrangeiros. Os movimentos populares, não obstante sua renovada vitalidade na década de 1980, careciam de força teórica e política suficiente para promover alterações estruturais nas relações de produção e dominação de classe.

Segundo a autora, foi colocado ao Estado, à época da constituinte de 1988 e nos anos que a precederam, um conjunto de demandas sociais, fruto da pluralidade de interesses fortemente reprimidos no período da ditadura civil-militar no Brasil. Setores tanto das classes dominantes quanto dos movimentos sociais organizados acreditavam que um novo modelo de Estado poderia ordenar o caos social, “como se mudando a Carta Constitucional imediatamente se mudasse o país e as relações históricas que concretizam a luta de classes dentro desta mesma sociedade” (COSTA, 2006, p. 142). Após a constatação de que, nas sociedades capitalistas, num contexto de globalização do capital, as desigualdades sociais são inerentes a este sistema, parte da sociedade, organizada em diversos movimentos sociais, se defrontou consigo mesma, a partir da oposição de conflitos e interesses, e na certeza de que não somente o Estado necessitava mudar.

O primeiro governo civil em mais de duas décadas foi eleito de forma indireta, e a transição democrática ocorreu sob a tutela do Estado, que ainda assumia a função de proteger a sociedade do “caos da democracia”. O governo Sarney teve que lidar com os mesmos problemas econômicos dos últimos governos militares, como por exemplo: o déficit orçamentário, a pressão da dívida externa e a alta inflação dos preços, em uma conjuntura política distinta, pois, não havia consenso político, nem dentre os setores das elites, nem destas com as camadas populares, sobre como resolver a crise econômica. A incapacidade do governo em estabelecer um pacto político – entre a classe trabalhadora, o empresariado e as oligarquias – capaz de sustentar a estabilidade econômica explica o fracasso de quatro planos econômicos em quatro anos de governo – entre 1985 e 1989: planos Cruzado I e II, Bresser e Verão.

Apesar do acúmulo de forças das camadas populares organizadas em partidos, centrais sindicais e movimentos sociais como PT, CUT e MST, o declínio da URSS deu forças a um contra-ataque ideológico e político à classe trabalhadora, e a palavra de ordem tornou-se a necessidade de ajustar-se à nova ordem econômica mundial. A privatização de setores estratégicos do Estado, os cortes de gastos sociais e a abertura ampla do mercado interno aos produtos estrangeiros foram colocados como a salvação da economia. Ignorando a crise

política interna de legitimidade do Estado, a agenda internacional seguia impondo as diretrizes neoliberais, sem mais temor da ameaça socialista.

É dessa complexa correlação de interesses – do capital estrangeiro, das diversas frações da classe dominante em disputa e dos setores populares organizados da sociedade civil – que nascem a Constituição Federal de 1988 e a ideia de um Estado de Direito no Brasil. Ampliaram-se consideravelmente os deveres sociais do Estado brasileiro, num momento de extrema crise fiscal no país. Consequentemente, logo após sua promulgação, a pressão neoliberal – como já parece de praxe, interna e externa – a atacava, acusando-a de causa da ingovernabilidade do país. A resposta popular não se deu em massa, e sim de forma corporativista: setores mais organizados buscaram garantir suas reivindicações particulares, a ideia de direitos sociais universais acabou relegada ao papel, e o Estado seguiu agindo como facilitador dos interesses do capital nacional e estrangeiro, agora pela implementação da agenda neoliberal (COSTA, 2006).

Em linhas gerais, o período histórico foi marcado pela forte subordinação do trabalho ao capital e, consequentemente, por uma educação dual: uma de suas vertentes voltou-se para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, enquanto outra ainda buscava propiciar uma formação crítica e a produção de conhecimento filosófico e científico visando à autonomia nacional. Tal dualismo reflete uma cisão de classe dentro da própria sociedade, com modelos educativos distintos voltados a públicos específicos (KUENZER, 2007).

Pensar a Universidade nesse período é refletir sobre as transformações necessárias tanto para possibilitar o acesso ao ensino superior, por meio de políticas inclusivas, de toda uma classe, bem como pensar a estruturação dos cursos voltados para este público, por meio dos quais a educação reproduzia a própria divisão social do trabalho. Segundo França e Calderón (2013), trata-se de um contexto marcado pela progressiva interferência do Banco Mundial nas políticas educacionais nacionais, mas também de um momento em que a própria universidade reencontrava a liberdade para contestar as influências imperialistas, e formular novamente um projeto autônomo:

A década de 1980 do século passado, em particular, representa um momento importante na trajetória da universidade brasileira. Trata-se do período em que se reabre o debate acerca das grandes problemáticas nacionais, fruto de um processo de distensão política e de

redemocratização do país e de suas instituições. Ao mesmo tempo, representa exatamente o momento em que se acentuam as ações e interferências do Banco Mundial em relação à educação em geral e à educação superior em particular (FRANÇA e CALDERÓN, 2013, p. 105).

Concordo com França e Calderón (2013) quando afirmam que analisar, por meio da produção científica do período, tal momento histórico, caracterizado pela expansão da oferta de ensino superior, por modificações nos mecanismos regulatórios e pelas diversas demandas que acometeram a universidade brasileira “oportuniza compreender a lógica subjacente ao discurso da academia em relação àqueles temas” (FRANÇA; CALDERÓN, 2013, p. 105).

Assim, por meio da pesquisa das produções científicas publicadas nos principais periódicos do país nos campos da educação, história e sociologia, na década de 1980, bem como as dissertações e teses defendidas nesses anos, observo que representam uma época de rico conteúdo, uma vez que parte da intelectualidade universitária se dedicou a pensar a própria instituição em que atua, questionando sua estrutura organizativa, sua própria função e finalidade, seus modos de funcionamento interno e externo, bem como as relações que estabelece com o Estado, com o mercado e com a sociedade.

É importante ressaltar que compreendo a intelectualidade universitária não apenas composta por seus professores, mas também pelos demais trabalhadores e discentes que a constroem cotidianamente. Foi a UNE, por exemplo, a organização que, nas décadas de 1950 e 1960, protagonizou a formulação de coordenadas de uma reforma universitária popular, reivindicando sua implantação. Tal movimento intensificou-se a partir de 1961, por meio dos Seminários Nacionais de Reforma Universitária, onde estudantes de todo o país discutiram uma pauta avançada, envolvendo a extinção das cátedras, a perspectiva de co-gestão estudantil das instituições de ensino superior e a transformação radical da relação das universidades com a sociedade (MATTOS, 2012; POERNER, 1995).

Embora, no início da década de 1980 a UNE já tivesse dado início à sua reorganização dentro da legalidade e, talvez, justamente por estar se reconstruindo do desmonte realizado pelos governos militares, o protagonismo sobre o pensamento crítico e a ação política sobre as universidades coube, segundo Belloni (1985), aos docentes,

principalmente via Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes). A Andes foi fundada em 1981 como associação e se tornou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) em 1988.

Segundo a própria instituição, mesmo sob pressão do regime militar “[...] o Andes-SN preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores”¹⁴. Também, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra-Sindical), fundada em 19 de dezembro de 1978, antes sendo apenas uma entidade de cunho associativo, oficializa a luta dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das universidades brasileiras que visavam, sobretudo, a conquista de melhores salários e de melhores condições de trabalho, em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na sequência deste tópico, especifico o contexto histórico do movimento estudantil na década de 1980 para que, mais adiante, possa articulá-lo com a análise das publicações investigadas no período.

1.1.3 O movimento estudantil nas décadas de 1970 e 1980

Para Poerner (1995) a maior parte dos órgãos repressores ligados ao governo militar ignorou o fato de que a participação política da juventude no Brasil antecedia a criação das universidades. Fatos como a expulsão dos corsários franceses, a Conjuração Mineira, as campanhas pela abolição da escravatura e pela república, a denúncia dos massacres de Canudos, a campanha civilista de Rui Barbosa, o combate ao Estado Novo e ao Eixo nazifascista, e a criação da Petrobrás, constroem “um vasto histórico de luta e de participação da juventude brasileira” (POERNER, 1995, p. 302). Contrariando a perspectiva que subestimava a capacidade organizativa dos estudantes, estes voltam às ruas no final da década de 1970 e início de 1980 em posse de uma pauta bem definida, como se pode observar abaixo:

[...] mais verbas para a universidade; o rebaixamento das anuidades no ensino superior particular (com limitação dos aumentos aos 35% fixados pelo Conselho Federal de Educação); a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito; a revogação das punições

14 Disponível em: www.andes.org.br/imprensa/migracao/historia.html

impostas a colegas (sobretudo na PUC do Rio); o fim da aplicação indiscriminada - principalmente na Universidade de Brasília - da pena de jubilamento aos estudantes de menor rendimento (em geral, os mais pobres que trabalham para custear os estudos) e a libertação de colegas presos (POERNER, 1995, p. 302).

O governo militar de 1977, sob o comando de Ernesto Geisel, tentava ainda impedir a participação dos estudantes nas questões políticas do país, como demonstra o discurso do então Ministro da Educação e Cultura, Nei Braga: “[...] nas universidades brasileiras devem ser tratados somente os assuntos ligados à educação e à aprendizagem, deixando para os partidos políticos o debate dos temas alheios aos interesses específicos da classe estudantil” (JORNAL DO BRASIL, 1977 *apud* POERNER, 1995, p. 303). O Governo então recorreu ao chamado “pacote de abril”, fechando o Congresso Nacional, assegurando maioria do partido governista e alterando a Lei Orgânica da Magistratura.

A organização dos estudantes em oposição a tais medidas, por meio de manifestações de rua, enfrentava a proibição, pela Censura Federal, da veiculação de qualquer notícia sobre o movimento, contribuindo para o esvaziamento dos protestos. A crescente insatisfação com as políticas implantadas, com o caráter autoritário e repressivo e com os casos de corrupção que a Censura escondia deram fôlego ao movimento estudantil, que as incluiu em suas pautas de luta. As diversas greves que despontaram no território nacional, como as organizadas pelos operários de São Bernardo e de Belo Horizonte, contaram com grande participação dos estudantes. Segundo Poerner “o movimento estudantil [...] trilhou uma rota de expansão que sacudiu a sociedade anestesiada pelo torpor e pelo marasmo de 13 anos de ditadura” (1995, p. 307).

Somente em 1979, com a revogação dos decretos 477 e 228, caducados em função da extinção do Ato-Institucional número cinco (AI-5), foi possível a realização do congresso de reconstrução da UNE em Salvador. O processo de reconstrução das entidades de base do movimento estudantil inicia-se com a derrubada sistemática das direções dos centros acadêmicos e diretórios centrais sob a direção de estudantes ligados ao regime. A primeira eleição por voto direto da UNE elegeu como presidente Rui César Costa Silva, então presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia.

A lei nº 6.680 passou a regulamentar a representação estudantil nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior, reconhecendo os diretórios centrais no âmbito universitário e os diretórios acadêmicos no de escolas e faculdades. Anularam-se também os artigos 38 e 39 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que impediam a organização estudantil. No entanto, a postura de descriminalização do movimento estudantil apresentava contradições internas, pois a lei, sancionada por João Figueiredo (1918-1999), apesar de não proibir a existência da UNE e da União Estadual dos Estudantes (UEE), ainda deixava na ilegalidade a representação estudantil nacional e estadual (POERNER, 1995).

No final do ano de 1980, em meio a divergências e cisões entre os 15 membros da diretoria, a UNE organizou uma greve nacional que, durante três dias, paralisou e mobilizou um milhão de estudantes e professores, exigindo do governo mais verbas para a educação, sendo o mínimo de 12% do orçamento da União, e se opondo aos aumentos superiores a 35% nas anuidades das faculdades privadas.

O início da década de 1980 foi marcado por manifestações populares. Estudantes, políticos progressistas, intelectuais e trabalhadores reivindicavam eleições diretas no Brasil, no movimento que ficou conhecido como “Diretas já”. Mesmo sob forte pressão popular o Congresso votou a favor da realização de eleições indiretas e Tancredo Neves (1910-1985) foi eleito presidente para o próximo mandato, a partir de 1985. Estabeleceu-se, entretanto, que no ano de 1989 a escolha do presidente da república dar-se-ia por meio de sufrágio universal. No dia anterior à sua posse, Tancredo Neves adoeceu gravemente, assumindo a presidência José Sarney, seu vice-presidente. Tancredo morreu pouco mais de um mês depois, jamais assumindo a presidência da república.

Segundo Azevedo (2010) a diretoria da UNE, nesse momento, passou a trabalhar com três identidades subjacentes ao ativismo estudantil: a dos estudantes lutando pelo aperfeiçoamento da educação nas universidades brasileiras; a dos estudantes como atores cívicos, na tentativa de expandir a democracia no país; e a dos partidários, em uma tentativa de ganhar espaço político e influenciar a política por meio de partidos.

De acordo com a autora, ocorreu um processo de partidarização do movimento estudantil, no qual uma parte de seus integrantes passou a compor os diversos partidos emergentes e legalizados na época, com destaque o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ao final do ano de 1984 surge a União da Juventude Socialista (UJS), braço juvenil do PCdoB. Em 1980, segundo Azevedo

(2010), a chapa controlada pela tendência ‘Viração’, ligada ao PCdoB, chegou à liderança da UNE, e permaneceu dirigindo a entidade por vários anos até que, em 1987, a liderança foi conquistada pelo PT.

Entre 1980 e 1987, período em que o PCdoB esteve no controle da UNE, as lideranças trabalharam para manter o caráter ‘cívico’ da entidade através de muitas campanhas e projetos. Elas lutaram para legalizar a UNE, o que foi conseguido em 1984, protestaram junto com associações de professores universitários e funcionários contra o corte de verbas para a educação, se opuseram ao aumento nas anuidades das escolas privadas e ainda apoiaram o amplo movimento de 1984 pelas eleições diretas. A UNE organizou um seminário nacional sobre a Reforma Universitária em 1985 e outro sobre o processo constitucional em 1986 (AZEVEDO, 2010, p. 21).

A partidarização dos estudantes gerou conflitos no seio do próprio movimento. Segundo Poerner (1995, p. 315): “As discordâncias, pouco perceptíveis nas questões estudantis, eram indisfarçáveis na avaliação da conjuntura nacional, assim como na definição dos caminhos a serem trilhados para superar os obstáculos”. A partidarização do movimento estudantil seguiria dificultando a articulação em nível nacional nas próximas décadas.

1.2 A produção científica nas fontes pesquisadas no período 1979-1989

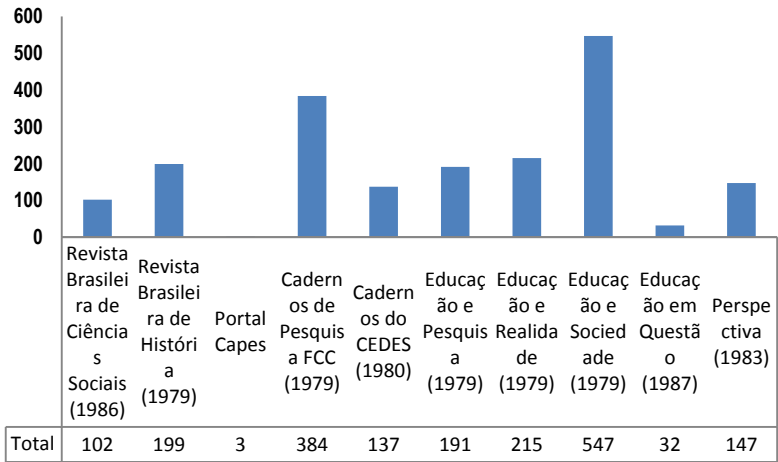
Revisando os artigos publicados nas fontes mencionadas na introdução desta pesquisa, tencionei selecionar, de início, apenas aqueles que tratavam do movimento estudantil enquanto objeto central discutido. Entretanto, conforme lia os títulos e resumos – quando disponíveis – dos artigos, observei algumas tendências temáticas que considerei importantes destacar, uma vez que, conforme veremos, auxiliarão na análise a respeito da produção sobre o movimento estudantil, além de servirem para enriquecer a análise histórica sobre a produção acadêmica no período estudado.

Selecionei os textos para análise a partir das seguintes temáticas: movimento estudantil, Universidade, Democratização e Movimentos Sociais. O primeiro critério de seleção, naturalmente, foi a presença de

uma dessas palavras-chave no título do texto, mas tomei o cuidado de selecionar também textos que, mesmo sem conter as palavras-chave em seu título ou resumo, tratavam das temáticas elencadas, o que foi verificado por meio da leitura de seu conteúdo. O banco de teses e dissertações da CAPES, bem como seu portal de periódicos, foram pesquisados conforme metodologia descrita na introdução da pesquisa. É importante ressaltar, entretanto, que nesse período as teses e dissertações não eram obrigatoriamente depositadas no banco de teses e dissertações. Não obstante, foram encontradas algumas publicações nas bases de dados da CAPES no período.

O gráfico abaixo representa a totalidade de produções textuais pesquisadas, dividida por sua fonte. Abaixo do nome de cada fonte consta o ano a partir do qual encontrei material disponível – 1979, nos periódicos fundados nesse ano ou anteriormente; data posterior em periódicos fundados após essa data, sempre começando pela data do primeiro número, nesses casos.

Gráfico 01 - Número de produções pesquisadas por periódico (1979-1989)



Fonte: Elaboração Própria

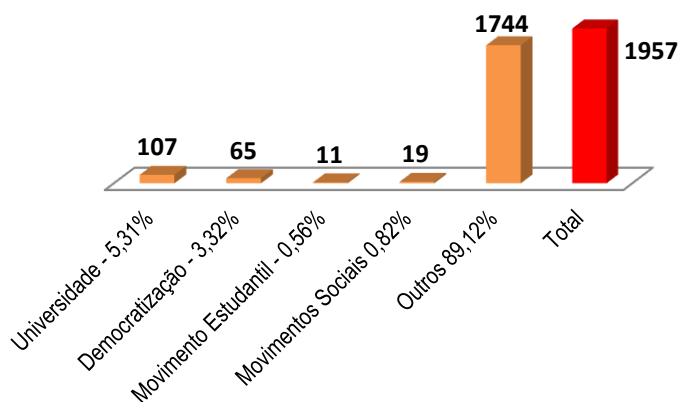
Nota-se que alguns periódicos, ressalvadas as diferenças nos anos de fundação, apresentam uma quantidade de textos publicados

consideravelmente mais expressiva que outras, com destaque para as revistas *Educação e Sociedade* (UNICAMP) e *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas). O banco de dados da CAPES não constitui um periódico, logo, a comparação não é válida, mas a fonte consta da figura apenas para fim ilustrativo.

1.2.1 Análise preliminar dos dados

Das 1.957 produções investigadas, apenas 213 foram selecionadas pelos critérios mencionados anteriormente. É importante ressaltar que alguns textos tratavam de mais de uma das temáticas elencadas – e, por sua natureza, era esperado que isso ocorresse. Por exemplo, o artigo *Participação, autonomia e co-gestão na escola pública* (SANTOS, 1989), discute movimento estudantil e democratização das instituições escolares, no mesmo texto, levando a computação de três ocorrências de temáticas relevantes em minha contagem. Realizada dessa forma, a análise dos 213 textos selecionados revelou que as temáticas elencadas apareceram 274 vezes nas fontes pesquisadas. Tomei o cuidado, entretanto, de destacar sempre o assunto nuclear tratado por cada texto, distinguindo-o de temáticas tratadas periféricamente.

Gráfico 02 - Produções consultadas em relação às produções selecionadas (1979-1989)



Fonte: Elaboração própria.

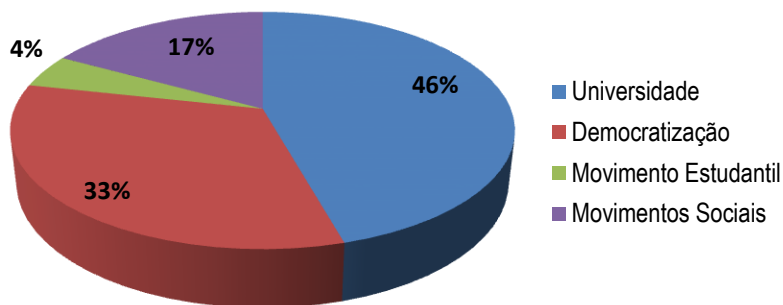
O gráfico acima permite a visualização do quadro geral da pesquisa no período, contendo o número total de publicações investigadas, além do número discriminado do principal assunto discutido por cada texto selecionado, expresso em sua forma bruta e percentual. Em “outros” figuram as produções não selecionadas para compor a análise proposta nesta investigação, por não abordarem nenhuma das temáticas elencadas anteriormente, mas cujos resumos foram lidos.

Este segundo gráfico revela alguns dados interessantes. Chama a atenção a grande quantidade de textos discutindo a universidade, o que corrobora a afirmação de França e Calderón (2013) sobre a década de 1980 constituir um momento histórico em que a intelectualidade universitária se volta sobre si mesma, para analisar-se, criticar-se, e sobre si formular novas propostas.

Além disso, percebeu-se uma quantia significativa de textos debatendo a temática da democratização, o que parece natural, dada sua premência naquele período histórico. A temática é tratada das formas mais variadas, desde a ampliação de vagas nos variados níveis de ensino (MELLO, 1979; SPOSITO, 1983), passando pelo estreitamento da relação entre as instituições de ensino e a comunidade em seu entorno (SAVIANI, 1983; KRAMER, 1985), até a democratização na gestão das políticas educacionais (MELO, 1980; PENTEADO, 1986).

Lembro que o gráfico acima se refere ao principal assunto estudado em cada texto. Verificando isoladamente, pode levar a distorções na análise das temáticas que aparecem em menor quantidade, uma vez que elas podem ter ocorrido um maior número de vezes, de forma periférica em artigos que discutem, como objeto principal, outra temática. Para corrigir essa distorção, o gráfico abaixo apresenta, em termos percentuais, o total de aparições de cada temática, nos textos pesquisados. Repito que, por alguns textos tratarem de mais de um tema, foram contadas 274 ocorrências dos temas elencados, em 213 textos pesquisados.

Gráfico 03 - Distribuição dos temas contabilizados dentre as produções selecionadas (1979-1989)



Fonte: Elaboração própria.

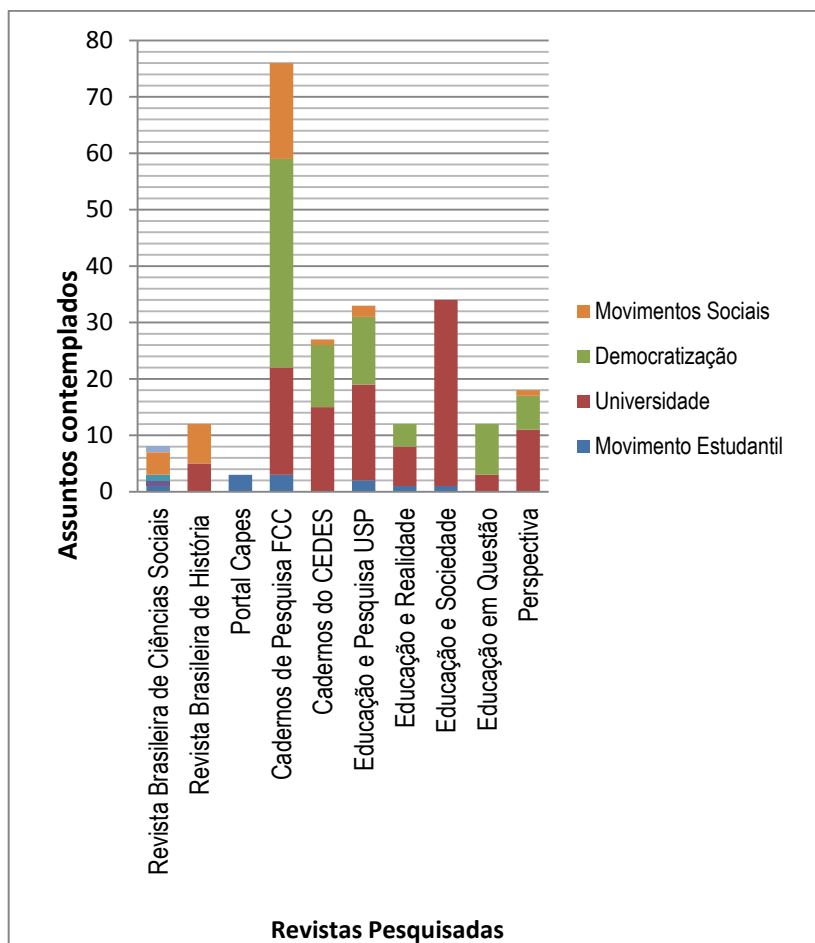
Note-se que se repete a tendência de maior ocorrência das temáticas “universidade” e “democratização”. Entretanto, em relação à figura anterior, aumenta, proporcionalmente, a ocorrência de artigos discutindo movimentos sociais. Permanece pequeno o número de artigos discutindo discentes em geral, docentes em geral, sendo em menor número a ocorrência da temática “movimento estudantil”.

É relevante a baixa incidência dessas temáticas nas fontes pesquisadas, possível indicador de que os pesquisadores no campo de educação da época não reconheciam nos espaços não-formais de educação, como os movimentos sociais, um campo de pesquisa tão importante quanto os espaços escolares.

Cabe lembrar que, além dos periódicos do campo da educação, foram pesquisadas também duas revistas importantes na área das ciências sociais (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e história (*Revista Brasileira de História*, publicada pela Associação Nacional de História)¹⁵. Vejamos como se deu a distribuição das ocorrências das temáticas por periódico pesquisado, conforme o gráfico abaixo:

¹⁵ Dentre os periódicos de cunho teórico marxista – elencados na introdução desta dissertação –, nenhum possui data de fundação anterior a 1990, motivo pelo qual não constam da análise de dados deste capítulo.

Gráfico 04 - Ocorrência das temáticas nas fontes pesquisadas (1979-1989)



Fonte: Elaboração Própria

A análise da distribuição, acima representada, permite constatar que a mesma carência de produção acadêmica sobre movimento estudantil observada nas revistas do campo da educação ocorre na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS) e na *Revista Brasileira de História* (RBH).

No caso da primeira, em 11 números, publicados ao longo de quatro anos – sendo o primeiro número da RBCS lançado em 1986 –, contendo 102 textos, encontrei apenas um que tratasse do movimento estudantil (SAES, 1986) – em rigor, sequer um estudo original, e sim uma resenha de um livro que trata da temática, conforme apresentarei em seguida. Para fins comparativos, foi encontrado apenas um texto discutindo sindicalismo (PRATES, 1986). No caso da RBH, dentre 199 produções, publicadas em 18 números entre 1979 e 1989, não há sequer um texto que discorra sobre o movimento estudantil, embora a temática do sindicalismo esteja mais bem representada, em quatro artigos (DUTRA, 1985; HAUPT, 1985; COLI, 1987; IGNATIEFF, 1987). Ainda assim, esses quatro artigos representam apenas pouco mais de 2% da produção em história de um dos principais periódicos da área em dez anos, o que me parece um número bastante reduzido, particularmente dada a importância do tema naquela década no país. Novamente, os dados indicam possível desinteresse dos pesquisadores desses campos do conhecimento em estudar movimentos políticos organizados – como o estudantil e o sindical.

Naturalmente, os dados referentes à RBCS e à RBH possuem menor peso do que os demais, uma vez que tratam de apenas um periódico de seus respectivos campos do conhecimento, e não é o objetivo principal desta pesquisa estudar com maior profundidade o histórico de publicações de história e ciências sociais. Não obstante, trata-se de publicações reconhecidas em suas áreas, e os dados servem para indicar uma tendência nesses campos de conhecimento que deve ser mais bem investigada. Mais importante, são indicativos de que a carência de bibliografia a respeito das temáticas em questão não é sintomática apenas no campo da educação.

Feitas essas análises preliminares sobre os dados, vamos ao conteúdo das produções que tratam do movimento estudantil no período.

1.2.2 Análise do conteúdo dos textos sobre o movimento estudantil

O dado mais significativo para análise dos textos encontrados, no período referente a este capítulo, sobre o movimento estudantil, é o próprio número de textos que versam sobre o assunto. Embora tenha encontrado 11 textos, nas fontes listadas, que discutem a temática, constatei que, das três dissertações encontradas na base de dados da CAPES, dois títulos referem-se ao mesmo texto: *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968* e *Movimento estudantil e militarização do*

Estado no Brasil: 1964-1968, ambos de autoria de João Roberto Martins Filho. Trata-se de uma única dissertação de mestrado, produzida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP), e orientada por Caio Navarro de Toledo. O primeiro título refere-se a um livro produzido pelo próprio autor, a partir do conteúdo da dissertação¹⁶.

Ademais, outro desses 11 textos constitui uma resenha crítica sobre o livro supracitado, não sendo, portanto, uma produção distinta sobre o objeto aqui estudado. Portanto, das 11 produções encontradas na pesquisa bibliográfica referentes ao período cronológico em questão, retiram-se, de antemão, duas.

Em rigor, temos apenas nove textos que discorrem, *direta ou indiretamente* sobre o movimento estudantil. O destaque na frase anterior é importante, pois nem todos os textos selecionados tem como foco a discussão da temática, apenas trazendo-a perifericamente ao seu objeto principal de análise, como veremos a seguir.

Feitas estas ressalvas, apresento no quadro abaixo uma lista desses textos, com informações pertinentes:

Quadro 01 - Textos encontrados discutindo movimento estudantil (1979-1989)

Título	Tipo de obra	Autor	Área	Periódico	Ano
Uma contribuição ao estudo dos movimentos estudantis no Brasil	Artigo	CUNHA, M.V. da	Educação	Revista Educação e Sociedade n.33	1989
O aluno do curso superior noturno	Artigo	ANDRADE, C.L.	Educação	Cadernos de	1986

16 Cabe explicar que o link para acesso da dissertação *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968* (<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000012025>) abre uma página de erro, enquanto o link para a dissertação *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil: 1964-1968* (<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000047692>) dá acesso corretamente às informações do texto e à versão integral digitalizada. Ainda mais, a busca pelo título do primeiro texto remeteu-me a um livro de mesmo título e autor, levando-me a crer que o primeiro título se refere a um livro a que a dissertação deu origem.

- um estudo de caso		de; SPOSITO , M.P.		Pesquisa FCC	
A quem serve a nova universidade?	Artigo	VIERA, S.F	Educação	Cadernos de Pesquisa FCC	1986
Resenha - movimento estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)	Resenha	SAES, D.	Ciências Sociais	Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.4	1987
Participação, autonomia e co-gestão na escola pública	Artigo	SANTOS , E.A.S.	Educação	Cadernos de Pesquisa FCC	1989
Proposta de reformulação dos cursos de formação de educadores elaborada pelos alunos da FEUSP	Artigo	Centro Acadêmico Paulo Freire	Educação	Educação e Pesquisa	1983
Escola e participação estudantil	Artigo	SILVA, J.M. da	Educação	Educação e Pesquisa	1987
Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968	Dissertação	MARTIN S FILHO, J.R.	Ciências Sociais	Portal da CAPES	1986
Os limites do movimento estudantil, 1964-1980	Dissertação	CAVAL ARI, R.M.F.	Educação	Portal da CAPES	1988
Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil: 1964-1968	Dissertação	MARTIN S FILHO, J.R.	Ciências Sociais	Portal da CAPES	1986

Fonte: Elaboração Própria

Observo, em primeiro lugar, que, dentre as 1.957¹⁷ produções textuais que constituem o universo da pesquisa neste período, os nove textos acima listados representam ínfimos 0,46%. Este dado, por si só, evidencia uma carência de pesquisas sobre o movimento estudantil, tanto no campo da educação quanto nos da história e das ciências sociais – não se registrou sequer um artigo discutindo o movimento estudantil em dez anos nas revistas da Anpocs e da Anpuh. Essa constatação suscita algumas hipóteses, que serão apresentadas ao final do capítulo após uma análise do conteúdo dos textos listados acima.

Entre os textos cujo tema central é o movimento estudantil, destacam-se as duas dissertações escritas sobre o assunto: a de Martins Filho (1986), como já dito, advém da área das ciências sociais, enquanto a de Cavaleri, *Os limites do movimento estudantil, 1964-1980*, é produto de uma titulação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP).

O trabalho de Martins Filho (1986) analisa a atuação do movimento estudantil no Brasil entre os anos 1950 e 1960, com foco na segunda década. Utilizando-se do referencial teórico marxista, o autor busca compreender o potencial e as limitações dos estudantes organizados a partir de sua composição de classe e da consequente ideologia de classe que perpassa sua organização, suas pautas e suas formas de enfrentamento com os governos civis e militares.

Evitando uma análise mecanicista ou reducionista da história que se propõe a estudar, Martins Filho argumenta que, em síntese, a atuação do movimento estudantil, no período pesquisado – e o autor faz questão de destacar que não propõe uma “análise final e universal” sobre os estudantes, e sim a crítica dos estudantes naquela conjuntura histórica – é condicionada pelos limites ideológicos dentro dos quais desenvolvem sua prática; os mesmos que se impõem à classe social que compõe majoritariamente seu corpo: a classe média.

Assim, as reivindicações das massas estudantis foram, naquele período, expressão dos interesses de classe da classe média, como o aumento de vagas no ensino superior – reivindicações das quais se apropriaram o capital privado da educação para pressionar o governo a abrir espaço para sua participação ampliada no setor, aliás. Quando, no

17 Em rigor, o universo de pesquisa é maior, uma vez que deveria levar em conta a totalidade de teses e dissertações produzidas, ao menos na área das ciências humanas, no Brasil, no período.

período pré-golpe, a direção do movimento estudantil moveu-se progressivamente das pautas relacionadas à educação para discutir e atuar sobre a macropolítica nacional, aliando-se ao movimento proletário em lutas de teor efetivamente revolucionário e socialista, como a reforma agrária e a resistência ao regime militar e ao imperialismo – inclusive por meio da luta armada –, ocorre uma cisão, de caráter classista, entre a direção e a base do movimento, resultando em fragmentação e esvaziamento (MARTINS FILHO, 1986).

Não obstante o valor histórico e a qualidade da análise de Martins Filho, seu trabalho é de caráter estritamente histórico-sociológico. Pouco discute em sua dissertação o assunto de maior interesse desta pesquisa, qual seja, o caráter formativo-educacional do movimento dentre os estudantes que compõe sua base. Sobre o tema, dedica algumas poucas páginas, sintetizadas na seguinte citação:

No movimento estudantil, entretanto, a “segunda posição” [na direção da entidade] extraiu daquelas teses [formuladas por setores minoritários dentro do próprio movimento] a sua proposta central: a “luta específica”. Na sua ótica, o papel fundamental do movimento estudantil era o de possibilitar o surgimento de uma consciência crítica, no meio universitário de classe média. Para tanto, as lutas desta categoria deveriam se concentrar nos problemas que diziam respeito diretamente ao estudante: a questão da universidade, basicamente. Só a partir daí surgiriam as condições para a politização do universitário, aproximando-o da perspectiva de apoio ao movimento dos trabalhadores (MARTINS FILHO, 1986, p. 221).

O autor não aprofunda a discussão desse enfoque da atuação do movimento estudantil, de agente formador do corpo discente, nem apresenta mais elementos sobre o pensamento da direção sobre esse papel. É curioso também que Martins Filho (1986) destaque, logo na introdução de seu texto, uma carência de produção bibliográfica sobre a temática do movimento estudantil: “Insiro-me, assim, numa área relativamente desértica da pesquisa sociológica no país, pois são raras as pesquisas dedicadas especificamente à atuação política da categoria estudantil em nossa sociedade” (MARTINS FILHO, 1986, p. 1).

Veremos, ao fim desta pesquisa, se perdura a atualidade da afirmação do autor.

A segunda dissertação de mestrado pesquisada no período é de autoria de Rosa Maria Feiteiro Cavalari (1987). Apesar de ter sido produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, constitui trabalho de cunho majoritariamente histórico, limitando-se a narrar a história do movimento estudantil organizado no período ditatorial, desde seu início, em 1964, até o ressurgimento da UNE e o segundo congresso pós-ilegalidade, em 1980. Apesar de sua importância enquanto registro histórico sistematizado, não avança no sentido de uma discussão do movimento na perspectiva da educação. Ademais, conclui, apressadamente, de forma um tanto determinista – e discordando de Martins Filho (1986), a quem cita em seu texto – que, de acordo com “leis gerais da sociedade que não podem ser desprezadas ao procedermos à análise da conjuntura histórica concreta” (CAVALARI, 1987, p. 275-276):

[...] a “praxis” (sic) estudantil é determinada pela situação de classe dos estudantes, isto é, devido à vinculação que os estudantes mantêm com os setores médios em processo de ascensão na sociedade, sua “praxis” (sic) ficará sempre nos limites das aspirações da pequena burguesia. Mais ainda, mesmo quando essa práxis assume características de radicalização, isso não significa que se configure aí uma situação revolucionária, mas, pelo contrário, como já foi apontado, trata-se de ‘um radicalismo pequeno-burguês, a seu modo autêntico, que faz às vezes de força revolucionária’ (CAVALARI, 1987, p. 276).

Não é meu objetivo nesta pesquisa realizar uma crítica aprofundada de cada um dos textos aqui estudados, mas me permitirei, ao longo da dissertação, alguns comentários gerais, quando pertinentes para destacar possíveis tendências do pensamento sobre o objeto de estudo. Neste caso, evidencia-se a atribuição de características imanentes ao movimento estudantil, baseada numa determinação de classe dotada de inevitabilidade histórica. Tal tendência reproduz os escritos de Foracchi (1977), e difere das conclusões de Martins Filho (1986) no que tange à compreensão de determinação histórica: enquanto o primeiro compreende os limites de suas conclusões sobre o movimento estudantil enquanto restritos àquela conjuntura histórica

estudada, Cavalari, como mencionado, traça conclusões gerais e universais sobre o mesmo movimento, conferindo-lhe um juízo dogmático que se afasta de uma análise materialista-histórica. A própria autora, bem como Martins Filho (1986), aponta e critica posições semelhantes no sentido oposto, de conferir aos estudantes uma potência revolucionária desmedida, criando o que Martins Filho denomina “mitologia” estudantil (1986), que careceria de fundamentação analítica da materialidade do movimento em determinada conjuntura histórica.

Dentre os artigos de periódicos pesquisados, apenas um trata do movimento estudantil enquanto objeto central: *Uma contribuição ao estudo dos movimentos estudantis no Brasil*, de Marcus Vinícius da Cunha (1989). O texto traça brevemente a história da organização de estudantes secundaristas do Ginásio do Estado de Ribeirão Preto, no início do século XX, em torno de um jornal, intitulado “A Palavra” e uma associação, denominada “Culto à Ciência”. Cunha discorre sobre a criação do grupo e seu jornal, em 1907, seu fechamento em 1908, e posterior ressurgimento em 1911, e seus enfrentamentos com as elites coronelistas locais. Trata-se de narrativa interessante e exemplo de organização secundarista do início do século, mas não traz elementos significativos para uma análise mais ampla do movimento estudantil do segundo grau.

Participação, autonomia e co-gestão na escola pública, de Ediógenes Aragão Santos (1989), relata uma experiência de co-gestão entre estudantes e professores em uma escola do segundo grau na cidade de São Paulo, em 1983. A experiência da Escola Estadual de Segundo Grau Prof. Ayres de Moura durou 13 meses, durante os quais parte dos discentes e docentes, indignados com a situação precária da escola, em função da negligência das gestões local e estadual, montou, conjuntamente, um plano de trabalho para reorganizar a escola e reivindicar melhorias. Apesar de bastante rico em detalhes, o texto carece de discussão teórica sobre a participação estudantil e a co-gestão das instituições de ensino, mantendo seu foco na descrição dos eventos.

A reflexão teórica sobre a participação política de estudantes nas escolas é abordada, apesar de um tanto sucintamente, por Jair Militão da Silva (1987) em *Escola e participação estudantil*. Motivado pela constatação de que, dois anos após a aprovação de lei, em 1985, que restituía aos alunos de primeiro e segundo graus o direito de se organizarem em grêmios autônomos, o autor discorre sobre a problemática da necessidade de condições materiais que estimulem e possibilitem a participação política efetiva nas instituições escolares:

Formar, ou mais precisamente, lutar para formar (de vez que concorrem com a escola outras “agências” formadoras) personalidades mais democráticas supõe, e mesmo exige, formar pessoas com capacidade de participação. De fato, ou a convivência humana, com seus conflitos inevitáveis, funda-se na participação e no diálogo, ou funda-se na exclusão e imposição arbitrária e unilateral (SILVA, 1987, p. 94).

É interessante observar no texto de Silva a inquietude de um docente buscando propiciar a participação política dos estudantes nas escolas. Entretanto, o autor limita-se a formular indagações genéricas sobre o assunto, não aprofundando a análise crítica nem avançando propositivamente a questão. Tampouco cogita a co-gestão das instituições de ensino como forma de estímulo ao engajamento dos discentes.

O aluno do curso superior noturno - um estudo de caso, de Cleide Lugarini de Andrade e Marília Pontes Sposito (1986), discute, a partir de uma pesquisa empírica realizada dois anos antes, a condição do “trabalhador-estudante”. Apesar da participação política desses estudantes não ser o foco do texto, o assunto é discutido em alguns parágrafos, em que se delineiam as dificuldades desse “extrato proletário” do corpo discente reconhecer-se e atuar como agente político nas instituições de ensino superior, bem como do movimento estudantil em atingir esses estudantes-trabalhadores:

Assim, as vanguardas [do movimento estudantil] [...] tendem a se isolar dos alunos e a criar estereótipos ou até preconceitos para explicar a não-participação e, muitas vezes, ao invés de tentar enfrenta-los com os recursos próprios e explicitando melhor as características desses alunos, tendem a optar por soluções que apontam para fora do trabalho cotidiano, como se este cotidiano fosse apenas o espaço da alienação, do consumismo e, fora dele, estivesse o espaço do “povo”. [...] É na intersecção do mundo do trabalho com o universo estudantil que as relações se tornam mais complexas. Calçado nessa concepção voluntarista de reconversão política, o aluno não consegue transpor, para o mundo do

trabalho porque o tenta mecanicamente, a “crítica” consumida na faculdade. [...] Do voluntarismo ele caminha para o imobilismo, pois acaba por acreditar que o espaço da crítica é o da sala de aula. No meio em que vive, quer familiar, quer pessoal, ela não é possível. E, assim, em função da pseudo consciência que acredita ter descoberto na vivência do ensino superior, ele não consegue alterar significativamente a dinâmica das relações sociais que o determinam e, nem ao menos, compreender os móveis que constituem até suas representações sobre elas, passando então a desenvolver, em nova chave, uma apologética do imobilismo (ANDRADE; SPOSITO, 1986, p. 14-15).

Tal problematização contribui com a discussão de Martins Filho (1986) e Cavalari (1987) sobre a composição majoritariamente de classe média do movimento estudantil de nível superior (afinal, como trabalhar, estudar e ainda participar ativamente de organizações políticas como sindicato e/ou representação discente?). O texto de Andrade e Sposito (1986) foi o único encontrado em todo o período 1979-1989 que aprofunda a problemática.

A *quem serve a nova universidade?* de Sofia Lerche Vieira (1986), discute as propostas do relatório final da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, criticando-as à luz de propostas do Andes e da UNE sobre autonomia e democracia universitária. Apesar de reconhecer o papel dos estudantes organizados na disputa pela “nova universidade”, ao declarar posições e formular propostas, pouco se discute a participação discente na “nova democracia” universitária, onde caberia aos docentes ditar os rumos da instituição, estando em discussão apenas o grau de autonomia destes perante o MEC.

Finalmente, *Proposta de reformulação dos cursos de formação de educadores elaborada pelos alunos da FEUSP* (1983) constitui texto peculiar. De autoria do Centro Acadêmico Paulo Freire (CAPF), o texto é um de três documentos produzidos pela FEUSP durante o Seminário de Reformulação dos Cursos de Formação de Recursos Humanos para a Educação, promovido pelo MEC, em âmbito nacional, entre 1981 e 1983. Uma das etapas do seminário envolveu discussões por unidade de ensino. Na FEUSP, uma comissão paritária, constituída por docentes e

discentes, elaborou um relatório final, mas o CAPF optou por publicar também um documento representativo da posição discente.

O texto não discorre sobre o movimento estudantil, mas serve como exemplo da atuação de uma entidade do movimento na reflexão crítica e propositiva sobre a universidade, bem como de um exemplo de co-gestão da instituição, ao menos em nível da unidade do ensino, motivo pelo qual decidi selecioná-lo. Não fica claro, pelos documentos da FEUSP sobre o seminário, se a comissão paritária era deliberativa ou meramente consultiva.

Dentre as proposta do CAPF, destaco a da criação de um “Centro Trabalho-Estudo”, cujo propósito seria melhor vincular as disciplinas teóricas com a prática de estágio; “universidade, realidade e comunidade” (CAPF, p. 204), e ensino, pesquisa e extensão:

Propomos que este Centro [Trabalho-Estudo] não seja mais um departamento burocrático da Universidade, entregue a um grupo fixo de “encarregados”, mas que todos os docentes e alunos sejam com eles envolvidos, na medida dos temas e questões dos trabalhos que estiverem sendo desenvolvidos. [...] Esta integração, além de enriquecedora, afastaria bastante os estágios e projetos de “faz-de-conta”, as situações idealizadas ou artificiais, como também reforçaria o compromisso e a competência do educador na realidade em que está imerso (CAPF, 1983, p. 204).

Os estudantes também deixam clara sua opinião no que tange à democracia universitária, ao discutir a tomada de decisão sobre o funcionamento e gestão dos diferentes projetos desse Centro:

Em nível de legislação deverão ser apenas discriminadas a estrutura e a dinâmica geral dos cursos de formação de educadores. A forma como se concretizarão essas propostas (disciplinas e/ou áreas de estudo, questões relativas à avaliação, frequência, distribuição de carga horária etc.), ficarão a cargo de cada unidade após discussões comunitárias e resoluções comunitárias e resolução em comissões paritárias de alunos e professores (CAPF, 1983, p. 205).

Este texto é importante para esta pesquisa não apenas pelo seu conteúdo, que serve de exemplo da participação estudantil organizada na formulação crítica sobre a universidade, nas entidades de base, distintas da UNE, mas também por constituir caso em que a formulação discente é publicada em revista acadêmica do centro de ensino. Porém, no período 1979-1989, esse texto figura como exemplo único, mostrando-se exceção, e não uma tendência no período.

1.2.3 Conclusões preliminares sobre o período

Para evitar repetição, concentrarei a maior parte da análise dos dados na seção de considerações finais do texto. Entretanto, levanto aqui alguns elementos de análise, a título de preâmbulo ao leitor.

Primeiramente, chama a atenção o número diminuto de textos discutindo o movimento estudantil. Verificou-se um número similar de artigos cotejando temáticas da educação e movimentos sociais. Pode-se especular que, a princípio, não se trata de um problema relativo ao movimento estudantil em particular, mas uma tendência dos pesquisadores em educação não reconhecerem os movimentos sociais como objeto de pesquisa nessa área do conhecimento, privilegiando os espaços de educação formal – as instituições de ensino – em suas pesquisas.

Vale ressaltar, porém, que o movimento estudantil, diferentemente de outros movimentos organizados, se forma e atua justamente nas instituições de ensino, particularmente nas universidades. Cabe indagar, então, por que não ocorre número significativo de textos de autoria de militantes, estudando e analisando o próprio movimento. Esse fenômeno pode ser sintomático de uma falta de interesse do próprio movimento em produzir conhecimento científico sobre si. Por outro lado, pode indicar apenas que seus membros não reconhecem os periódicos de pesquisa como espaço legítimo para divulgação dessas análises. As duas hipóteses serão discutidas com maior profundidade caso se verifique a mesma tendência nos períodos seguintes.

2. ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO 1990-2002

2.1 Contextualização histórica do período

2.1.1 Collor e FHC – a investida neoliberal

Entendendo o cenário sócio/econômico/político exposto no capítulo anterior, inicio a contextualização histórica do período em questão procurando ressaltar, de forma breve, aspectos que julgo imprescindíveis para a compreensão da consolidação do projeto neoliberal em território nacional. Sem a pretensão de ser detalhista, discorro sobre tal cenário elucidando os rumos do sistema educacional brasileiro por meio das políticas educacionais adotadas, e as consequências destas para o ensino nos diferentes níveis, em destaque para o superior.

A primeira eleição por voto direto e obrigatório, realizada em 1989, elegeu como representante do executivo nacional Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), por pequena vantagem de votos em relação ao segundo colocado; 42,75% para Collor e 37,86% para Luís Inácio Lula da Silva, de acordo com o resultado oficial. Collor, transvestido na figura de “Caçador de Marajás”, imagem simbólica e poderosa da ideologia neoliberal, em seu projeto de governo vinculou a responsabilidade pelas mazelas nacionais à estrutura ineficiente, onerosa e corrupta do Estado. Para Costa (2006) a eleição do então presidente significou a vitória do projeto conservador neoliberal sobre o projeto de sociedade da esquerda organizada do país.

O governo de Collor empreendeu uma reforma para o Estado, nas vias constitucional e administrativa. Lançando mão de um pacote econômico que levou seu nome, bloqueou o dinheiro depositado em poupanças e contas correntes de pessoas física e jurídica¹⁸, programou a abertura econômica irrestrita para o capital estrangeiro, iniciou o projeto de privatizações das empresas estatais, sucateou o setor público por meio de demissões e extinção de direitos dos servidores públicos, e inviabilizou financeiramente a implantação de políticas sociais avançadas, como o SUS por exemplo.

18 O bloqueio foi realizado nas contas correntes e poupanças que excediam 50 mil cruzeiros, ou seja, cerca de sete mil reais em 2006 (Costa, 2006). Calculando a correção inflacionária segundo o índice IPCA Geral, o valor seria de aproximadamente 11 mil e 500 reais em abril de 2015.

A abertura econômica foi realizada de forma rápida e drástica. De modo geral, os lucros do capital financeiro especulativo se deram à custa do nível de vida dos trabalhadores, do poder de concorrência do empresariado nacional e do capital produtivo internacional instalado no país. A lógica neoliberal que reorganizou os padrões produtivos e de acumulação no país, opôs capital financeiro ao capital produtivo. Os recursos antes aplicados na produção passaram a ser investidos em ações e títulos, alargando a margem dos investimentos pautados apenas em índices especulativos e aumentando, consequentemente, a instabilidade econômica do país. As relações humanas, e assim todos os direitos dos cidadãos, passaram a ser regulados pelo mercado, como por exemplo, as áreas da saúde e da cultura. Na educação, portanto, não foi diferente. As políticas educacionais frutos deste governo foram pautadas no clientelismo, na privatização e nos enfoques fragmentados (VELLOSO, 1992, *apud* YANAGUITA, 2013).

Segundo Yanaguita (2013) as intenções do governo Collor para o setor educacional podem ser observadas por meio dos seguintes documentos: O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – Pnac (1990), O Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação (1991-1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991). A meta a ser atingida com o Pnac era reduzir em 70% o número de analfabetos no país. Já a meta para o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação era promover no Brasil uma revolução tecnológica, a fim de situar o país no mundo moderno. O Projeto de Reconstrução Nacional visava uma reforma do Estado por meio da modernização da economia, tendo como base o setor privado. Previa também a criação de mecanismos de integração e compatibilização dos esforços financeiros da União e dos sistemas de ensino por meio da estruturação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE) e do Salário-Educação Quota Federal, compartilhando as responsabilidades de sua gestão com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime) (YANAGUITA, 2013).

De modo geral, compreendia-se a importância do Estado na educação, no entanto, ela deveria seguir as demandas da população em conjunto com as necessidades econômicas do país. Nas palavras da autora: “Tais propostas apontavam para a educação como fonte potencializadora das possibilidades de um desenvolvimento sustentado e de uma sociedade democrática, de acordo com os princípios difundidos pela Teoria do Capital Humano (THC)” (YANAGUITA, 2013).

Junto a diversos escândalos de corrupção e acusado pelos crimes de corrupção passiva, corrupção ativa, supressão de documentos e falsidade ideológica, constatou-se que, Fernando Collor de Mello, “o caçador de marajás”, havia falhado em sua missão, traído seus mandantes, e que, portanto, deveria ser sacrificado. No entanto, a mídia seguia alimentando uma postura de culpabilização da ineficiência do Estado, e não da lógica neoliberal pelo agravamento dos problemas nacionais. Segundo Costa (2006), o governo de Collor foi expressão não apenas das contradições internas da conjuntura nacional no início da década de 1990, mas também do acirramento das contradições internas do capitalismo em sua forma neoliberal.

Após dois anos, marcados pelos substanciais lucros recolhidos ao capital financeiro/especulativo, Fernando Collor de Mello, pressionado pelos fatos e circunstâncias, entrou em vias de ser o primeiro presidente da América Latina a sofrer um impeachment. Fora acusado, junto com seu tesoureiro Paulo Cesar Farias, pelo irmão, Pedro Collor de Mello de arquitetar e participar de esquemas de corrupção.

Pressionando pela realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), estudantes e civis saíram nas ruas vestidos de preto exigindo o impeachment: o movimento ficou conhecido como os “caras-pintadas”. Na descrição de Poerner, buscou-se uma unificação das lutas em uma contestação geral contra o projeto neoliberal em andamento, tendo a maior expressividade de seu pluralismo no Rio, na Cinelândia “quando *punks*, funkeiros, metaleiros e grunges cantaram o Hino Nacional com os caras-pintadas” (POERNER, 1995, p. 306). Milhares de estudantes convocados pela UNE e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), manifestaram-se em 18 capitais do país, repudiando o governo e exigindo a instalação de CPI. Segundo Poerner:

Com as boas graças da população em geral, indignada com os escândalos que espocavam quase todos os dias, a campanha dos caras-pintadas – aplaudida até pelo arqui-inimigo Erasmo Dias, deputado estadual pelo PDS em São Paulo – foi num crescendo que tingiu o Brasil de verde e amarelo, e, às vezes, de preto enlutado. Levou centenas de milhares de pessoas às maiores passeatas dos anos 90 – mais de 300 mil em São Paulo, em 25 de agosto – e só acabou com a derrubada do presidente e a posse de seu sucessor,

Itamar Franco, em outubro de 1992 (POERNER, 1995, p. 300).

Iniciada a CPI, Collor renunciou antes de ser condenado pelo Senado, alegando que o fazia em favor da manutenção das instituições democráticas, ameaçadas naquele momento. Assume em seu lugar o vice-presidente Itamar Franco, retomando a busca da governabilidade, necessária para a estabilização da economia. Por meio de políticas de aliança com diferentes setores da sociedade, buscou reconciliar o pacto social interno na medida em que seguia, num ritmo mais moderado que o do governo anterior, com o projeto neoliberal de abertura e privatização.

Por meio da centralização do poder de decisão sobre a alocação de parte dos recursos destinados aos estados e municípios, o governo Itamar formou a base orçamentária sobre a qual se ergueu o Plano Real, concretizando o projeto de estabilidade monetária nacional e de crescimento econômico. Com a estabilização da economia, as reformas neoliberais puderam voltar à pauta dos sucessivos governos, ainda sustentada pela ideologia detratora do Estado de Direito.

Na área da educação, o governo de Itamar Franco estipulou diretrizes educacionais no Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003. Tal plano continha políticas educacionais direcionadas principalmente para a educação básica, em destaque o ensino fundamental. A descentralização foi uma das principais características deste plano, visando à produtividade e à competitividade entre as instituições escolares. A nova forma de gestão educacional proposta previa autonomia financeira, administrativa e pedagógica nas escolas públicas. No entanto, é importante mencionar que o referido plano não foi efetivo, pois, o “mencionado plano foi formulado mais em conformidade com o objetivo pragmático de atender a condições internacionais de obtenção de financiamento para a educação, em especial aquele que, de algum modo, encontrava-se ligado ao Banco Mundial” (SAVIANI, 1999, p. 129).

Segundo Costa (2006), um Estado menor, possivelmente mais ágil e menos oneroso, se tornou incapaz de ser um agente no processo de reversão da situação social no país. Essa tese passou a ser defendida por setores da sociedade e difundida largamente pelas principais mídias de massa do país. Nesse sentido, a solidariedade, segundo a autora, fez emergir iniciativas populares, por meio de um apelo moral, a fim de apoiar a população em situação de pobreza. Tal moralização

despolitizou o debate sobre a economia e o transformou em uma questão técnica (COSTA, 2006).

Nas eleições de 1994 é eleito como presidente da república no primeiro turno, com mais de 54% dos votos válidos, e derrotando Luís Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro da fazenda do governo de Itamar Franco que, junto a um grupo de economistas, foi responsável pela elaboração do Plano Real. Como primeiras medidas, o Governo de FHC procurou controlar a inflação, elevando as taxas de juros e deu seguimento ao plano de privatizações. Na lista delas seguem a Vale do Rio Doce e Sistema Telebrás, processo muito questionado pela oposição.

No campo educacional, o governo de FHC inicia um processo de desregulamentação do sistema educacional. O Conselho Nacional de Educação (CNE) passou a ser o órgão colaborador do Ministério da Educação na formulação e avaliação da Política Nacional de Educação, reforçando a centralização no poder executivo neste novo Estado Gerencial. Também, passou a regulamentar a escolha dos dirigentes universitários (NEVES; PRONKO, 2008).

Após anos sendo discutida no Congresso Nacional, em 1996 ocorre a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sendo responsável pela descentralização normativa, executiva e financeira, a LDB dividiu a responsabilidade da educação do Ensino Fundamental com estados e municípios. A educação infantil, - na época de 1º a 8º séries -, em regra ficou sob a responsabilidade dos municípios. Já o ensino médio ficou sob comando dos estados. O ensino superior ainda permaneceu sob responsabilidade da União, incluindo o ensino superior privado. Segundo Neves e Pronko:

Entre os dispositivos aprovados pela nova LDB, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, merecem destaque no que tange à formação para o trabalho simples e para o trabalho complexo na atualidade; a nova relação entre trabalho e educação; a definição de apenas dois níveis de ensino; a reconceituação de formação técnico-profissional como educação continuada (NEVES, PRONKO, 2008, p. 59).

Em 1998 foi implantando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), por meio da Emenda Constitucional n.º 14, de

setembro de 1996, regulamentada pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano. A nova forma de redistribuição dos recursos públicos destinados ao ensino fundamental vinculava a este uma parcela dos recursos destinados à educação como um todo. Se 25% das receitas de estados e municípios eram destinados à educação, agora 15% de todo o arrecadamento estadual e municipal passariam a fomentar o ensino fundamental, ou seja, cerca de 60% dos 25% obrigatórios destinados à educação.

Nesse momento pode-se observar também o processo de desresponsabilização do governo Federal para com o ensino fundamental e com o fim do analfabetismo em território brasileiro, não havendo aumento de recursos destinados à educação, e sim a modificação de sua redistribuição. Também é importante considerar que o pacto federativo que culminou em maior autonomia dos municípios, independentes de estados e União, levou ao surgimento de diversos sistemas educacionais autônomos, dificultando uma política nacional de educação para o ensino básico. A municipalização da responsabilidade da educação encontrava-se nas recomendações do FMI como método de racionalizar os recursos da educação, ou seja, a descentralização dos serviços educacionais. Nesse sentido, o Brasil seguia a cartilha.

O governo de FHC também não ficou livre de acusações de corrupção e de favorecimento de empresas internacionais na compra das empresas estatais. A aprovação da emenda constitucional, em 1997, permitindo a reeleição para os cargos executivos seguiu-se de denúncias de compra de votos dos parlamentares. Diversas denúncias foram registradas e a oposição tentou criar uma CPI para investigar tais denúncias, sem sucesso.

Em 1998, em meio a uma recessão econômica, FHC vence novamente no primeiro turno das eleições. As medidas ocasionaram a estagnação do mercado interno e aumentaram consideravelmente o desemprego. Com a crise de 1999 houve fuga de capital nacional e internacional do Brasil. A solução encontrada foi a desvalorização da moeda nacional e a obtenção de empréstimos do FMI. Com a dependência do Fundo e o aumento da dívida, os gastos com investimentos públicos precisaram ser cortados, e a taxa de juros precisou ser elevada. A Lei de Responsabilidade Fiscal surge neste momento a fim de controlar os gastos públicos em todo o país, funcionando como um instrumento de controle dos investimentos, principalmente os destinados às áreas sociais.

De acordo com Sennett, mesmo com a centralidade do Estado no que se refere ao planejamento da economia, após a década de 1990 as

políticas governamentais de forma descentralizada foram executadas. Assim sendo, no sistema de poder na década estudada neste capítulo prevaleceram três características: a reinvenção descontínua de instituições; a especialização flexível de produção; e a concentração de poder sem centralização (SENNETT, 1999).

O Governo de FHC segue até 2002, após o qual é eleito Luís Inácio Lula da Silva como presidente da República. Seu governo será objeto de análise do próximo capítulo.

2.1.2 Educação profissional no período

De modo geral, dentro das mudanças iniciadas no governo Itamar Franco, algumas se concentraram na educação de natureza tecnológica, um ramo da educação concentrado até então na formação para o trabalho no nível médio. Em 1994 foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. As Escolas Técnicas Federais transformaram-se em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), passando a pertencer ao ramo da educação superior no Brasil em 1997.

Houve participação do setor privado, por meio de empresários industriais e educacionais. Os primeiros participaram com representações nos poderes executivo e legislativo e no sindicalismo patronal. Apresentaram a Proposta para um Brasil Novo: Livre para Crescer, definindo algumas diretrizes para a educação, de modo a contemplar seus interesses. Já os empresários educacionais conseguiram subsídios do governo, técnicos e financeiros, a fim de expandir sua rede de escolas. Na oposição encontravam-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e a UNE, lutando por uma formação cognitiva e comportamental de uma consciência crítica dos trabalhadores brasileiros (NEVES; PRONKO, 2008).

Já os dois governos de FHC caminharam em direção à alteração do conteúdo da formação profissional. Decretos do executivo e a relação com os governos dos Estados, Congresso Nacional, escalões superiores, a intelectualidade e lideranças sindicais foram algumas ferramentas adotadas na tentativa de gerar consenso entre os atores políticos. De acordo com Neves e Pronko (2008), o oferecimento de recursos financeiros às instituições educacionais que aderissem às reformas propostas demonstra a existência de um mecanismo de sedução. De forma resumida, no campo educacional, os governos de FHC tiveram como objetivo:

1) a implantação de uma nova política sistemática de formação para o trabalho simples, por meio da estruturação de uma nova educação básica; 2) um novo “sistema nacional” de formação técnico-profissional; 3) o desmonte progressivo do aparato jurídico-político da formação para o trabalho complexo e a antecipação de algumas medidas dessa mesma ordem que vieram a se constituir em instrumentos viabilizadores da reforma da educação tecnológica e da reforma da educação superior implementadas sistematicamente pelo primeiro governo Lula da Silva, a partir de 2003 (NEVES, 2000 *apud* NEVES; PRONKO, 2008, p. 57).

Em 1998 o Sistema Nacional de Educação Tecnológica é extinto, marcando o desmonte da educação tecnológica preexistente. A nova expansão diversificada da formação técnico-profissional fazia parte das prescrições de mecanismos internacionais para os países periféricos.

O Plano Plurianual Brasil em Ação (1996-1999) apresentou duas principais linhas para a organização da educação profissional, com o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) e o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). O Proep, por exemplo, foi implementado com recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de desenvolvimento. Estes, “enquadraram na estratégia mais abrangente desses organismos de alívio da pobreza e da busca por consentimento ativo das massas trabalhadoras ao projeto hegemônico de sociedade e de sociabilidade” (NEVES; PRONKO, 2008).

O Planfor visava à implementação de cursos com carga horária reduzida, ou seja, de curta duração, destinados às pessoas consideradas em risco social e ao atendimento de uma crescente demanda no mercado de trabalho. Por ser uma política de emprego e não uma política educacional, o Planfor auxiliou também na desarticulação da escolarização com a formação para o trabalho. Já o Proep visava à organização da educação profissional para a reforma e adequações de caráter técnico-pedagógico como: a flexibilização curricular de acordo com a demanda externa; formação e avaliação por competências; autonomia de gestão, inclusive na captação de recursos; e expansão da

educação profissional por meio do segmento comunitário. De acordo com Ferreira:

Até o ano de 2002, por meio do termo de cooperação técnica e financeira estabelecido entre o MEC e o MTE, no âmbito do Proep foram investidos R\$ 19,3 milhões do Planfor/FAT na qualificação de 25,2 mil pessoas. Esses resultados são pífios diante da realidade do público-alvo da Educação Profissional no país, o qual compreende, na faixa-etária de 14 a 24 anos de idade, cerca de 38 milhões de pessoas (FERREIRA, 2010, p. 220).

A nova LDB, no Título V: Dos Níveis e das Modalidades da Educação e do Ensino, acrescenta, além da educação básica – ensino infantil, fundamental e médio – e da educação superior, a educação profissional, aplicada por meio de cursos de formação inicial e continuada, contribuindo, portanto, com o aumento do caráter dual de nossa educação. Para a educação profissional, três níveis de cursos foram criados: básico, técnico e tecnológico, sendo este último tido de forma acelerada, apenas três anos, efetivando uma educação tecnológica superior e atendendo a demanda existente no mercado de trabalho. O Estado, nesse sentido, assume, direta e indiretamente, com algumas parcerias, a direção político-pedagógica desta modalidade educacional.

A LDB, fortemente contestada pelos profissionais da educação, continha pontos polêmicos defendidos, no entanto, pela burguesia. Assim, o Congresso Nacional de Educação (Coned) passou a ser o espaço onde os profissionais da educação de todos os níveis e modalidades de ensino passaram a construir uma proposta educacional contra hegemônica. De acordo com Neves e Pronko (2008, p. 62), “As mobilizações em torno dos Coneds certamente contribuíram para retardar a reforma da educação superior e para sustentar parcialmente o caráter de integralidade da educação tecnológica de nível médio”.

O decreto n 2.207 de 15 de abril de 1997 regulamentou o Sistema Federal de Ensino, dividindo as instituições de ensino e instituições de pesquisa, e o empresariamento da educação superior. As instituições, em grande parte privadas, de ensino superior, passaram a ser descritas como: faculdades integradas, centros universitários, institutos, escolas superiores e faculdades. Este processo acentuou a divisão existente entre as instituições produtoras de conhecimento das instituições de formação

para o trabalho. O decreto n 2.208, de 17 de abril de 1997 regulamentou os artigos relacionados à educação profissional, normatizando a educação profissional nos três níveis mencionados anteriormente. No entanto, a falta de clareza, como coloca Neves e Pronko (2008), com relação ao ensino superior e ao ensino superior tecnológico permanece em termos teóricos e jurídicos até o final do primeiro governo de Lula.

Demonstrando uma postura gerencial, o Estado cria no Ministério do Trabalho, a Secretaria de Formação Profissional (Sefor), utilizando também a organização da educação tecnológica preexistente no Ministério da Educação, ou seja, a Secretaria da Educação Média e Tecnológica e as instituições federais.

2.1.3 Educação superior no período

O período estudado neste capítulo apresenta uma grande reforma no sistema educacional brasileiro, sendo a LDB, como mencionada anteriormente, um dos marcos para algumas das modificações relacionadas ao segmento do ensino superior. Dentre os aspectos mais marcantes deste processo encontram-se a flexibilização e a fragmentação, por meio da diversificação institucional, e a sua expansão com maior participação do setor privado.

A intensificação do processo de privatização da educação superior acontece a partir de duas principais estratégias: a privatização do ensino superior, impulsionado pelo achatamento salarial dos professores e servidores, pela precarização das relações de trabalho, pelas contratações temporárias, pelo corte de verbas para projetos de pesquisa, a cobrança de taxas entre outros; e o estímulo estatal à intensificação de investimentos do campo empresarial. A relação entre o número de matrículas em universidades públicas e privadas no país é destacado por Neves e Pronko na seguinte passagem:

Dados do Censo da Educação Superior de 2002 revelaram que, no final do período FHC de governo, a rede privada de ensino já se responsabilizava por 69,8% das matrículas da educação superior e a rede pública, por apenas 30,2%. No conjunto da rede privada, os empresários educacionais detinham 52% das matrículas do conjunto dessa rede. Essas proporções em favor do empresariamento da educação superior se aceleraram durante o primeiro governo Lula da Silva (NEVES; PRONKO, 2008, p. 66).

A fundamentação para os dados coletados pelo Censo da Educação Superior em 2002 está no decreto nº 2.306 de 19 de agosto de 1997, que regulamentou o Sistema Federal de Educação e passou a admitir instituições de ensino com fins lucrativos, entre elas as de ensino superior. O decreto diversificou tais instituições em cinco categorias, como mencionadas anteriormente: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos Superiores ou Escolas Superiores. O decreto nº 3.860 de 9 de julho de 2001 corrigiu o anterior, estabelecendo apenas três tipos de instituições de ensino superior: Universidades; Centros Universitários; Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores e/ou Escolas Superiores, sem, portanto, alterar a relevante participação do setor privado.

Faz-se necessário ressaltar que neste período as universidades públicas sofreram forte sucateamento, consequência dos cortes de verbas, da não abertura de concursos para contratação de professores e funcionários técnico-administrativos e da ausência de uma política efetiva de assistência estudantil. Tal sucateamento foi endossado pelas recomendações do Banco Mundial para nosso sistema educacional.

No ano de 1996, o então Ministro da Educação do governo de FHC, Paulo Renato de Souza falou sobre os três pilares da reforma universitária recomendada pelo Banco Mundial: Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos – conhecido como Provão; Autonomia Universitária; e Melhoria do Ensino com o Programa de Gratificação e Estímulo à Docência (GED). Na cartilha do neoliberalismo, a autonomia universitária viabilizou o processo de privatização das universidades públicas brasileiras e, consequentemente, desobrigou o Estado pelo seu financiamento.

A reforma universitária que começou a ser implementada na década de 1990, não foi integralmente completada devido à forte pressão dos estudantes, professores e trabalhadores da educação. Ela chega ao governo de Lula vinculada a outras, como as do Estado, da Previdência, Trabalhista e Sindical. Segundo Figueiredo (2005), as diretrizes transmitidas por organismos multilaterais continuam:

- 1) proliferação das instituições privadas de ensino e as vagas delas decorrentes; 2) ofertas do ensino superior, regida basicamente pela demanda do mercado; 3) diminuição do financiamento estatal para as universidades públicas, 4) incremento das receitas das universidades, através da contribuição

dos estudantes e vendas de serviços, 5) desenvolvimento das assistências técnicas (consultorias), como nova função acadêmica, vinculando assim a universidade a setores produtivos, em busca de captar recursos privados; 6) utilização dos concursos, exemplos [sic] vestibulares, como nova forma de acesso a recursos públicos e 7) não abertura de concurso público, flexibilizando as formas de contratação (contrato temporário e CLT), acabando, assim, com o funcionalismo público (RJU) (FIGUEIREDO, 2005, s/p).

2.1.4 O movimento estudantil nos anos 1990 a 2002

O movimento estudantil esteve presente, nesta década, principalmente na mobilização nacional a favor do impeachment de Collor. Segundo Poerner (1995, p. 319) os estudantes foram os primeiros a “sacar” o alto nível de corrupção do governo, “num momento em que não havia justificativa para qualquer apatia ou omissão dos brasileiros”. Após a saída de Collor, a UNE, enquanto entidade representativa dos estudantes passou a ter um bom relacionamento com Itamar Franco, que assumiu a presidência do executivo no país.

No entanto, com a eleição de FHC, a UNE voltou à oposição acreditando que o governo em questão concretizaria o projeto neoliberal em território nacional. A UNE se colocou contra as privatizações previstas, contra as prescrições transmitidas pelo Banco Mundial para a educação, contra o retrocesso das conquistas sociais e trabalhistas, a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, o exame nacional de cursos, entre outros. Dentro da entidade, a década também é marcada por diversos conflitos e divergências políticas, exigindo sempre um esforço da direção na articulação dos distintos interesses.

Em 1995, a Lei nº 9.192, de 21 de dezembro, passou a regulamentar o processo de escolha de dirigentes universitários, reduzindo a participação dos servidores e dos estudantes das universidades federais e findando a participação paritária na gestão universitária. Segundo Neves e Pronko, (2008), esta foi uma das estratégias utilizadas para apassivamento do movimento dos trabalhadores da educação, no âmbito das universidades públicas, assim como do próprio movimento estudantil.

Em 2001, Paulo Renato de Souza editou a medida provisória que cassava o monopólio da UNE para a emissão da carteira de identidade

estudantil. A iniciativa provocou uma desestabilização na entidade que, com o dinheiro arrecadado, financiava protestos contra as articulações do governo. Na disputa eleitoral entre José Serra e Luís Inácio Lula da Silva, a UNE organizou junto com a Ubes um plebiscito nacional e contou com a adesão de 400 mil estudantes. Com maioria dos votos, a posição de apoio à Lula foi ratificada pela diretoria e anunciada por Felipe Maia no comício do candidato petista em Florianópolis. Nem poderia ter sido diferente, já que a entidade, desde o começo do governo de FHC, cerrara fileiras na luta contra o neoliberalismo (POERNER, 2004).

2.2 A produção científica nas fontes pesquisadas no período 1990-2002

2.2.1 Análise preliminar dos dados

Seguindo orientação disposta no capítulo anterior, das publicações realizadas nas fontes elegidas para elaboração deste trabalho, selecionei, com destaque, os artigos que mencionavam o movimento estudantil como objeto central de análise. As publicações selecionadas auxiliaram-me no levantamento de algumas hipóteses sobre o tratamento desta temática dentro da academia, assim como a detectar certas tendências para as discussões empreendidas.

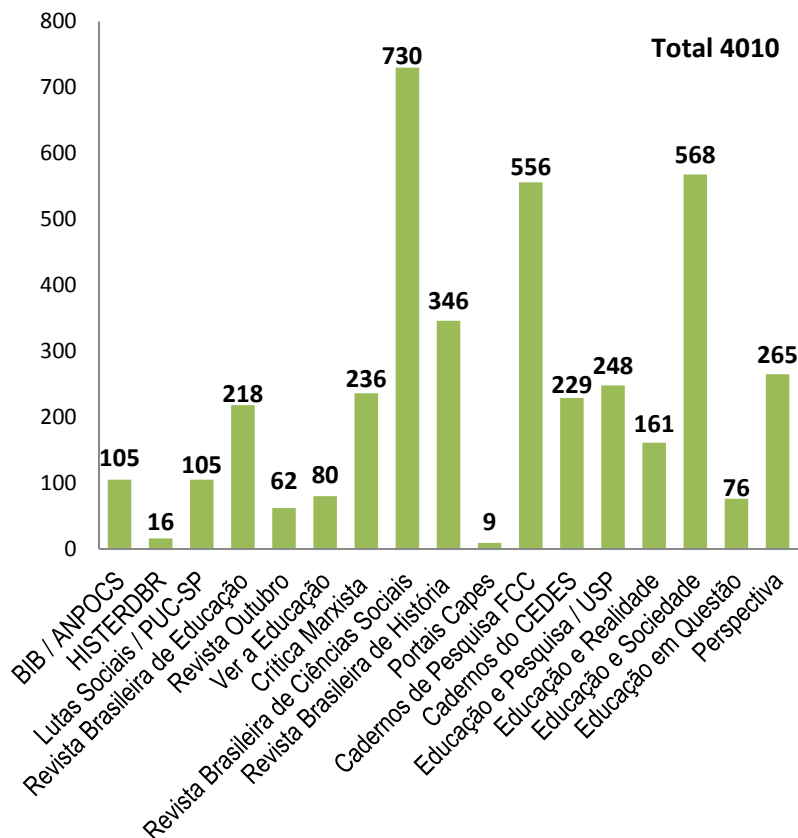
Assim como na primeira década estudada, elegi as publicações a partir das seguintes temáticas: movimento estudantil, Universidade, Democratização e Movimentos Sociais, de modo a possibilitar uma comparação com os dados da década anterior. Incluí na segunda década a categoria “reforma educacional”, que engloba textos que abordaram a LDB, temática de suma importância para a educação nacional no período histórico em questão.

Alguns periódicos que não constaram do capítulo anterior neste figuram, uma vez que foram fundados na década aqui tratada. São eles: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB – Anpocs), *HISTERDBR Online* (a partir do ano 2000), *Lutas Sociais* (PUC/SP, a partir de 1996), *Revista Brasileira de Educação* (a partir de 1995), *Revista Outubro* (a partir de 1997), *Revista Ver a Educação* (a partir de 1995), *Crítica Marxista* (a partir de 1994).

Os bancos de teses e dissertações da CAPES e o portal de periódicos da mesma instituição foram pesquisados utilizando os mesmos procedimentos descritos anteriormente. Abaixo, apresento um

gráfico contendo o total de publicações investigadas (4010) organizadas de acordo com a origem de publicação.

Gráfico 05 - Número de produções pesquisadas por periódico (1990-2002)



Fonte: Elaboração Própria

De início, chama a atenção o aumento na produção de textos nas fontes pesquisadas, em relação ao período anterior. Levando-se em conta apenas os periódicos, foram publicados, dentre as fontes pesquisadas, no período de 1979-1989, 1957 textos. Descontando-se os

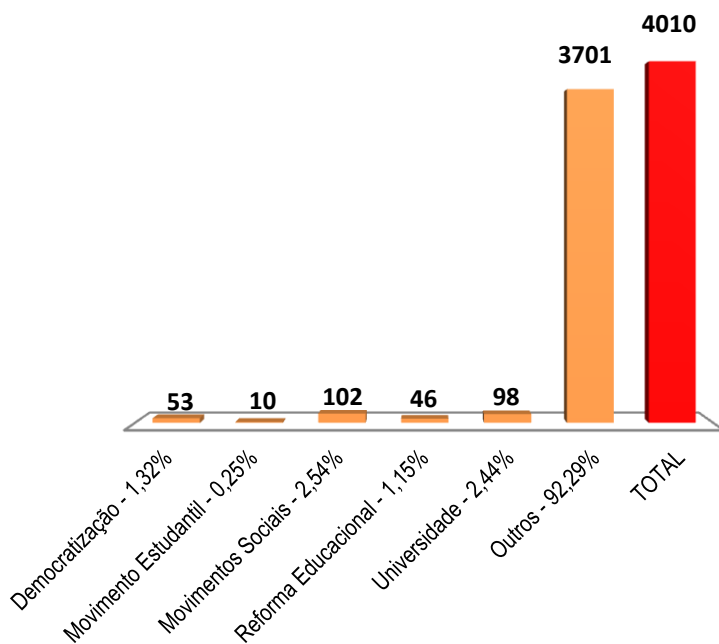
novos periódicos incluídos na pesquisa no período 1990-2002, as mesmas revistas pesquisadas na década anterior publicaram, no período seguinte, 3188 textos em seus volumes – um aumento de 61,39%, que evidencia a tendência geral de aumento da produção científica no país, resultado da proliferação de programas de pós-graduação no país após a década de 1980 (BRASIL, 2010).

O gráfico 05 permite visualizar também uma discrepância entre o número de artigos publicados pelos periódicos no mesmo espaço de tempo. Ressalve-se novamente, porém, o fato de que os periódicos à esquerda do gráfico (até a revista *Crítica Marxista*) foram fundados após 1990, enquanto os à direita publicaram volumes desde o início do período pesquisado. A comparação válida, portanto, pode ser feita entre os periódicos cuja história de publicação precede 1990. Dentre estes, destacam-se a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, e, no campo da educação – repetindo o ocorrido na década anterior –, os *Cadernos de Pesquisa FCC* e *Educação em Sociedade*, tendo publicado, cada um, mais que o dobro de textos dos demais periódicos.

A pesquisa nos portais de teses e dissertações e de periódicos da CAPES revelou um número maior de trabalhos discutindo a temática do movimento estudantil – foram identificados nove textos entre 1990 e 2002, contra apenas dois no período anterior. Entretanto, se considerarmos que, segundo a CAPES (2010), o número de cursos de mestrado dobrou entre 1989 e 2002, e o de cursos de doutorado quadruplicou no mesmo período, o número de ocorrências da temática mantém-se, proporcionalmente, similar ao do período anterior. Mais detalhes sobre os resultados de pesquisa nas bases de dados da CAPES serão apresentados adiante, em conjunto com uma análise do conteúdo desses textos.

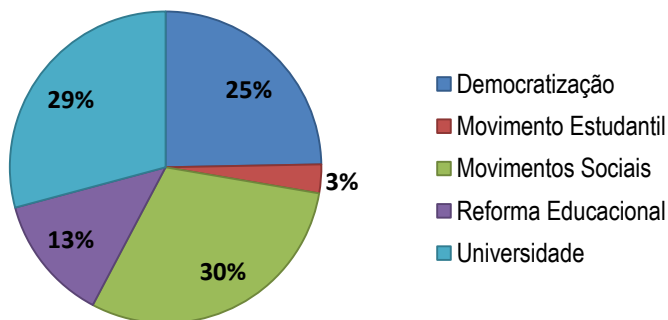
O gráfico 06 apresenta o número de textos selecionados – divididos pelo assunto principal tratado –, em relação ao total. Da mesma forma que no capítulo anterior, houve textos que tratavam de mais de uma das categorias listadas. O gráfico 07 apresenta, em termos percentuais, o total de aparições de cada temática, levando-se em consideração a ocorrência de mais de um assunto por texto.

Gráfico 06 - Produções consultadas em relação às produções selecionadas (1990-2002)



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 07 - Distribuição dos temas contabilizados dentre as produções selecionadas (1990-2002)



Fonte: Elaboração Própria

Note-se que o número total de ocorrências de textos discutindo o movimento estudantil diminuiu em relação ao período anterior – 10 contra 11 –, apesar de terem sido pesquisados mais do que o dobro de textos – 4010 contra 1957 no anterior.

Constata-se, portanto, que, se a ocorrência da temática aumentou, em números absolutos, em teses e dissertações pesquisadas nos bancos de dados da CAPES, diminuiu sua presença nas páginas dos periódicos estudados. De fato, foram encontrados somente dois artigos discutindo o movimento estudantil dentre os periódicos pesquisados, nesse período (GODINHO, 1995; SOUZA, 1998), as demais ocorrências consistindo em teses de doutorado e dissertações de mestrado, conforme será apresentado em maior detalhe na seção seguinte.

A ocorrência de textos discutindo democratização também diminuiu, proporcionalmente, em relação à década anterior, particularmente se levarmos em consideração que, dos 53 textos contabilizados, somente 23 são oriundos de periódicos da educação e têm como sua temática central a relação entre democracia e educação. Dentre estes, observou-se a predominância de textos discutindo a gestão democrática na escola em relação a outros assuntos, uma vez que este tema contabilizou 52% do total de textos sobre democratização. É importante notar que, dentre os textos discutindo gestão democrática, nenhum aborda, como temática central, a participação estudantil na gestão dos espaços escolares, sendo esta mencionada ocasionalmente, de forma periférica ao debate central (GHANEM, 1996; OESSELMAN, 2002).

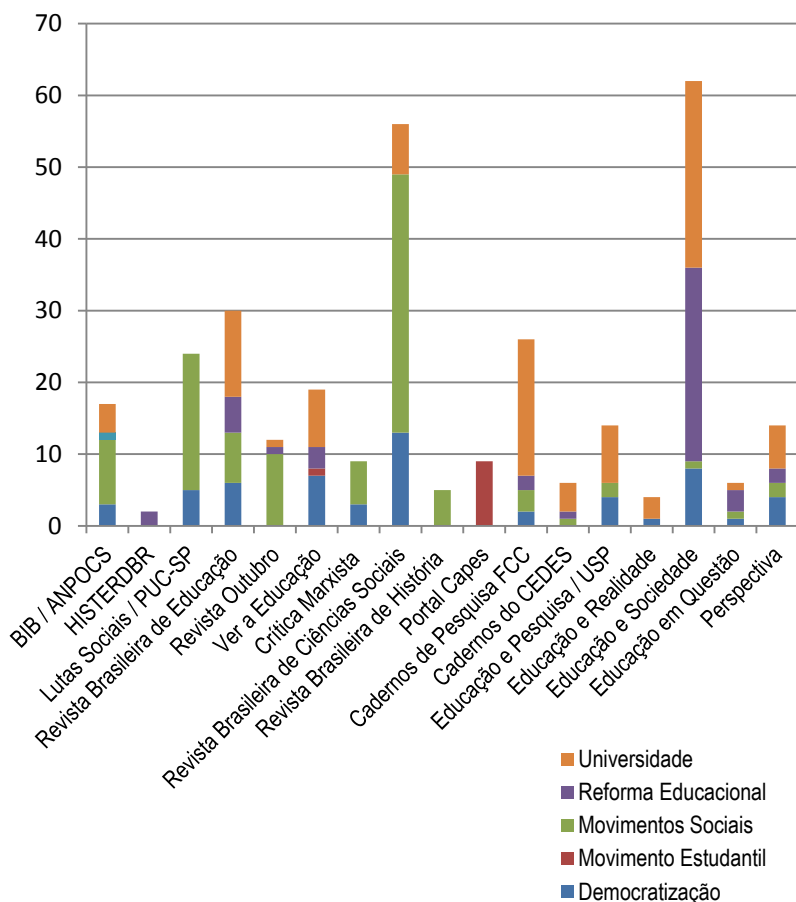
A ocorrência da temática “movimentos sociais” aumentou consideravelmente em relação à década anterior – 102 contra 16. Entretanto, é importante ressaltar que apenas 15 dos 102 textos contabilizados foram publicados em periódicos da educação. Evidencia-se a mesma tendência do período anterior: publica-se pouco sobre movimentos sociais no campo da educação, ao menos nos periódicos pesquisados.

Quanto à categoria “reforma educacional”, sua ocorrência foi relativamente alta em relação ao total, mas há de se questionar se uma temática tão importante para o período em questão quanto à construção da nova Lei de Diretrizes de Base não mereceria maior atenção dos pesquisadores brasileiros e dos editores dos periódicos da educação.

A distribuição das ocorrências das temáticas por periódico pesquisado, representada no gráfico a seguir, permite visualizar como alguns destes parecem priorizar determinados assuntos. Chama a

atenção, como já apontado, o grande número de textos abordando movimentos sociais na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e nas revistas marxistas, bem como a alta ocorrência de textos sobre reforma educacional na revista *Educação e Sociedade*. Sobre movimento estudantil, curiosamente, como já dito, apenas uma ocorrência figura dentre os periódicos pesquisados, com as fontes da CAPES apresentando o restante delas.

Gráfico 08 - Ocorrência das temáticas nas fontes pesquisadas (1990-2002)



Fonte: Elaboração Própria

2.2.2 Análise do conteúdo dos textos sobre o movimento estudantil

Dos 10 textos encontrados no levantamento realizado para esse período, nove foram localizados pesquisando o portal de teses e periódicos da CAPES. Dentre estes nove, figuram cinco dissertações de mestrado, duas teses de doutorado e dois artigos. O quadro abaixo apresenta os dados bibliográficos desses textos:

Quadro 02 - Textos encontrados discutindo movimento estudantil (1990-2002)

Título	Tipo de obra	Autor	Fonte Pesquisada	Fonte Original	Ano	Área
A luta dos estudantes paraenses pela democratização da universidade: por que reprimir?	Artigo	Maria das Graças Monteiro Godinho	CAPES – Portal de Periódicos	Ver a Educação	1995	Educação
O dialogo e a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968	Dissertação	Maria Ribeiro Do Valle	CAPES – Portal de Periódicos	UNICAMP	1997	Educação
Movimentos sociais na academia: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970-1995	Tese	Samira Kauchakje	CAPES – Portal de Periódicos	UNICAMP	1997	Educação
Uma aventura politica: as movimentações estudantis dos anos 70	Dissertação	Mirza Maria Baffi Pellicciotta	CAPES – Portal de Periódicos	UNICAMP	1997	História
Carapintadas: estudantes na festa e na política	Dissertação	Vera Marisa De Souza Rodrigues	CAPES – Portal de Periódicos	UNICAMP	1997	Antropologia

Movimento estudantil em biblioteconomia: um olhar sobre a UFSC ou a importância do movimento estudantil para a formação profissional	Artigo	Francisco Das Chagas De Souza	CAPES – Portal de Periódicos	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1998	Biblioteconomia
Um ator social em formação: da militância à descrição e análise do processo de formação médica no Brasil	Dissertação	Rogério Carvalho Santos	CAPES – Portal de Periódicos	UNICAMP	1998	Medicina
Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960	Tese	Luis Antonio Groppo	CAPES – Portal de Periódicos	UNICAMP	2000	Sociologia
Os estudantes e a transformação da geografia brasileira	Artigo	Charles Da França Antunes	CAPES – Portal de Periódicos	GEOGRAFAR ES	2001	Geografia
Memória e política: um estudo de psicologia social a partir do depoimento de militantes estudantis	Dissertação	Samir Pérez Mortada	CAPES – Portal de Periódicos	USP	2002	Psicologia

Fonte: Elaboração Própria

De início, chama a atenção uma maior diversidade nas áreas do conhecimento a que pertencem os textos, em relação ao período anterior, no qual foram levantados apenas textos das áreas da educação e das ciências sociais discutindo o movimento estudantil.

Dos 10 textos listados, cinco (GODINHO, 1995; VALLE, 1997; PELLICCIOTTA, 1997; GROppo, 2000; ANTUNES, 2001) tratam do movimento estudantil durante o período ditatorial. Levando-se em conta que os textos do período anterior que discutem o movimento estudantil como objeto principal (MARTINS FILHO, 1986; CAVALARI, 1988) também o analisam durante o regime militar, parece haver uma preferência pela pesquisa da temática durante esse período histórico. Veremos se essa é corroborada pelos dados do terceiro capítulo.

Sobre o conteúdo dos textos, Godinho (1995), a despeito do título de seu texto, discute mais a repressão ditatorial do que a luta dos estudantes paraenses pela democratização da universidade. Trata-se de artigo de caráter majoritariamente historiográfico, adentrando nas particulares da repressão militar à organização estudantil de nível superior paraense, particularmente na forma das Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEISs), instituídas pelo Ministério da Educação e Cultura em todo o país.

A dissertação de Valle (1997) trata especificamente das ações do movimento estudantil universitário brasileiro no ano de 1968, desde o icônico assassinato do estudante Edson Luís em março daquele ano – estopim para uma série de manifestações nacionais contra os militares – até a repercussão logo após a intervenção da polícia militar no XXX Congresso da UNE em Ibiúna. Como o texto de Godinho (1995), apesar de oriunda de um programa de pós-graduação em Educação, a dissertação poderia ser confundida com um trabalho do campo da história, uma vez que se dedica ao relato dos fatos ocorridos, por meio da análise de periódicos, e utilizando como suporte bibliográfico o já comentado clássico livro de Poerner (1968), em sua primeira edição.

No sentido contrário, Pellicciotta (1997), em dissertação de mestrado defendida no programa de história social da UNICAMP, propõe não apenas narrar a história do movimento estudantil nos anos de 1970, consistindo numa análise profunda sobre as transformações sofridas pelo movimento em decorrência da influência das políticas militares para a educação superior. A tese que defende, enunciada já na introdução do texto, é de que, na década de 1970, a parcela maior do movimento estudantil organizado – que não segue a radicalização do combate armado à ditadura – abandona os projetos de classe tradicionais

dos partidos de esquerda, buscando outras formas de ação e criação política. Nas palavras da autora:

As mudanças pelas quais passam as movimentações estudantis nos anos 70 não significam o *encerramento* dos seus propósitos coletivos, mas, pelo contrário, a emergência de respostas e projetos de cunho social que partilham de *outros* ideais de sociedade, política e cultura na forma de uma outra aventura de criação política. A perda das bases tradicionais ocasionada pela intervenção repressiva do Estado sobre a sociedade civil e pela reforma da Universidade dá lugar a uma “reestruturação” ou “reconstrução” de movimento que desde sua origem se coloca sensível às alterações vividas pela juventude no plano da cultura e da política. [...] O leque de questões, desafios, problemas e leituras políticas e culturais que se apresentam e se encontram em transformação na Universidade, no universo do mercado de trabalho ou ainda entre as concepções e condições de militância político-cultural, dizima qualquer perspectiva, neste período, de uma ação política institucional segundo os quadros estabelecidos anteriormente. [...] alteração que exige dos estudantes questionamentos e mecanismos participativos suficientemente abrangentes para fazer-se integrar à definição dos novos rumos (PELLICCIOTTA, 1997, p. 28-29, grifos da autora).

São interessantes também as constatações realizadas pela autora sobre a situação da produção acadêmica nacional sobre o movimento estudantil, em 1997. Pellicciotta constata que a maioria dos estudos sobre a temática se concentra no período entre 1964 e 1968. Observa também a transição da produção sobre juventude e política nas décadas seguintes para outros movimentos sociais que não o movimento estudantil concebido em sua organização tradicional, em torno das entidades estudantis locais, estaduais e nacionais (PELLICCIOTTA, 1997).

Corroborando essa última observação de Pellicciotta (1997), a contraposição entre o movimento estudantil organizado em torno das “tradicionais” entidades representativas e a juventude organizada em

outras formas de coletividade é a tese central da dissertação de mestrado de Rodrigues (1997), produzida no Departamento de Antropologia da UNICAMP. Ao discutir o movimento dos “carapintadas”, a autora contrapõe duas formas distintas de fazer política: “o movimento estudantil definido como sério, que tinha a batalha e a qualidade de organizado” (RODRIGUES, 1997, p. 184) e os jovens carapintadas, que “negam o *modelo 68* quando assumem a festa como parte integrante da manifestação política e ‘condenam’ a sisudez dos militantes contra a ditadura” (idem, p. 185). Essa contraposição faz parte, segundo a autora, de um choque geracional e estético dentro da política, que teve sua síntese na medida em que os militantes “modelo 68” conseguiram, por meio de entidades como a UNE, atuar como interlocutores entre o governo e a vontade da juventude nas ruas. Exalta, também, como síntese desse choque, a “ligação ação política/festa” (idem, p. 188) no movimento estudantil, utilizando como parâmetro as reações positivas da mídia massificada e seu apoio ao movimento popular¹⁹.

GROPPPO (2000), em tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da UNICAMP, chega à constatação similar à de Pellicciotta (1997), mas em estudo de abrangência global. Para o autor, as ondas mundiais de revoltas juvenis, durante a década de 1960, deram origem a uma série de movimentos sociais distintos que, se não necessariamente se identificavam enquanto movimentos de classe, confluíam na insatisfação com as contradições colocadas pela intensificação e globalização da exploração do trabalho. O autor assume uma postura mais crítica do que Rodrigues (1997) frente a esses novos movimentos, mas conclui, à luz do caráter dialético da história, que dessas propostas alternativas de fazer política podem surgir futuras ondas de contestação criativa ao capitalismo. No que tange ao movimento estudantil brasileiro, entretanto, a análise de Groppo não se estende além, novamente, de 1968.

Os textos de Santos (1998), Souza (1998) e Mortada (2002) têm em comum a proposta de analisar o movimento estudantil a partir da significação dada a ele por militantes do próprio movimento. Assemelham-se também na medida em que os autores são ex-militantes do movimento estudantil, utilizam metodologias de pesquisa similares – entrevistas individuais e coletivas – e privilegiam a análise dos discursos

19 Chama a atenção a atualidade da perspectiva exaltadora do caráter festivo de parte dos movimentos populares, em contraposição à sisudez de outras formas de ação política, particularmente à luz das recentes manifestações populares nos grandes centros urbanos brasileiros nos dias 13 e 15 de março de 2015.

individuais à histórica e sociológica. Trazem poucas contribuições para a análise do movimento estudantil para além da opinião de alguns indivíduos sobre este. Pareceram-me um tanto tendenciosos na exaltação da militância estudantil – em particular o texto de Santos (1998) apresenta um caráter profundamente autobiográfico, que leva o autor a generalizar a importância da militância em sua história de vida para todos os estudantes.

É possível que esses textos indiquem uma tendência, dentro do estudo da temática, do que Pereira e Ratto (2011) chamam de “desmedida antropologização das ciências humanas”. Como os autores bem resumem, “conhecimento de si, portanto, passou a ser a grande matriz dos saberes das humanidades na proporção equivalente em que a metafísica se transfigurou em metafísica da subjetividade e a linguagem ganhou prestígio ontológico” (PEREIRA e RATTO, 2011, p. 629).

Longe de desprezarem o valor das narrativas individuais na pesquisa, os autores alertam para o fato que tal perspectiva de pesquisa pode incorrer no erro de não cotejar os dados subjetivos com análises históricas, sociológicas, ou mesmo dados objetivos sobre a realidade que os sujeitos descrevem. Cabe atentar para um aumento na ocorrência de textos que trabalham dentro desse referencial epistemológico na década seguinte, para verificar se evidencia-se de fato uma tendência.

Compare-se, por exemplo, o método de pesquisa e análise desses textos com o de Antunes (2001), em que o autor busca evidências da influência de estudantes organizados dos cursos de graduação e pós-graduação de geografia na formação histórica da Geografia Crítica, não nos discursos dos estudantes sobre sua própria suposta importância, e sim na história da intervenção desses estudantes organizados nos Encontros Nacionais de Geografia e nos espaços de debate e deliberativos da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Finalmente, a tese de doutorado de Kauchakje (1997), produzida na Faculdade de Educação da UNICAMP, consiste em um mapeamento das teses e dissertações produzidas na USP e UNICAMP, entre 1970 e 1995, que tiveram como objeto movimentos sociais. O estudo localizou três textos na UNICAMP, dois dos quais constam desta dissertação (MARTINS FILHO, 1986; CAVALARI, 1987) e um que não foi contabilizado (TAKAHASHI, 1995)²⁰. Na USP foram localizados dois

20 Compreendo que o enquadramento por Kauchakje (1997) da dissertação de Takahashi (1995) na categoria “movimento estudantil” foi equivocada; o texto discute a relação entre adolescentes e política a partir de um estudo de caso, mas não envolve entidades estudantis organizadas.

textos, não incluídos na presente pesquisa: a dissertação de Perosa (1971) foi produzida em ano anterior ao do início deste levantamento; a tese de doutoramento de Coelho (1991) não consta do acervo digital de teses e dissertações da USP, tampouco nos bancos de dados da CAPES, mas, ao que indica o resumo contido no anexo da tese de Kauchakje (1997), não trata do movimento estudantil como temática central.

Ainda sobre a tese de Kauchakje (1997), a autora dedicou, em seu estudo de 90 páginas, menos de três ao movimento estudantil.

3. ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO 2003 – 2014

3.1 Contextualização histórica do período

Dando continuidade ao exercício de contextualização, início este capítulo relembrando a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2002, para assumir a presidência da república. A grande expectativa na reversão da implantação do projeto neoliberal no Brasil, dada em sua maior parte pela oposição ao governo anterior, não foi conquistada, perdendo-se no transcorrer do mandato do novo presidente. De acordo com Neves e Pronko (2008), o primeiro Plano Plurianual, formulado e aprovado pelo governo de Lula, demonstrou forte relação com os postulados do neoliberalismo, principalmente quando relacionado aos da chamada Terceira Via²¹. Em outras palavras, não obstante uma inédita preocupação com políticas sociais, o governo de Lula manteve o enfoque monetarista, já vivenciado nos governos anteriores, advogou a retomada do crescimento econômico, reforçou o caráter gerencial do Estado e aprofundou a política de parcerias que, por meio de estratégias assistencialistas, visaram, em seu horizonte, maior justiça social.

Contrariando a lógica do governo anterior, os programas sociais nos governos lulistas visaram o atendimento das necessidades do estrato da população com maior carência. Um dos programas de destaque foi o Bolsa-Família, criado por meio do decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004 que, de maneira breve, visou – e ainda visa – à transferência direta de renda para famílias pobres e famílias situadas abaixo da linha da pobreza. Outros exemplos de programas implantados neste governo são o ProJovem e o Primeiro Emprego, ambos recebendo verba federal, mas sendo executados no nível local por meio de parcerias realizadas entre governo federal, estados e municípios. Apesar de inúmeros os programas, uma grande parte destes possuiu caráter transitório e pode ser caracterizada como programas especiais e/ou políticas temporárias, sem configurar, portanto, políticas regulares (OLIVEIRA, 2009).

De maneira geral, o que se percebeu com relação às políticas públicas do governo de Lula foi que a estratégia fundamental do Estado

21 “O neoliberalismo de Terceira Via fundamenta-se na junção de princípios do neoliberalismo com princípios da socialdemocracia, conciliando – o inconciliável, na prática – mercado e justiça social para o desenvolvimento de um capitalismo de face humana que prioriza a inclusão dos discriminados culturalmente, a iniciativa individual ou grupista na resolução dos grandes problemas sociais e a expansão do poder aquisitivo dos miseráveis como estratégias de legitimação social” (NEVES, 2013).

constituiu na alocação de recursos para a população trabalhadora e carente, a fim de transforma-la nos chamados “consumidores plenos”. Em posse de tais recursos, ou seja, de alguns benefícios, créditos entre outros, o mercado local pode se afirmar como em constante expansão. As indústrias atingiram o seu objetivo ao realizar e acumular o valor excedente produzido, com saldos positivos em seus balancetes. Segundo Costa (2006) é desta maneira que o “círculo virtuoso” se completa: forte investimento para a produção em massa; maior volume de mercadorias padronizadas e mais baratas; “pleno emprego” e/ou Seguridade Social, com salários indiretos e assistência pública; consumo local massivo; e a realização do superlucro capitalista. Para melhor definir os chamados “salários indiretos”, fornecidos pelo Estado, basta pensarmos nos serviços: sociais, como a educação e a saúde pública entre outros; assistenciais, como o seguro desemprego, campanhas de alimentação, transferência de renda entre outros; para subsídios estatais; e para complementos salariais.

Lula é reeleito em 2006, com 60,83% dos votos válidos, para assumir novamente a presidência da república. No ano de 2007, o governo de Lula lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ou seja, um conjunto de medidas que tinha como objetivo acentuar e acelerar o crescimento econômico do país. Entre tais medidas encontra-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que, entre suas principais finalidades, está a de nivelar a educação brasileira, usando como referência o índice de qualidade da educação mantida nos países desenvolvidos. A partir da percepção da necessidade de criar-se um índice de medição da qualidade do ensino no Brasil, foi desenvolvido em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Tal instrumento possibilitou ao MEC disponibilizar apoio financeiro e técnico aos municípios com notas insatisfatórias.

Dilma Rousseff assume a presidência da república no ano de 2011. O tom imprimido ao seu governo equivaleu aos governos de Lula. Na posse, Dilma afirmou: “a luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos”. Um dos seus objetivos declarados foi fomentar a educação no Brasil, aumentando o número de instituições federais de ensino, além de aplicar programas visando à qualificação profissional dos trabalhadores, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por exemplo. No entanto, na análise de Leher (2012), a atual demanda do mercado não está na formação de força de trabalho complexa. Assim sendo, o governo sofreu, e ainda sofre, forte pressão para investir em cursos de qualificação profissional de curta duração,

como o Pronatec, por exemplo, destinados a formar força de trabalho simples e, também, um exército de reserva.

No entendimento de Leher (2012) as posturas dos governos de Lula e de Dilma são análogas, em destaque as relacionadas ao campo educacional. Elas também são semelhantes às políticas criadas e implementadas nos governos de FHC, devido ao fato de o governo sofrer forte pressão de frações burguesas dominantes no bloco de poder, consolidadas desde a primeira eleição de FHC. De acordo com Gonçalves (2012), seguindo o mesmo projeto de sociedade dos governos anteriores de FHC, o Brasil foi submetido, por meio de seu modelo de gestão, ao aumento da vulnerabilidade às influências políticas e econômicas externas. Gonçalves (2012, p. 15) faz alguns apontamentos:

[...] desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (GONÇALVES, 2012, p. 15).

Em tempos atuais, ou seja, no ano de 2015, podemos verificar a tendência da direção das políticas brasileiras pelo empresariado por meio da nomeação de Kátia Abreu como ministra da Agricultura e de Armando Monteiro como ministro do Desenvolvimento, por Dilma, em posse de seu segundo mandato como presidenta. Somente estes dois nomes já seriam suficientes para constatar a presença do chamado sistema “S” na educação profissional brasileira, respectivamente por meio do Pronacampo e do referido Pronatec.

3.1.1 As políticas educacionais no período

Aprofundando no campo das políticas educacionais é possível verificar que o primeiro mandato de Lula foi marcado por rupturas em relação às implementações iniciadas nos governos anteriores. Diversas ações foram realizadas visando alcançar um público específico,

caracterizado, principalmente, por desfavorecimentos e inacessibilidades.

No último ano do primeiro mandato de Lula, com a Emenda Constitucional n.53 de 19/12/2006, o governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), regulamentado posteriormente pela Medida Provisória n.339, de 28/12/2006, e convertida na Lei n.11.494, de 20/06/2007 (OLIVEIRA, 2009).

O Fundeb foi ampliado em relação ao fundo anterior, o Fundef. Ademais, três etapas para a formação escolar passaram a ser compreendidas no processo educacional: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, somando um total de 14 anos no ciclo básico. Há, portanto, uma nova atenção à educação básica integrada, e não apenas ao ensino fundamental como ocorria anteriormente. A educação de jovens e adultos, em destaque a alfabetização, também foi promovida por meio de programa próprio, ou seja, do Brasil Alfabetizado.

Nesta gestão, também foi aprovada a Lei do Salário-Educação, em 2003, permitindo, entre outros, a distribuição dos recursos diretamente aos municípios, sem mais compor a cota de repasse aos estados. Assim, seguindo o padrão gerencialista do Estado, fruto dos governos anteriores, as execuções de tais programas deram-se, em grande parte, no nível local, envolvendo, além do poder público, instituições como: Organização Não Governamental (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), sindicatos entre outras.

A descentralização administrativa, financeira e pedagógica foi o destaque das reformas propostas no campo da educação no período que compreende os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma. A responsabilidade pelo êxito das políticas aplicadas foi alocada para o nível local, com a transferência de ações, conferindo à gestão escolar um papel de grande relevância. No entanto, na crítica realizada por Oliveira (2009) referente ao compromisso assumido pelo governo, “todos pela educação” e à responsabilização da gestão escolar, os baixos índices de desempenho podem ser falsamente caracterizados como falta de compromisso e de competência local, e não como reais problemas estruturais do sistema educacional.

A naturalização de políticas que vinculam as capacidades de escolha e ação individual à transformação institucional, traduzida na ideia do

estabelecimento do compromisso de todos com a educação, como se os baixos níveis de desempenho fossem resultado da falta de compromisso e não de outras carências, atribui à educação certo voluntarismo que é contrário à noção de direito público assegurado (OLIVEIRA, 2009, p. 208).

Segundo este autor, outro fator de grande influência nas reformas educacionais é a performatividade, por meio da qual relações funcionais são estabelecidas entre o Estado e o meio ambiente externo e interno. Segundo Oliveira (2009, p. 201): “ela, [a performatividade] caracteriza uma forma de direção indireta ou a distância que substitui a intervenção e a prescrição pela fixação de objetivos, mecanismos de prestação de contas, accountability e comparações”. Tecnologias destinadas à conquista de performatividade, como a gestão da Qualidade Total, por exemplo, são propostas para melhoria da educação no país.

No início de 2015, o novo governo de Dilma lançou uma campanha a favor da educação no país com o lema “Brasil, Pátria Educadora”. O ministro da Educação no segundo mandato da presidenta, iniciado em 2015, passou a ser Cid Gomes ex-governador do estado do Ceará que, em declarações, afirmou que se aterá a uma substancial reforma do ensino médio, iniciando por uma revisão curricular e definindo as bases nacionais curriculares comuns para o ensino fundamental e médio. Ao que tudo indica, mudanças acontecerão neste novo mandato de Dilma.

3.1.2 Educação superior no período

As políticas públicas para a educação superior neste período objetivaram o aumento do acesso ao ensino superior, mas visando atender às demandas existentes no mercado de trabalho, adequando-se a elas. Toda a ampliação de vagas no ensino superior, no período supracitado, situou-se dentro deste principal objetivo e, para tanto, novas universidades públicas federais foram criadas no primeiro mandato de Lula, entre outras, a do ABC, de Grande Dourados, do Vale do São Francisco e do Recôncavo Baiano. Também, o Programa Universidade para Todos (ProUni) concedeu diversas bolsas, integrais e parciais em instituições de ensino superior particulares, destinados aos estudantes de baixa renda.

Contudo, a ampliação das vagas e o aumento do acesso ao ensino superior são cercadas de contradições. De acordo com Abreu (2010, p.

133), as parcerias público-privadas, conhecidas como PPP, possuem sedutoras contrapartidas: “[...] o programa Universidade para Todos (ProUni), que obriga [sic] as universidades privadas a destinar bolsas de estudo integrais ou parciais como contrapartida à isenção fiscal da qual elas são beneficiadas”. Na fala de Leher (2010, p. 9), o ProUni previa: “[...] quase que total isenção tributária para todas as instituições de ensino superior privadas, incluindo, portanto, as ditas sem fins lucrativos (comunitárias, filantrópicas e confessionais) e as explicitamente mercantis (particulares)”.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), criado em 1999 no governo de FHC, aquecido pelos governos de Lula e de Dilma, foi mais uma forma de subsídio destinado ao setor privado. O custeio dos estudos, integral ou parcial, pelo governo foi oferecido a juros baixos para os estudantes. Tal prática seguiu as recomendações do Banco Mundial e de instituições internacionais para o desenvolvimento econômico do país. Não obstante, além de fomentar o setor empresarial educacional, aliena os estudantes a uma dívida, que mesmo a juros baixos, torna-se impagável devido ao alto índice de desemprego dos recém-formados.

Na opinião de Leher (2010, p. 18), apesar de o ProUni e o Fies aumentarem o acesso ao ensino superior, houve um processo de sucateamento das universidades públicas, como afirma abaixo:

[...] o ProUni e o Fies foram transformados nas principais estratégias do governo para a massificação da educação superior e, por isso, legitimam o sucateamento planejado e sistemático das universidades públicas, visto que a renúncia fiscal do Programa tem como contrapartida a estagnação, ou nos dois últimos anos, o crescimento quase que vegetativo dos recursos das Federais (LEHER, 2010, p. 18).

Já a precarização do trabalho docente das universidades públicas deu-se por meio do aumento da carga horária de trabalho dos professores, aumento do número de alunos por sala e a expansão da Educação à Distância (EaD). Tal problemática foi acentuada com a aplicação do programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007. O Reuni, instituído por meio do decreto 6.096/2007, proveniente do PAC da Educação, visou a implementação da Universidade Nova (incisos II, III e IV do art.2º do decreto citado),

dando destaque à criação de novas vagas nas universidades públicas, momento no qual o ProUni passa a refletir o desinteresse do empresariado em aumentar a oferta de vagas dentro do programa. Tal reestruturação previu uma taxa de conclusão de 90% nas universidades federais, tratando-se, em sua maior parte, de uma estratégia de cunho gerencial para manter elevada a taxa de concluintes, não assegurando, portanto, mudanças estruturais para uma verdadeira apropriação do conhecimento.

Segundo Leher (2010, p. 21), o Reuni pressupõe metas que apenas são compreendidas em sua extensão. De acordo com o autor, seus principais pressupostos políticos são: “[...] a política de criação de um espaço europeu de educação superior (Processo de Bolonha²²) e a referência dos *community colleges*” (LEHER, 2010, p. 21).

O entusiasmo do governo de Lula pelos *community colleges* estadunidenses levou o Ministro da Educação de seu segundo mandato a solicitar à USAID e à Embaixada dos EUA, no Brasil, a constituição de uma “comissão de especialistas” a fim de estabelecer estudos comparados entre estas instituições e as escolas profissionais. Tais estudos, segundo Leher (2010), repercutiram diretamente no modelo do Reuni. No entanto, a expansão programada é uma possibilidade que dependerá de uma luta constante fora dos marcos do Reuni.

O contrato de gestão se encerra em dois anos e a infraestrutura física, os concursos e os investimentos ainda são incipientes. Sem luta as universidades federais conhecerão um quadro profundamente difícil. Novos campi, novos cursos, cursos redimensionados para atender ao dobro dos alunos, mas sem base material e de pessoal para dar conta dessa enorme demanda (LEHER, 2010, p. 27).

Quanto à Pós-graduação, o Plano Nacional de Pós-Graduação

22 De acordo com Leher (2010): O “Processo de Bolonha” é um desdobramento do ideário neoliberal europeu impulsionado pelo Tratado de Maastricht, assinado em 1992. Lançado a partir de um encontro realizado em Bolonha (Declaração de Bolonha, 1999), o processo é desprovido de institucionalização, sendo completamente desregulamentado, não tem quaisquer documentos orientadores de natureza legal, e é guiado, sobretudo, pelas diretrizes da OCDE, do Banco Mundial, da Unesco e das empresas educacionais.

2011-2020 (V²³ PNPG) ressalta a importância da parceria entre as universidades, o Estado, e o setor privado, no estabelecimento de uma Agenda Nacional de Pesquisa que contribua com o crescimento econômico do país. A criação dessa Agenda Nacional não faz parte do V PNPG, mas seus contornos seguramente estão no documento, apesar de descritos de forma um tanto genérica. A Agenda deve contemplar uma série de setores considerados estratégicos, como a indústria, a agricultura, o meio-ambiente, a gestão dos recursos naturais e hídricos, o energético, a defesa, e a educação básica e de nível médio:

O núcleo da pós-graduação é a pesquisa. A pesquisa depende de treinamento e exige dedicação plena ao estudo, sendo a tarefa das instituições acadêmicas e institutos de pesquisa, públicos ou privados, aliar este e aquela. Os resultados da pesquisa, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos, podendo ser usados no setor público e no sistema privado, e fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social. Neste quadro a parceria entre a Universidade, o Estado e as empresas dará lugar ao chamado modelo da tríplice hélice. Este modelo levará a colocar no centro do Plano, ou melhor, na sua base, aquilo que poderá ser chamado de Agenda Nacional de Pesquisa, com a participação de todas as agências de fomento federais e estaduais, com repercussão direta no SNPG e como matéria de políticas públicas, conduzindo a ações induzidas e a parcerias entre as universidades e os setores público e privado (BRASIL, 2010, p. 18).

Em suma, a Agenda Nacional de Pesquisa trata de elencar prioridades no financiamento da pós-graduação em áreas consideradas estratégicas. Em se tratando de áreas do conhecimento, o Plano deixa bem claro quais são essas prioridades:

O sistema deverá crescer na próxima década, pois

23 A rigor, o PNPG 2011-2020 é o sexto Plano Nacional de Pós-Graduação elaborado pelo Estado Brasileiro. Entretanto, como o PNPG 1996-2004 – então o IV PNPG – não chegou a ser promulgado, a CAPES refere-se ao atual Plano como o V PNPG, nomenclatura que também adotei para evitar confusões.

além de ser relativamente pequeno e recente, não está saturado e poderá ser convocado para novos e importantes serviços, gerando a necessidade não apenas de crescer, mas de crescer com qualidade. O sistema continua formando um contingente expressivo de doutores nas chamadas Humanidades, que incluem as Ciências Humanas, as Ciências Sociais Aplicadas, as Letras e as Artes (cerca de 31% dos alunos matriculados em doutorado no ano de 2009). Já as Engenharias têm proporcionalmente bem menos (11%), ficando o bloco das Ciências da Saúde e das Ciências Biológicas com o segundo contingente mais bem aquinhado (27%). Todavia, essa situação necessita ser alterada no próximo decênio, seja para atender as novas prioridades e ênfases do Plano, seja para fazer face aos desafios e gargalos, sob pena da inviabilização da Agenda Nacional da Pesquisa. (BRASIL, 2010, p. 20).

Fica explícito o imbricamento da lógica de funcionamento privada na terminologia utilizada ao longo do documento. Chama atenção a presença do vocábulo *recursos humanos* para referir-se aos egressos do sistema de pós-graduação, ao invés de outros que indiquem a formação de sujeitos críticos, criativos, conscientes. É constante o uso da palavra *competitividade*, como qualidade imprescindível para o desenvolvimento nacional. O uso de termos como esses denota a visão utilitarista, imediatista e pragmática do Plano sobre os pós-graduados, que, mais do que à atividade de pesquisa, devem destinar-se à ocupação de cargos gerenciais dentro do processo produtivo:

Ao lado da necessidade de formarem-se quadros científicos, também são necessárias políticas que induzam a alocação desses cientistas em setores empresariais e industriais, evitando, por exemplo, situações em que a maior parte desses quadros esteja concentrada na academia (BRASIL, 2010, p. 186).

Esse direcionamento do processo de formação dos pós-graduandos ao mercado de trabalho – não obstante as constantes menções no documento sobre a importância da atividade de pesquisa – torna-se explícito também na perspectiva de refluxo dos mestrados

acadêmicos, acompanhada de estímulo à criação de programas de mestrados profissionais. O aligeiramento da formação torna evidente a sujeição da lógica universitária às demandas do mercado na atual conjuntura do capital, que requer cada vez mais quadros obedientes formados para o trabalho complexo, e não sujeitos formados crítica, humanística e cientificamente.

Essa política de governo nada mais é em sua essência, salvo algumas diferenças conjunturais, do que a continuidade dos governos anteriores, no sentido de manter o Brasil numa relação de capitalismo dependente. A história econômica do Brasil é marcada pela sujeição a interesses externos (COSTA, 2006). O nacional-desenvolvimentismo às avessas dos governos petistas, entretanto, possui um caráter populista que o mascara de desenvolvimentismo ufanista, produzindo consenso de classes em relação a seu projeto como há muito não visto. A expansão do ensino superior, e também da pós-graduação, contribui para tal.

Marini (1977), argumenta, referindo-se à conjuntura de sua época, mas em análise ainda atual, que a Universidade Brasileira cumpre importante papel ao se projetar como um dos campos em que a burguesia pôde e pode articular as alianças de classe necessárias para consolidar sua dominação política no país. Garantindo às oligarquias o privilégio de acesso à Universidade Brasileira enquanto ainda lutava pela hegemonia política, e posteriormente aliando-se à pequena burguesia e à parte do proletariado ao apresentar a formação superior como meio de promoção social, a grande burguesia industrial consegue equilibrar-se no jogo de forças e emergir como a principal potência política do Brasil.

Ribeiro (1982), Pinto (1986) e Marini (1977) denunciam a Universidade como agente reprodutor das condições ideológicas sobre as quais a burguesia sustenta sua dominação de classe. Ao emular em sua estrutura de funcionamento os princípios organizacionais que regem o capitalismo, como fragmentação do conhecimento e do trabalho, gestão por objetivos, flexibilização da carga horária e dos contratos de trabalho e aprendizado por competências, age como transmissora de valores ideológicos neoliberais como individualismo, competição e produtivismo, com objetivo de legitimar e perpetuar nas novas gerações a “ideologia orgânica” do capital, capturando a subjetividade de seus membros e moldando-a segundo as necessidades do modo de produção (ALVES, s/d.).

Ainda no campo da dominação ideológica, Pinto (1986) explica que a Universidade age também sobre os que ela exclui, legitimando a superioridade intelectual da minoria que a ela tem acesso sobre a

maioria que jamais nela ingressará. Quando um ou outro membro da classe proletária, por circunstâncias extraordinárias ingressa na instituição universitária, esta atua sobre esse sujeito eliminando qualquer eventual identificação que tenha com sua classe dominada, e convertendo-o aos interesses da burguesia, por meio da promessa de ascensão socioeconômica que o título de bacharel – e a consequente possibilidade de ocupar posições de destaque social – simbolizam.

3.2 O movimento estudantil nos anos 2003 a 2014

Como já citado, na eleição de 2002, eleito Lula como presidente da república, havia grande mobilização da esquerda nacional, entre ela o movimento estudantil, em torno do Partido dos Trabalhadores (PT). Já na eleição de 2006, quando Lula vence novamente o pleito, tomando posse de seu segundo mandato, houve certa resistência dos movimentos de esquerda e do ME no apoio da candidatura. Neste momento havia a nítida necessidade de diálogos entre o governo e os movimentos sociais, de modo geral.

Nas eleições de 2010, onde se elegeu a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, não se consolidou uma articulação entre o partido e movimentos voltados às transformações sociais, conforme afirma Silva (2011). Alguns movimentos sociais aderiram a novos partidos políticos, os quais lançaram candidatura própria. “E é perceptível a articulação da classe dominante e a desarticulação e crise dos partidos que representavam os trabalhadores” (SILVA, 2011).

Na década referida, mais especificamente no segundo mandato de Lula e no governo de Dilma, a UNE vivenciou um processo de burocratização, revelado no abandono da tática das mobilizações e no afastamento da base. A prioridade no centro da entidade foi a disputa pelo aparelho. Dessa forma, vários setores do ME passam a questionar a sua legitimidade política como entidade representativa dos estudantes universitários (ARAÚJO, 2006). Segundo Araújo, o apoio da UNE à Reforma Universitária nos últimos governos tem sido contestado por setores do ME, ocasionando rupturas com a entidade, a exemplo da criação, em 2004, da Coordenação Nacional de Lutas Estudantis (Conlute) – posteriormente Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre (Anel) – e da Frente de Luta contra a Reforma Universitária (ARAÚJO, 2006).

Na década analisada é importante ressaltar que, tanto a implementação do Reuni como do ProUni, durante os governos de Lula

e Dilma, desencadearam ações do movimento estudantil. Abaixo assinados, passeatas, debates e até mesmo a ocupação de reitorias, como ações realizadas pelos estudantes de modo geral, foram classificadas por Bianchi (2008) como ação espontânea e inorgânica. De acordo com Ferraro:

Um levantamento realizado por Minto (2008, p. 1) contabiliza no ano de 2007 treze ocupações de reitorias (UFAL, UFBA, UFES, UFGD, UFJF, UFMA, UFPA, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSM e USP) – a mais longa delas, na USP, foi iniciada no dia 03 de maio e encerrada no dia 22 de junho; uma ocupação no campus da UFMT; da Sala dos Conselhos (UFS); uma Diretoria Acadêmica (UNICAMP); Diretorias de Unidades (os campi da UNESP de Araraquara, Franca, Rio Claro, Ourinhos, Presidente Prudente, São Paulo, São José do Rio Preto, Marília, Assis, Ilha Solteira e da USP-São Carlos). Até 14 de julho de 2007 os funcionários de 40 instituições federais de ensino superior permaneciam em greve (FERRARO, 2011, p. 128).

Acredita-se que a falta de direção política em nível nacional, capaz de unificar tais ações em encontros mais eficientes, e não pulverizados, como se notou, são motivos para a classificação de Bianchi. A falta de direção política pode estar articulada à disputa política nas instâncias representativas do movimento estudantil, dada, principalmente, por partidos políticos, conforme aponta Silva (2011).

Apesar da história do ME ser marcada pela forte ligação com partidos e sindicatos dos trabalhadores, tendo como horizonte pautas de esquerda, há setores da organização estudantil voltados também à direita e ultra-direita, como se observa nos grupos de estudantes nazistas, ligados às ditaduras militares (FERRARO, 2011). Note-se também o atual crescimento dentro do ME de integrantes dos partidos considerados centro e direita: PSDB e PMDB.

Acredito ser importante ressaltar que a aproximação de um determinado movimento social com um partido político não significa necessariamente um aparelhamento. Pelo contrário, os interesses e projetos em comum podem unificar e intensificar determinadas lutas. No entanto, o aparelhamento é tido quando um movimento é cooptado por um partido político, por meio da imposição de suas posições,

tornando o movimento um instrumento, um aparelho seu. Este é uma das grandes discussões vivenciadas pelo ME na década estudada.

Segundo Silva (2011), o caminho diametralmente oposto, exatamente o contrário ao aparelhamento é o apartidarismo. Mesmo que, em algumas vezes procurando evitar o aparelhamento, na maioria dos casos, esconde as divergências ou mesmo frustra debates importantes. Nas palavras de Silva: “Vale lembrar que o apartidarismo foi uma reivindicação conservadora de direita” (SILVA, 2011, p. 73).

3.3 A produção científica nas fontes pesquisadas no período 2003 – 2014

3.3.1 Análise preliminar dos dados

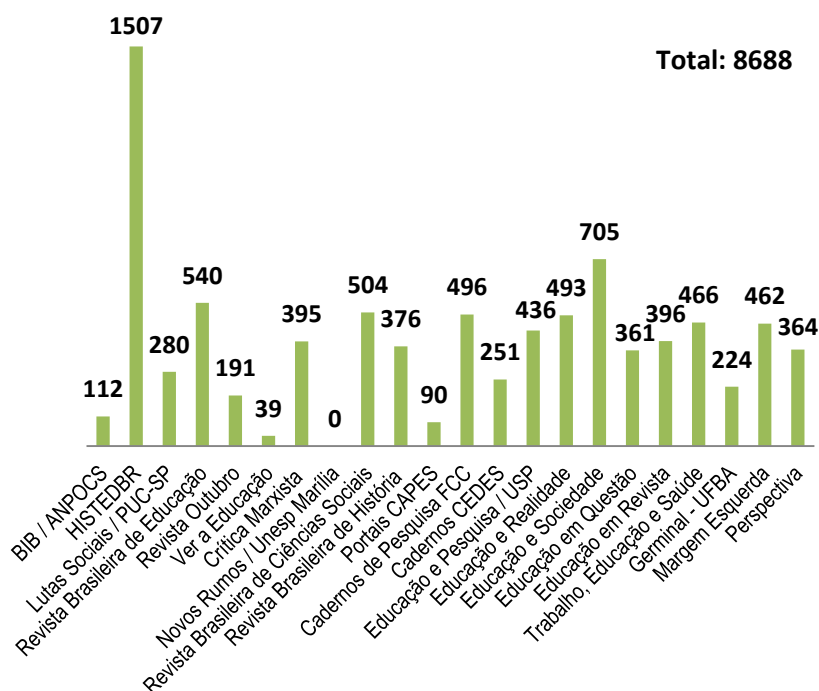
O registro dos dados do período foi realizado da mesma forma que nos capítulos anteriores, e sua exposição seguirá também o mesmo formato. Foram acrescentadas as seguintes fontes de pesquisa bibliográfica, em relação ao período anterior: *Educação em Revista* (UFMG, fundada em 1985, porém cujo acesso só foi possível a partir da edição 44, de 2006); *Trabalho, Educação e Saúde* (FIOCRUZ, lançada em março de 2003); *Germinal: Marxismo e Educação em debate* (UFBA, lançada em 2009); *Margem Esquerda: Ensaio Marxistas* (Boitempo Editorial, lançada em 2003).

Ademais, além das categorias de temáticas utilizadas nos capítulos anteriores – “democratização”, “movimento estudantil”, “movimentos sociais” e “universidade” –, acrescente as seguintes na análise dos dados referentes a este período: “discentes” e “docentes” foram inseridas para analisar a proporção entre textos que discutem, como objeto principal, estudantes e professores; “ensino profissional”, “educação à distância” e “ensino superior” foram acrescentados após ter verificado a ocorrência maior de textos discutindo essas modalidades específicas de educação. Note-se que na categoria “ensino superior” foram incluídos os textos que tratam da temática, mas não especificamente das universidades, contemplando outras instituições de ensino superior.

O gráfico 09 apresenta o total de textos pesquisados no período 2003-2014, divididos por fonte bibliográfica. De imediato, nota-se um salto quantitativo em relação aos números absolutos do período anterior. Mesmo descontando-se os periódicos pesquisados neste período que não o foram no anterior, verifica-se um aumento de 68,83% na produção bibliográfica em relação ao período anterior (7.145 textos contra 4.232

no período 1990-2002). Se considerarmos que, segundo dados do GEOCAPES²⁴, em 2003 havia 25.997 mestres titulados no país, e 8.094 doutores titulados, e em 2013 registrou-se 45.067 mestres (crescimento de 73,35%) e 15.287 doutores (crescimento de 88,87%), o aumento no número de textos publicados está dentro do esperado, senão um pouco abaixo do crescimento geral de pós-graduados no Brasil.

Gráfico 09 - Número de produções pesquisadas por periódico (2003-2014)



Fonte: Elaboração Própria

Sobre a diferença na quantidade de textos publicados pelos periódicos pesquisados no mesmo período de tempo, os dados

24 O GEOCAPES é um sistema de informações georreferenciadas da CAPES, que dispõe dados sobre indicadores da Pós-Graduação. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>.

demonstram uma diminuição na discrepância entre a quantidade de textos publicados nos periódicos de educação. As exceções são as revistas *Educação e Sociedade* – segundo maior número de textos publicados –, e, particularmente a *HISTEDBR Online*, que publicou mais que o dobro de textos que àquela, sendo responsável por 17,35% dos textos pesquisados no período.

Destaca-se também o aumento considerável de textos encontrados sobre o movimento estudantil nas bases de dados da CAPES (90), em relação aos períodos anteriores – três no período 1979-1989 e nove no período 1990-2002 –. Antes de concluir precipitadamente que os dados indicam expressivo aumento de interesse sobre a temática, é importante ressaltar que os números podem ser decorrentes de uma melhoria nos métodos de registro das próprias bases de dados da CAPES na última década. No capítulo final desta dissertação retomarei a questão trazendo mais elementos para análise.

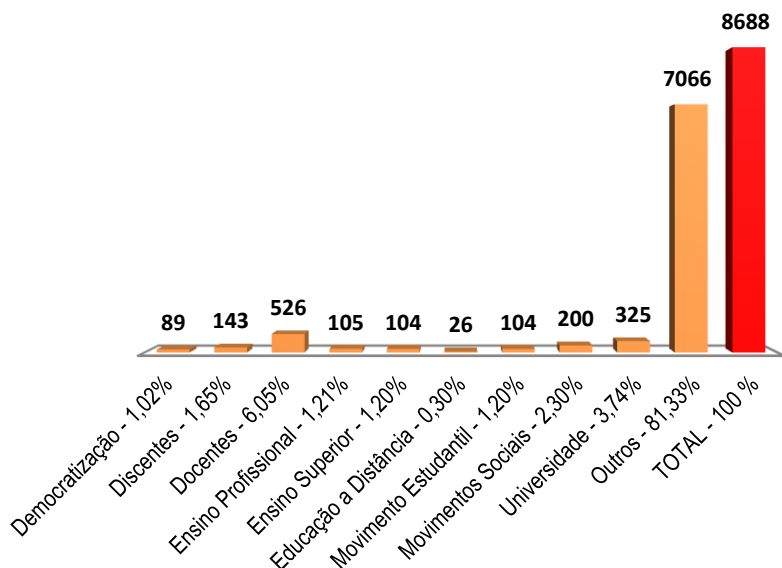
O gráfico 10 apresenta o número de textos selecionados – divididos pelo assunto principal tratado –, em relação ao total. Da mesma forma que no capítulo anterior, há textos que tratam de mais de uma das temáticas listadas. O gráfico 11 apresenta, em termos percentuais, o total de aparições de cada temática, levando-se em consideração a ocorrência de mais de um assunto por texto.

Houve um pequeno aumento percentual na incidência de temáticas relacionadas à democratização do ensino em relação ao período anterior (1,02% contra 0,57%, respectivamente). Entretanto, constatação mais interessante sobre essa temática é a transição que se observou entre este período e os anteriores, de prevalência de sub-temáticas relacionadas à expansão do direito universal à educação e democratização da gestão da educação para predominância de textos discutindo ações afirmativas para negros, índios, pobres e na perspectiva de gênero (25,89% das ocorrências) e políticas de inclusão de deficientes (31,46% das ocorrências). Não obstante a importância destas últimas temáticas na discussão teórica e política no campo da educação, há de se investigar melhor as decorrências dessa tendência à luz da fragmentação dos movimentos de classe no campo da educação.

Levando-se em conta os textos sobre movimento estudantil oriundos de periódicos, registrou-se a ocorrência de 2,80 vezes mais textos discutindo docentes do que discentes. Inseri essas categorias neste capítulo com o objetivo de avaliar justamente essa proporção. É possível que a carência bibliográfica sobre movimento estudantil esteja ligada a uma tendência de estudar-se mais a docência do que a discência,

particularmente a organização política dos discentes nos espaços de ensino. Noto que, dentre os textos discutindo docência, há predominância da sub-temática “formação de professores” (51,71% dos textos). Dentre os textos sobre discentes, não há predominância de uma sub-temática específica.

Gráfico 10 - Produções consultadas em relação às produções selecionadas (2003-2014)

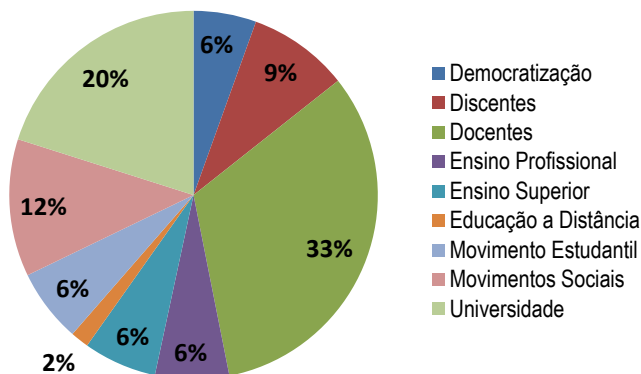


Fonte: Elaboração Própria

Os dados sobre a incidência das temáticas “ensino profissional”, “educação à distância”, e “ensino superior” indicam que estudos sobre esses assuntos são ainda poucos, havendo predominância de pesquisas sobre ensino médio e fundamental nas fontes pesquisadas. Da mesma forma, o número de textos discutindo “universidade” é relativamente pequeno em relação ao total. Como a maior parte das produções sobre movimento estudantil trata do movimento em Instituições de Ensino Superior (96,15%), pode-se supor que a relativamente baixa produção

bibliográfica sobre universidades nos periódicos pesquisados influencia a diminuta produção de textos sobre o movimento estudantil.

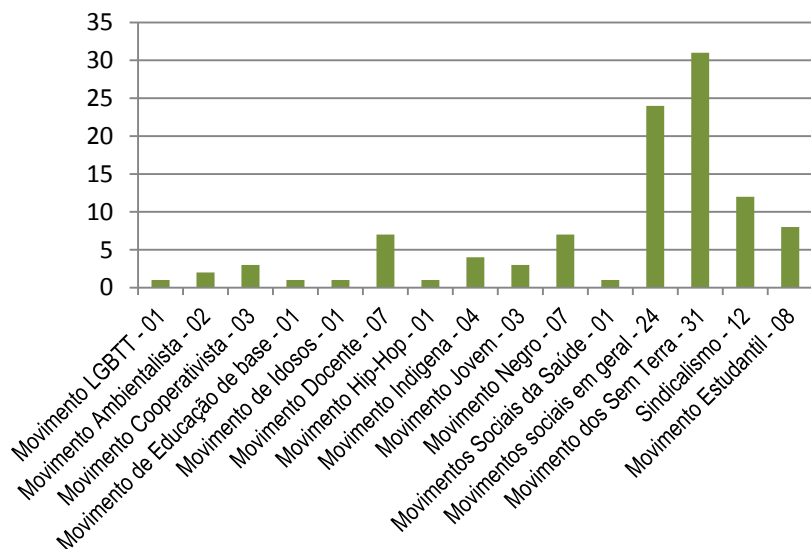
Gráfico 11 - Distribuição dos temas contabilizados dentre as produções selecionadas (2003-2014)



Fonte: Elaboração Própria

Dos 195 textos levantados que abordam a temática dos movimentos sociais, 86 (44,10%) foram publicados nas revistas da área da educação pesquisadas, representando meros 1,42% do total de textos publicados nesses periódicos. Apesar de esses números evidenciarem a parca quantidade de textos discutindo movimentos sociais e educação nos periódicos da área, não obstante representam um aumento em relação ao período anterior, de 5,73 vezes. O gráfico 12 apresenta a ocorrência dos diferentes objetos tratados dentro da temática “movimentos sociais”, dentre os textos publicados nos periódicos de educação pesquisados. Note-se que, como alguns textos discorrem sobre mais de um objeto em seu conteúdo, a somatória da quantidade de ocorrências de objetos (106) é maior do que o número de artigos que abordam movimentos sociais nos periódicos de educação (86). A subtemática “movimentos sociais em geral” refere-se a textos que discutem teoricamente sobre movimentos sociais, sem estudar particularmente um ou outro movimento.

Gráfico 12 - Distribuição das sub-temáticas abordadas pelos textos de periódicos da educação que discutem “movimentos sociais” (2003-2014)



Fonte: Elaboração Própria

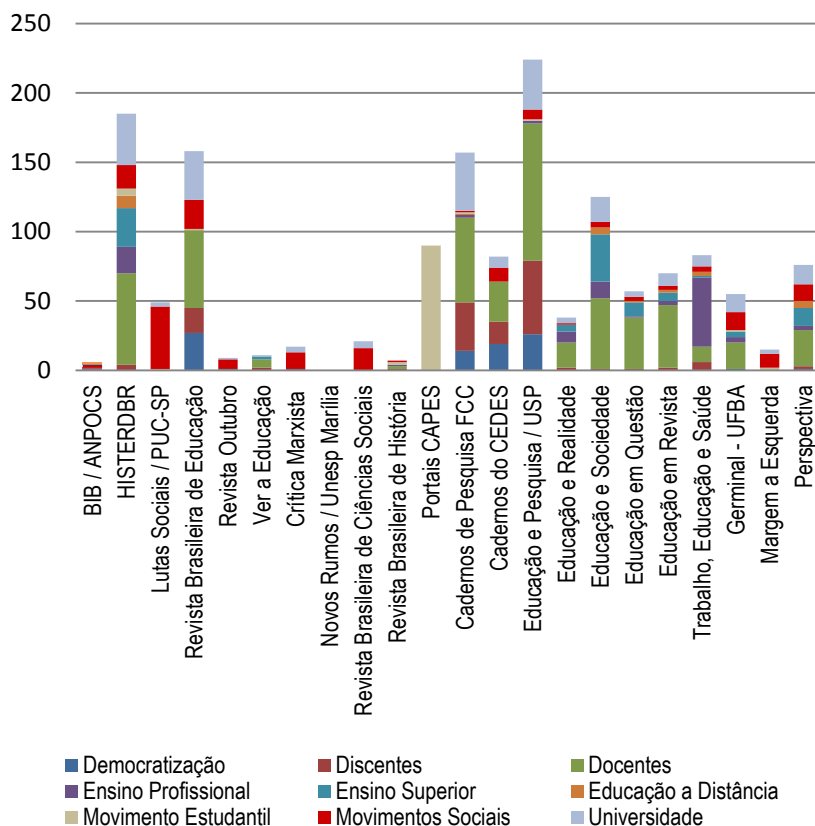
Como esperado, predominam textos discutindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, abreviado para “Movimento dos Sem Terra” na figura por motivos de organização). Esperado, pois já existe uma vinculação histórica de Programas de Pós-Graduação em Educação e cursos de graduação em educação e outras ciências humanas com os movimentos ligados à reforma agrária, dentre os quais o de maior proeminência é o MST. Ademais, o MST historicamente defende e constrói seu próprio programa político-educacional, o que constitui campo fértil para pesquisas na área da educação (DAMASCENO e BESERRA, 2004; BEZERRA NETO, 2005).

Com exceção do MST, as ocorrências de textos sobre o movimento estudantil são similares às dos demais movimentos de relativa expressividade dentro dos campos estudados pela educação, como o movimento sindical, o movimento dos docentes (que engloba também o sindicalismo docente) ou os movimentos negro e indígena;

estes últimos cujos estudos encontrados situam-se na perspectiva das ações afirmativas.

O gráfico 13 apresenta a distribuição das ocorrências das temáticas por periódico pesquisado. Verifica-se maior número de textos abordando movimentos sociais nas revistas marxistas, na *Revista Brasileira de Educação* e na *Perspectiva*. Já os textos sobre Movimento estudantil quase não apareceram nos periódicos, tendo sido levantados, em sua maioria, por meio da pesquisa das bases de dados da CAPES. Vamos à análise destes textos.

Gráfico 13 - Ocorrência das temáticas nas fontes pesquisadas



Fonte: Elaboração Própria

3.3.2 Análise do conteúdo dos textos sobre o movimento estudantil

Distintamente dos capítulos anteriores, neste período foi encontrada uma quantidade significativa de textos abordando a temática do movimento estudantil. Dos 104 textos levantados, 46 constituem artigos, 41 são dissertações de mestrado, e 17, teses de doutorado. Dos 46 artigos, 35 foram localizados por meio do portal de periódicos da CAPES. O quadro 03 apresenta os dados gerais desses textos, incluindo a fonte original dos artigos, teses e dissertações. Os textos estão ordenados por ordem cronológica de publicação²⁵.

25 Alguns dos textos discorrem brevemente sobre o movimento estudantil, mas o fazem de forma periférica, não constituindo este seu objeto central de análise. Esses textos estão marcados com um asterisco após a área do conhecimento a que o artigo pertence.

Quadro 03 - Textos encontrados discutindo movimento estudantil (2003-2014)

Título	Tipo de obra	Autor	Fonte pesquisada	Fonte Original	Ano	Área
A (Des)articulação do movimento estudantil: (Décadas de 80 e 90)	Artigo	Andreza Barbosa	CAPES – Portal de Periódicos	Educação: Teoria e Prática	2003	Educação
Arte e movimento estudantil: análise de uma obra de Antônio Manuel	Artigo	Artur Freitas	Revista Brasileira de História	-	2005	História*
Labirintos: encontros e (des) encontros na escola da vida	Tese	Cassia Elisa Betetto Sciamana	CAPES – Portal de Periódicos	UNICAMP	2005	Educação*
Articulações e confrontos: a consolidação do discurso de esquerda no movimento estudantil pernambucano (1964-1967)	Artigo	Simone Rocha	CAPES – Portal de Periódicos	Sæculum - Revista de História	2005	História
Formação do psicólogo: experiências de militantes estudantis	Artigo	Samir Pérez Mortada	CAPES – Portal de Periódicos	Psicologia : Ciência e Profissão	2005	Psicologia
Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil	Artigo	Dagmar Maria L. Zibas et al.	Cadernos de Pesquisa - FCC	-	2006	Educação*
Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua	Tese	Mozart Lacerda Filho	CAPES – Portal de Periódicos	UNESP - Franca	2006	História*

geração						
Memorial: uma trajetória intelectual	Artigo	Renato Ortiz	CAPES – Portal de Periódicos	Revista de Estudios Sociales	2006	História*
Mariátegui e a questão da educação no Peru	Artigo	Luiz Bernardo Pericás	CAPES – Portal de Periódicos	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	2006	História*
Tecendo a manhã : História do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974/1982)	Dissertação	Mateus Camargo Pereira	CAPES – Portal de Periódicos	UNICAMP	2006	Educação
O movimento estudantil nos tempos da Barbárie: A luta dos Estudantes da UECE em defesa da Universidade Pública	Tese	Raquel Dias Araújo	CAPES – Portal de Periódicos	UFCE	2006	Educação
Rebeliões estudantis refundam a luta social pelo público	Artigo	Roberto Leher	Margem Esquerda	-	2007	Educação
Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos indenitários	Artigo	Ingrid Faria Gianordoli Nascimento et al.	CAPES – Portal de Periódicos	Interamerican Journal of Psychology	2007	Psicologia
Reforma universitaria en Brasil: el desafío del gobierno de Lula	Artigo	Helgio Trindade	CAPES – Portal de Periódicos	Espacio Aberto	2007	Educação*
Cultura académica e movimento estudantil em Coimbra	Artigo	Elísio Estanque	CAPES – Portal de Periódicos	Repositório Científico de Acesso Aberto	2007	Ciências Sociais

				de Portugal		
Movimento estudantil e participação política	Artigo	Mariangela De L. Vicino	CAPES – Portal de Periódicos	Estudos de Sociologia	2007	Ciências Sociais
Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984	Dissertação	Flavia de Angelis Santana	CAPES – Portal de Periódicos	USP	2007	História
O movimento estudantil em 1977 e a atuação política da Revista Veja	Artigo	Juliana Caetano Vaccari Tezini	CAPES – Portal de Periódicos	Revista Tempos Históricos	2007	História
O sentido do movimento estudantil contemporâneo pela voz dos estudantes da saúde	Dissertação	Alessandra Martins dos Reis	CAPES – Portal de Periódicos	USP	2007	Enferma- gem
Que médico eu quero ser?: sobre a trajetória de jovens estudantes na construção da identidade médica	Tese	Regina Guedes Moreira	CAPES – Portal de Periódicos	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca	2007	Saúde Pública*
Leigos engajados na política: um olhar interdisciplinar sobre a Juventude Estudantil Católica enquanto movimento social (1958-1966)	Dissertação	Eder Coelho Paula	CAPES – Portal de Periódicos	PUC-RS	2007	História
Estudantes e trabalhadores no Maio de 68	Artigo	João Bernardo	Lutas Sociais - PUC SP	-	2008	História

"A Revolta dos Pinguins" e o novo pacto educacional chileno	Artigo	Dagmar M. L. Zibas	Revista Brasileira de Educação	-	2008	Educação
Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo	Artigo	Valerio Arcary	CAPES – Portal de Periódicos	Acta Scientiarum. Human and Social Sciences	2008	Ciências Sociais*
Movimento estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes	Artigo	Silene de Moraes Freire	CAPES – Portal de Periódicos	Revista Historia de la Educación latinoamericana	2008	Serviço Social
Gênese do movimento estudantil na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (1947-1959)	Artigo	Cidia Daniela de Oliveira Pires; Cristina de Melo	CAPES – Portal de Periódicos	Revista de Enfermagem da Escola Anna Nery	2008	Enfermagem
Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)	Dissertação	Claudia Maria Gusson	CAPES – Portal de Periódicos	USP	2008	História
Tempos da política: memórias de militantes estudantes do Instituto de Psicologia da Universidade de SP.	Tese	Samir Pérez Mortada	CAPES – Portal de Periódicos	USP	2008	Psicologia
1968: o protagonismo do movimento estudantil no Brasil	Artigo	Vladimir Palmeira	CAPES – Portal de Periódicos	Em Pauta	2009	Serviço Social

Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais	Artigo	Jordana Souza Santos	CAPES – Portal de Periódicos	Revista Espaço Acadêmico	2009	Ciências Sociais*
De jovem a estudante: apontamentos críticos	Artigo	Samir Pérez Mortada	CAPES – Portal de Periódicos	Psicologia e Sociedade	2009	Psicologia
Participação escolar: representações dos alunos do 3º ciclo de Aveiro (Portugal)	Artigo	Ana Paula Pedro; Caridade Maria A. L. S. Pereira	Educação e Pesquisa - USP	-	2010	Educação
A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70	Dissertação	Jordana de Souza Santos	CAPES – Portal de Periódicos	UNESP - Marília	2010	Ciências Sociais
Estudantes e avaliação	Artigo	Denise Balarine Cavalheiro Leite	CAPES – Portal de Periódicos	Avaliação	2010	Educação*
Jovens urbanos, cultura e novas práticas políticas: acontecimentos estético-culturais e produção acadêmica brasileira (1960-2000)	Artigo	Silvia Helena Simões Borelli; Rita De Cassia A. Oliveira	CAPES – Portal de Periódicos	Revista Internacional de Filosofia Iberoamericana y Teoría Social	2010	Ciências Sociais*

A "frente única" do movimento estudantil gaúcho: católicos e comunistas	Dissertação	Dulphe P. Machado	CAPES – Portal de Periódicos	UFRGS	2010	Ciência Política
Movimento estudantil em Belo Horizonte: ações e reações dos estudantes ao decreto- lei 477 (1969-1979)	Artigo	Daniele Teles de Oliveira	CAPES – Portal de Periódicos	Revista Científica das Áreas de Humanidade do Centro Universitário de BH	2010	História
O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX	Artigo	Lúcia Rangel Azevedo	CAPES – Portal de Periódicos	Revista de Educação, Cultura e Comunicação Social	2010	História
Processo saúde-doença: concepções do movimento estudantil da área da saúde	Artigo	Alessandra Martins dos Reis et al.	CAPES – Portal de Periódicos	Saúde e Sociedade	2010	Enferma- gem
A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)	Tese	Angélica Muller	CAPES – Portal de Periódicos	USP	2010	História
A UNE somos nós, nossa força e nossa voz... experiência fotográfica e os sentidos da História no século XX	Artigo	Ana Maria Mauad	CAPES – Portal de Periódicos	Discursos Fotográficos	2010	História

Movimento Voluntário Estudantil (MVE): uma das raízes históricas da Conferência de Edimburgo em 1910	Artigo	Moisés Abdon Coppe	CAPES – Portal de Periódicos	Caminhando	2010	Teologia
Somos os filhos da revolução: estudantes, movimentos sociais, juventude e o fim do regime militar (1977-1985)	Tese	Daniel Cantinelli Sevillano	CAPES – Portal de Periódicos	USP	2010	História
A reforma universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)	Dissertação	Magda Oliveira Pinto	CAPES – Portal de Periódicos	UFRGS	2010	Ciência Política
A voz do estudante na educação pública: um estudo sobre participação de jovens por meio do grêmio estudantil	Dissertação	Francisco Andre Silva Martins	CAPES – Portal de Periódicos	UFMG	2010	Educação
O movimento estudantil na Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR: 1969-2009	Tese	Heloísa Sayumi Miyahara	CAPES - Banco de Teses	UEPG	2011	Ciências Sociais
"Você me prende vivo, eu escapo morto": a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar	Artigo	Angélica Müller	Revista Brasileira de História	-	2011	História
Reformas educacionais, Protagonismo Juvenil e Grêmio Estudantil: a produção do indivíduo resiliente.	Tese	Marcilene Rosa Leandro Moura	Germinal - UFBA	UFBA	2011	Educação
O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências	Tese	Renato da Silva Della Vechia	CAPES - Portal de Periódicos	UFRGS	2011	Ciência Política

estudantis e seu papel (1977/1985)						
Derrubando reitores e presidentes: as representações e a história do movimento estudantil na UCG (1989-1992)	Dissertação	Marcelino José Gontijo	CAPES - Banco de Teses	PUC – Goiás	2011	História
Mulheres no movimento estudantil: representações, discursos e identidades	Dissertação	Maria Fernanda T. dos Santos	CAPES - Banco de Teses	UFJF	2011	Ciências Sociais
INICIPIT VITA NOVA: o movimento estudantil da UFMG na década de 1970 em Belo Horizonte	Dissertação	Wilkie Buzatti Antunes	CAPES - Banco de Teses	UFMG	2011	História
Sistema CONFEF/CREFS e as novas estratégias de cooptação dos trabalhadores da educação física	Dissertação	Lionel Dos Santos F. Rodrigues	CAPES - Banco de Teses	UFF	2011	Educação
A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba, Paraná (1964-1969)	Dissertação	Andreia Zaparte	CAPES - Banco de Teses	UNIOESTE - PR	2011	História
Juventude e movimento estudantil: o trabalho precário dos estudantes-bolsistas da UFES	Dissertação	Maira Poletto Carneiro	CAPES - Banco de Teses	UFES	2011	Administração
Movimento estudantil de serviço social e partido político na contemporaneidade: contradições no período do governo Lula (2007/2010)	Dissertação	Andrea Alice Rodrigues Silva	CAPES - Banco de Teses	UFPE	2011	Ciências Sociais
Um grêmio estudantil mais politizado: formas de engajamento e construção identitária em um grêmio estudantil	Dissertação	Fernanda Brasil Mendes	CAPES - Banco de Teses	PUC - RS	2011	Serviço Social

A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972	Dissertação	Cristiane Medianeira Dias	CAPES - Banco de Teses	Fundação Universidade Passo Fundo	2011	História
O grupo (da esquerda) de Osasco. Movimento estudantil, sindicato e guerrilha (1966-1971)	Dissertação	Sergio Luiz Santos de Oliveira	CAPES - Banco de Teses	USP	2011	História
Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia da universidade	Dissertação	Karina Perin Ferraro	CAPES - Banco de Teses	UNESP - Marília	2011	Educação
Praticantes de mundos: a invenção de cotidianos discentes em uma universidade	Dissertação	Eduardo Simonini Lopes	CAPES - Banco de Teses	UERJ	2011	Educação
Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários	Tese	Ana Karina Brenner	CAPES - Banco de Teses	USP	2011	Educação
Camarada Aldo Pedro Dittrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)	Dissertação	Daiana Castoldi Lencina	CAPES - Banco de Teses	UFSC	2011	História*
Políticas de ação afirmativa: novo ingrediente na luta pela democratização do ensino superior. A experiência da Universidade Federal de Ouro Preto	Dissertação	Adilson Pereira dos Santos	CAPES - Banco de Teses	UERJ	2011	Educação*
Movimentos sociais contemporâneos: uma análise das tecnologias de comunicação e informação como	Tese	Monica Schieck Chaves Lopes	CAPES - Banco de Teses	UFRJ	2011	Comunicação*

ferramenta para liberdade de expressão						
Amigo de fé, meu irmão, camarada: estratégias de recatolicização do Ministério Universidades Renovadas na Universidade	Dissertação	Amélia Gabriela T. Miranda Ramos	CAPES - Banco de Teses	UFJF	2011	Teologia*
Uma esquerda em silêncio: militantes trotskistas de Fortaleza no período de 1963-1970	Dissertação	Andreyson Silva Mariano	CAPES - Banco de Teses	UFCE	2011	História*
Participação social e a construção da equidade em saúde: o conselho nacional de saúde e direitos da população - LGBT	Dissertação	Esdras Daniel dos Santos Pereira	CAPES - Banco de Teses	UNB	2011	Política Social*
Fotobiografia de José Mariano da Rocha Filho: santa-mariense e gaúcho do século XX	Dissertação	Maria Izabel Mariano da Rocha Duarte	CAPES - Banco de Teses	UFSM	2011	Patrimônio Cultural*
O protagonismo juvenil em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre	Dissertação	Altemir de Oliveira	CAPES - Banco de Teses	UFRGS	2011	Educação Física
A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)	Dissertação	Gabriel de Abreu G. de Paiva	CAPES - Banco de Teses	UNIOESTE – PR	2011	Educação
O movimento estudantil na Universidade Estadual de Maringá - UEM (1970-1987)	Artigo	Reginaldo Benedito Dias	CAPES - Portal de Periódicos	Revista Espaço Acadêmico	2011	História
Movimento estudantil no Rio de Janeiro nos Anos 60: educação, política e cultura na Faculdade Nacional de Filosofia	Artigo	Ana Lúcia Cunha Fernandes	CAPES - Portal de Periódicos	Revista da Faculdade de Letras	2011	História

Aos que ousam lutar!	Artigo	Antonio Ozai da Silva	CAPES - Portal de Periódicos	Revista Espaço Acadêmico	2011	Ciências Sociais
Inclusão ou emancipação? Um estudo do cursinho popular Chico Mendes/rede emancipa na Grande São Paulo	Dissertação	Maira Tavares Mendes	CAPES - Banco de Teses	UFRGS	2011	Educação*
Encontros e desencontros do movimento estudantil secundarista paranaense (1964-1985)	Dissertação	Silvana Lazzarotto	HISTEDBR	UNIOESTE – PR	2011	História
“On s’en câlisse de la Loi Spéciale 78”: da greve estudantil à “greve social” na Primavera Québécoise	Artigo	Norman Madarasz	Margem Esquerda	-	2012	História
A DOPS e a vigilância política do movimento estudantil paranaense durante a ditadura civil-militar	Artigo	Silvana L. Schmitt, Alexandre Felipe Fiuza	HISTEDBR	-	2012	História
Memória e actualidade dos movimentos estudantis	Artigo	Elísio Estanque; Rui Bebiano	CAPES - Portal de Periódicos	Revista Crítica de Ciências Sociais	2012	Ciências Sociais
Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais	Artigo	Marcos Ribeiro Mesquita	CAPES - Portal de Periódicos	Revista Crítica de Ciências Sociais	2012	Ciências Sociais
Sem lenço, sem documento e com uma Bíblia nas mãos: o movimento estudantil evangélico nos anos sessenta.	Artigo	Eduardo Gusmão de Quadros	CAPES - Portal de Periódicos	Horizonte	2012	História

Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil	Artigo	Marcos Ribeiro Mesquita	CAPES - Portal de Periódicos	Revista Crítica de Ciências Sociais	2012	Ciências Sociais
A Universidade e o Estado Novo: De “corporação orgânica” do regime a território de dissidência social	Artigo	Álvaro Garrido	CAPES - Portal de Periódicos	Revista Crítica de Ciências Sociais	2012	Ciências Sociais
Universidade, políticas públicas e formação médica: construção de significados pela militância estudantil da faculdade de medicina da UFRJ	Dissertação	Adriana Arrigoni	CAPES - Banco de Teses	UFRJ	2012	Educação em Ciências e Saúde
Liberdade e luta: considerações sobre uma trajetória política (anos 1970)	Tese	Mirza M. B. Pellicciotta	CAPES - Banco de Teses	UNICAMP	2012	História
Estudantes x polícia. O ME da Guanabara e suas manifestações de protesto entre 1964 e 1968: o olhar do correio da manhã, do governo federal e dos militares	Dissertação	Marcelo Nogueira de Siqueira	CAPES - Banco de Teses	UERJ	2012	História
Racionalidade instrumental, competitividade e individualismo de estudantes universitários	Dissertação	Silvana T. Koshikene Rodrigues	CAPES - Banco de Teses	UFSCAR	2012	Educação*
Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985	Tese	Jose Vieira Da Cruz	CAPES - Banco de Teses	UFBA	2012	História
Um protestantismo protestante: Richard Shaull, missão e revolução	Tese	Arnaldo Erico Huff Junior	CAPES - Banco de Teses	UFRJ	2012	História*

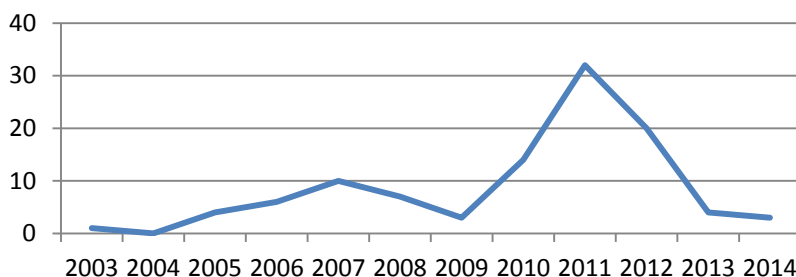
Caminhos do sindicalismo: trajetórias de vida de professores do SEPE/baixada fluminense	Dissertação	Andrea Cristina O. D. de Souza	CAPES - Banco de Teses	UFRJ	2012	Educação*
Entre copos, conversas e canções, um estilo boêmio de viver a cidade	Tese	Daniele Costa da Silva	CAPES - Banco de Teses	UFCE	2012	Ciências Sociais*
O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA - direcção de inteligencia de la policia de la provincia de Buenos Aires (1990-1996)	Dissertação	Marcos Oliveira A. Tolentino	CAPES - Banco de Teses	UNICAMP	2012	História*
A política de assistência estudantil e o programa nacional de assistência estudantil: o caso da UF de Itajubá	Dissertação	Nidia Gizelli de Oliveira Fernandes	CAPES - Banco de Teses	USP	2012	Educação
A UNE e a mobilização das massas estudantis durante o Estado Novo	Dissertação	Carlos Henrique Barbosa Buck	CAPES - Banco de Teses	Universidade Salgado de Oliveira	2012	História
A mediação do conselho de educação de Goiás no processo de eleições de gestores das escolas estaduais de educação básica (2003 a 2010)	Tese	Sebastião Donizete de Carvalho	CAPES - Banco de Teses	PUC - Goiás	2012	Educação*
Dimensões da república das letras no Amazonas: a intelectualidade gymnasiana em Manaus (1900-1930)	Dissertação	Elissandra Lopes Chaves Lima	CAPES - Banco de Teses	UFAM	2012	História*
O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964	Mestrado	Ana Karine Braggio	HISTED-BR Online	UNIOESTE – PR	2013	História

Movimento estudantil: escola de administradores	Artigo	João Paulo Vergueiro; Luiza Reis Teixeira	CAPES - Portal de Periódicos	Revista Brasileira de Administração Científica	2013	Administração
Da Universidade ao Mercado: O movimento estudantil na Consolidação de uma Identidade de Classe.	Artigo	Rosimeri Ferraz Sabino	CAPES - Portal de Periódicos	Revista de Gestão e Secretariado	2013	Secretariado Executivo
Feupa: uma revista produzida pela Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (RS, 1945/46)	Artigo	Dilza Porto Gonçalves; Patrícia Carra	CAPES - Portal de Periódicos	História da Educação	2013	História
Trajetória do movimento estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980	Artigo	Ruy Medeiros	HISTED-BR Online	-	2014	História
A consumação do golpe e o movimento estudantil baiano contra a ditadura	Artigo	José Alves Dias	HISTED-BR Online	-	2014	História
Arte, cultura e política no movimento estudantil brasileiro: uma combinação necessária	Artigo	Renato da Silva Della Vechia	CAPES - Portal de Periódicos	Revista Debates	2014	Ciências Sociais

Fonte: Elaboração Própria

O Gráfico 14 permite acompanhar a quantidade de textos publicados no período, de ano a ano. Evidentemente os anos de 2010, 2011 e 2012 apresentaram picos de publicações sobre o movimento estudantil em relação aos demais anos. Não há fato político ou histórico do qual decorra essa alta na publicação. Provavelmente o fenômeno se explica devido ao fato de que o Banco de Teses da CAPES, desde 25 de fevereiro de 2014, só disponibiliza dados sobre trabalhos defendidos entre 2011 e 2012²⁶.

Gráfico 14 – Distribuição do número de publicações por ano (2003-2014)



Fonte: Elaboração Própria

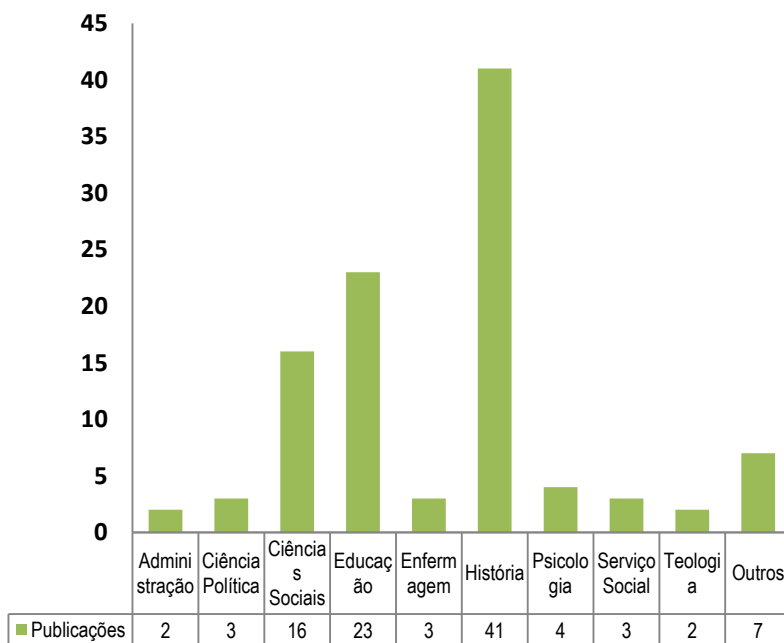
Se o pico observado entre 2011 e 2012 de fato deve-se à contabilização de teses e dissertações do banco de teses da CAPES, é possível que a produção acadêmica sobre o movimento estudantil em educação concentre-se nos arquivos de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação. É possível que, por algum motivo, não haja interesse dos autores desses trabalhos em transformá-los em artigos e publicá-los nos periódicos de educação, ou ainda, que não haja interesse do corpo editorial desses periódicos em publicar assuntos sobre a temática.

O gráfico 15 apresenta a distribuição das áreas de conhecimento em que se inserem as produções textuais sobre movimento estudantil nas fontes pesquisadas neste período. Verifica-se que a maior parte da produção sobre movimento estudantil ocorre dentro dos campos da

26 <http://bancodeteses.capes.gov.br/noticia/view/id/1>

história, educação e ciências sociais, sendo que a produção no campo da história foi maior que as produções em educação e ciências sociais somadas. Note-se também a ocorrência de trabalhos sobre a temática nas áreas da saúde e da administração.

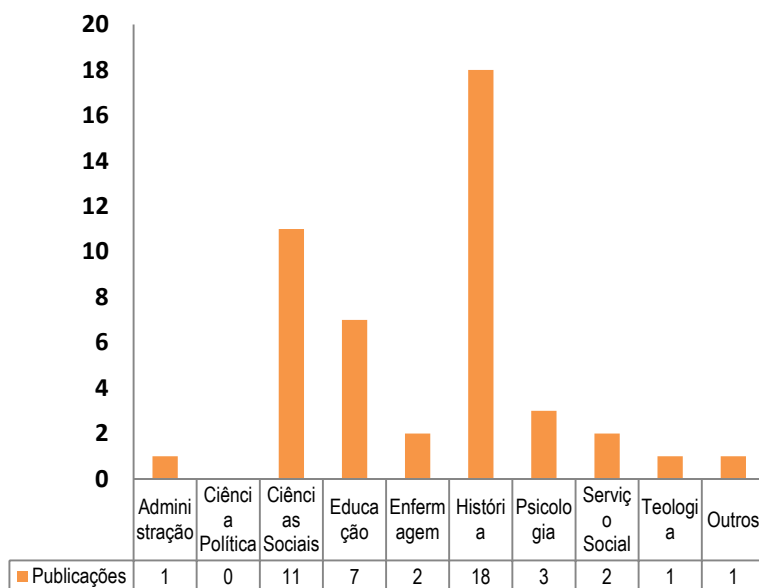
Gráfico 15 - Distribuição da produção bibliográfica por área do conhecimento (2003-2014)



Fonte: Elaboração Própria

Entretanto, se o segundo maior campo de produção de estudos sobre o movimento estudantil no período foi o da educação, por que se verifica tamanha carência de publicações sobre a temática nos periódicos de educação pesquisados? De fato, se reproduzir-se o gráfico anterior, mas levando-se em consideração apenas as produções publicadas em periódicos em forma de artigo (gráfico 16), visualiza-se um panorama diferente:

Gráfico 16 - Distribuição da publicação de artigos em periódicos por área do conhecimento (2003-2014)



Fonte: Elaboração Própria

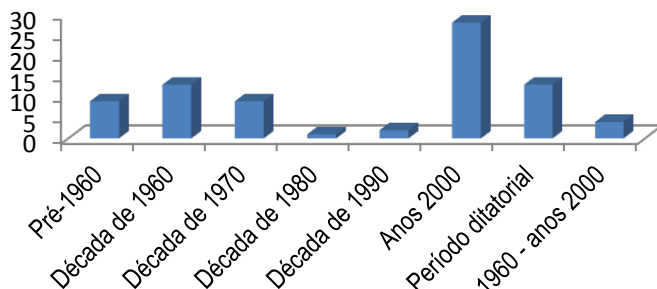
Verifica-se um aumento da diferença relativa entre as áreas da história e educação, sendo esta última ultrapassada pelas ciências sociais. Esse dado é ainda mais relevante levando-se em consideração que foram pesquisados, no período, apenas dois periódicos de ciências sociais e um de história, enquanto analisou-se 12 periódicos da área da educação.

Esses dados corroboram a hipótese de que algum fator inibe a socialização da produção de conhecimento sobre o movimento estudantil, na área da educação, nos periódicos da área. Discorrerei mais sobre essa hipótese no capítulo seguinte.

Sobre o conteúdo das produções elencadas neste período, o gráfico 17 apresenta a distribuição dos períodos históricos em que se estudou o movimento estudantil. Embora à primeira vista possa-se pensar que existe uma predominância de textos discutindo o movimento estudantil nos anos 2000, se somarmos a produção referente às décadas

em que estava vigente a ditadura militar, verificamos o contrário. Enquanto foram observados 36 textos discutindo o movimento estudantil durante o período ditatorial, levantaram-se 30 textos discorrendo sobre o objeto em sua história recente. É interessante também a constatação de um número de estudos sobre o movimento estudantil no período pré-ditatorial. Dentre estes, destacam-se estudos sobre o movimento durante o Estado Novo.

Gráfico 17 - Distribuição dos períodos históricos em que se estudou o movimento estudantil (2003-2014)²⁷



Fonte: Elaboração Própria

Finalmente, o gráfico 18 permite a visualização da distribuição de sub-temáticas no âmbito dos estudos sobre movimento estudantil, nos textos analisados. Note-se a predominância de textos sobre a história do ME. Julguei importante, numa perspectiva qualitativa, distinguir os textos cujo conteúdo consiste majoritariamente em narrativa histórica daqueles que propõem uma análise sociológica sobre o tema. Dentre os autores destes últimos, 10 utilizaram-se do referencial teórico marxista nas análises, sete trabalharam na perspectiva pós-moderna, dois utilizaram-se especificamente do arcabouço teórico dos intitulados “novos movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 2006) e dois

²⁷ Note-se que, embora a maior parte dos textos tenda a enfocar uma década específica da história do movimento estudantil, alguns abordaram o objeto durante todo o período ditatorial, ou desde o período ditatorial até os anos 2000, justificando o uso das categorias representadas pelas duas últimas colunas do gráfico 17.

utilizaram-se do construtivismo em sua vertente bourdieusiana (BRENNER, 2011; OLIVEIRA, 2011).

Dentre os textos que propõem uma análise sociológica sobre o movimento estudantil, percebeu-se um crescimento da tendência identificada no período anterior, de transição de amplos ensaios sobre o movimento estudantil, a partir de uma perspectiva macrosociológica, para trabalhos que fazem uso da metodologia de estudo de caso sobre a militância estudantil em contextos particulares e instituições de ensino superior específicas, frequentemente utilizando-se de entrevistas para embasar, a partir de histórias de vida particulares, uma análise sociológica sobre o movimento como um todo (REIS, 2007; BRENNER, 2011; LOPES, 2011; OLIVEIRA, 2011; SANTOS, 2011; SILVA, 2011; ARRIGONI, 2012).

Brandão (2001), ao discutir a tendência de priorização dos aspectos microsociológicos em detrimento das análises macrosociológicas em pesquisas na área da educação, aponta para a necessidade da superação do “monismo metodológico” (BRANDÃO, 2001, p. 162), por meio da integração das epistemologias micro/macro na pesquisa. Para a autora, em uma perspectiva dialética, a articulação de dados oriundos de observações dos fenômenos singulares com dados demográficos de maior amplitude é fundamental para a explicação dos fenômenos em sua totalidade.

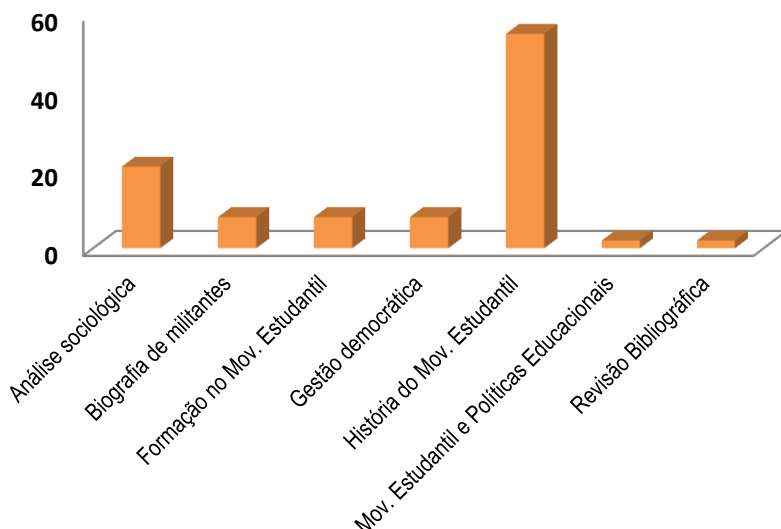
Em minha opinião, é justamente nessa articulação que pecam a maioria dos autores dos textos analisados, uma vez que transpõem, para a análise do movimento estudantil em sua totalidade, categorias criadas para explicar os fenômenos observados nos estudos de caso particulares, generalizando-as sem um adequado cotejamento com dados e análises macrosociológicas sobre a temática. Os discursos e experiências de vida de alguns poucos militantes, por exemplo, ganham valor explicativo para todos os sujeitos envolvidos na militância estudantil Brasil afora.

Duas exceções são os trabalhos de Freire (2008) e Paiva (2011). O primeiro constitui um amplo – embora sucinto, pois se trata de artigo publicado em periódico – resgate histórico-sociológico da atuação do movimento estudantil brasileiro desde os anos 1960 até o ano de 2008. Já Paiva (2011), em sua dissertação de mestrado, propõe uma análise da atuação política da UNE entre 2003 e 2010, bem como das disputas político-partidárias dentro da entidade no período. O texto conclui que a UNE foi cooptada pela base governista, por meio da atuação das juventudes petista e do PCdoB, e de uma política de investimento

financeiro direto na entidade por parte do governo, tendo atuado em completo suporte às políticas lulistas para a educação, mesmo quando a maioria das entidades de base do movimento posicionou-se de forma contrária.

Sobre os textos que discutem a formação no movimento estudantil, é importante destacar que apenas dois dos oito trabalhos dentro da sub-temática foram produzidos por autores do campo da educação. Conforme já comentado, parece mais um indicativo de que os pesquisadores dessa área se dedicam pouco ao estudo dos movimentos sociais como espaços de formação política e humana, priorizando o olhar para espaços formais de educação, como as instituições de ensino.

Gráfico 18 - Distribuição de sub-temáticas nos estudos sobre o movimento estudantil (2003-2014)



Elaboração Própria

Já dos oito textos que discutem gestão democrática dos espaços de ensino, cinco são de autoria de pesquisadores da educação. Desses cinco, entretanto, quatro discorrem sobre a participação estudantil na

gestão dos espaços de ensino no contexto do ensino médio. Há, portanto, dentre todos os 8.688 textos pesquisados neste período, apenas um que discute o movimento estudantil e a democratização da gestão universitária, numa perspectiva contestadora da estrutura organizacional das universidades (FERRARO, 2011).

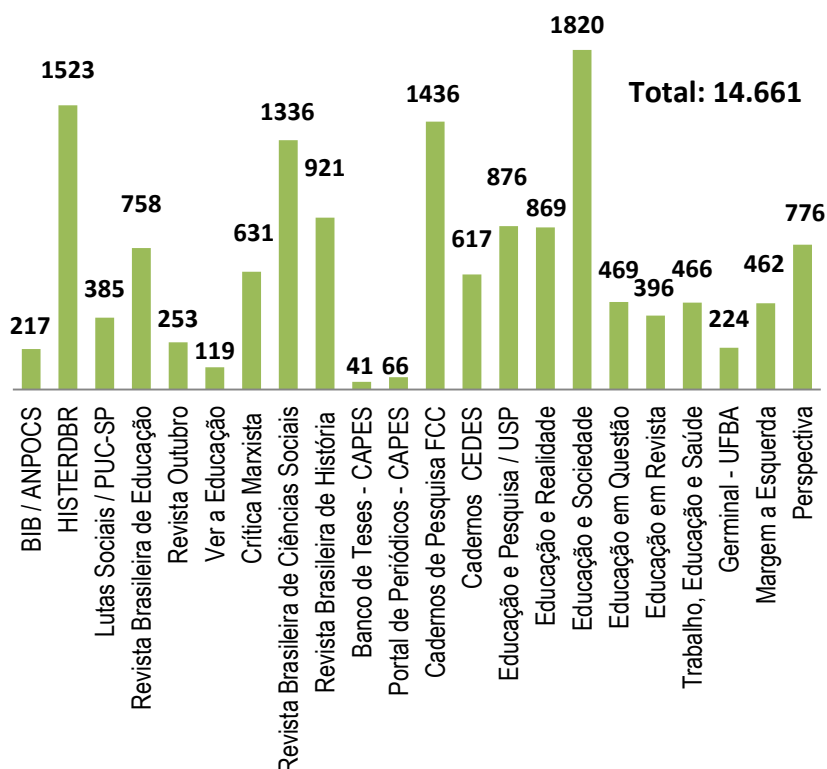
Diante dessa constatação, é importante perguntar: *Por que um movimento com uma tradição contestadora como a do movimento estudantil universitário brasileiro parece produzir tão pouco material científico efetivamente contestador da ordem institucional nas instituições de ensino superior?*

É com esse questionamento que adentro as considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

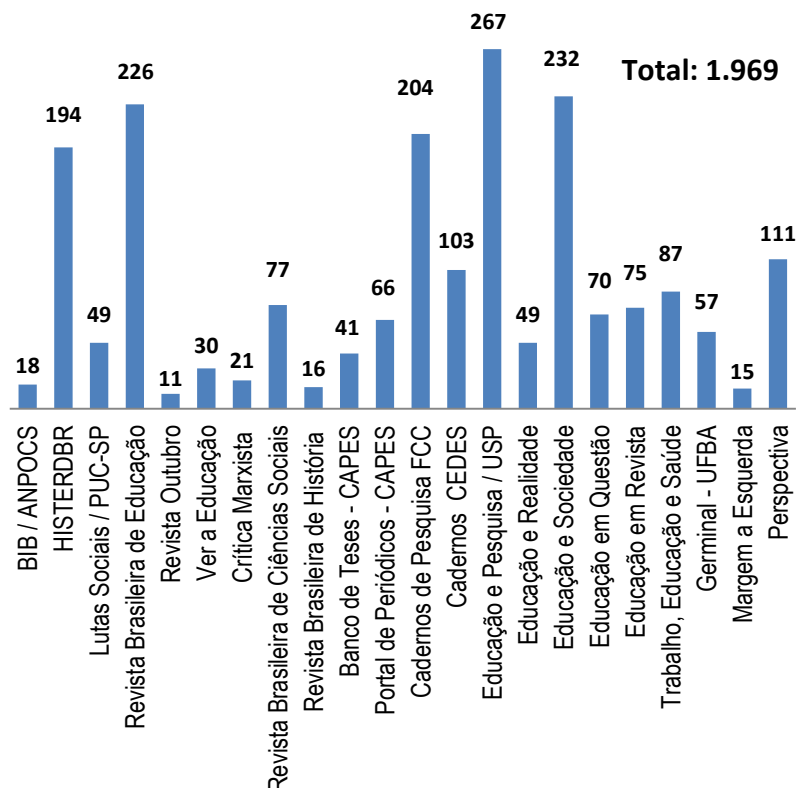
Os gráficos 19 e 20 sintetizam o trabalho desenvolvido ao longo desta dissertação: foram lidos 14.661 resumos de textos dentre as fontes pesquisadas. Deste universo de pesquisa, foram selecionados, para análise mais criteriosa de conteúdo, 1.969 textos. Desta análise resultou a identificação de 124 trabalhos cujos autores se debruçaram sobre a temática do movimento estudantil. Destes, 79,6% foram produzidos entre 2003 e 2014 (99 produções). Desses 124 textos, apenas 33 pertencem ao campo de conhecimento da Educação.

Gráfico 19 - Quantidade de publicações pesquisadas por periódico (1979-2014)



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 20 - Quantidade de publicações selecionadas por periódico (1979-2014)



Fonte: Elaboração Própria

Esses 33 trabalhos representam ínfimos 0,22% da totalidade das publicações pesquisadas, e 0,32% das publicações da área de educação pesquisadas. Já discuti o conteúdo desses textos ao longo dos três capítulos anteriores. Ademais, as tendências observadas na produção no campo da educação sobre o movimento estudantil, ao longo das três décadas, são muito semelhantes às aquelas analisadas ao final do capítulo três (nem poderiam deixar de ser, uma vez que o terceiro capítulo concentra 79,6% do total de textos sobre o movimento estudantil). Assim, dedico este capítulo derradeiro a alguns apontamentos gerais

sobre o conjunto da produção acadêmica estudada.

Início com uma reflexão sobre a parca produção bibliográfica sobre o movimento estudantil no campo da educação encontrada ao final da pesquisa. Trabalharei a partir de três possíveis explicações para o fenômeno:

a) O movimento estudantil não produz, de forma organizada e sistemática, conhecimento sobre si.

b) O movimento estudantil produz, organizada e sistematicamente, conhecimento sobre si, e essa produção e sua divulgação se dão dentro dos espaços acadêmicos, mas esta pesquisa não conseguiu identificá-los.

c) O movimento estudantil produz, organizada e sistematicamente, conhecimento sobre si, mas essa produção e sua divulgação se dão, majoritariamente, fora do ambiente acadêmico.

A primeira hipótese explicaria o diminuto número de textos que abordam a temática do movimento estudantil como oriundos de olhares curiosos sobre o próprio movimento, mas desvinculados de sua organização, ocasionalmente impulsionados pelos ímpetos pessoais de alguns esparsos militantes ou ex-militantes. Tal hipótese parece-me um tanto frágil, principalmente devido à já discutida partidização atual do movimento estudantil. Dificilmente as juventudes de partidos de longa história de atuação na política nacional, como PT, PCB, PCdoB, PSOL, PSDB, ou mesmo de grupos que não existem em forma de partidos políticos, como o Polo Comunista Luiz Carlos Prestes, deixariam de reconhecer a necessidade de analisar criticamente suas próprias formas de organização, a conjuntura em que atuam, o resultado de sua militância etc. De fato, uma rápida pesquisa nos sites dessas organizações permite verificar que periodicamente lançam análises de conjuntura sobre os mais diversos temas – dificilmente deixariam de fazer a constante autocrítica de sua atuação.

Descartada a primeira hipótese, passo à análise da segunda, qual seja, a de que o movimento estudantil produz sistematicamente conhecimento sobre si, e que reconhece como legítimos os meios acadêmicos de produção de conhecimento – iniciações científicas, laboratórios de pesquisa, mestrados, doutorados etc. – e de difusão desse conhecimento – periódicos, bancos de dados, congressos etc. –, a eles se integrando e deles fazendo uso. Segundo esta hipótese, a baixa ocorrência de textos discutindo o movimento estudantil encontrados

nesta pesquisa dever-se-ia a um equívoco metodológico: simplesmente foram pesquisadas as fontes erradas. É possível que a produção acadêmica sobre movimento estudantil circule em outros meios de comunicação que não os periódicos pesquisados ou aqueles indexados às bases de dados da CAPES. A pesquisa não contemplou meios de difusão do conhecimento como comunicações orais em congressos; livros e coletâneas específicas sobre a temática; ou no intercâmbio de trabalhos, teses e dissertações entre laboratórios de pesquisa.

O grande aumento de textos sobre o movimento estudantil encontrados no terceiro período estudado (2003-2014) em relação aos períodos anteriores – aumento este muito superior ao aumento médio da totalidade da produção científica no país segundo a CAPES (BRASIL, 2010; 2014) – poderia ser explicado pelo fato de que nos anos 2000 mais periódicos, teses e dissertações foram indexados ao portal de periódicos da CAPES do que nas décadas anteriores, devido à difusão dos meios de comunicação digitais no início do século XXI. É perfeitamente possível que uma nova pesquisa encontre maior número de teses e dissertações sobre o movimento estudantil produzidas nas décadas de 1980 e 1990 se buscar diretamente os acervos dos Programas de Pós-Graduação em Educação no país.

Entretanto, encontrei, durante o levantamento, outros trabalhos que corroboram a hipótese da carência de estudos sobre a temática (ANTUNES, 2001; PELLICCIOTTA, 1997; KAUCHAKJE, 1995). Notavelmente, a tese de doutorado de Kauchakje (1995), que consistiu num levantamento bibliográfico das teses e dissertações produzidas nas áreas das ciências humanas na USP e UNICAMP entre 1970 e 1995, encontrou apenas cinco textos discutindo o movimento estudantil no período, o que sugere que o número reduzido de trabalhos sobre o assunto não ocorre apenas na área da educação, tampouco nas fontes por mim pesquisadas. Em última instância, entretanto, fazem-se necessários novos levantamentos bibliográficos – seja nos arquivos de trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações das instituições de ensino superior, ou nos principais congressos científicos e encontros anuais nas áreas das humanas no Brasil – para confirmar ou refutar a hipótese.

Avaliando os dados coletados relacionados às publicações sobre o movimento estudantil, de maneira geral, me parece mais provável a terceira hipótese levantada: é possível – dado o caráter contraditório que as universidades assumem, historicamente e na atual conjuntura – que o movimento estudantil procure realizar suas publicações em outros espaços de legitimação direcionados especificamente aos estudantes, e não à totalidade da comunidade acadêmica. Consta-se a necessidade

de testar essa hipótese no futuro, por meio de nova pesquisa que aborde a produção do movimento estudantil em sua própria imprensa, bem como em espaços de organização e formação política internos dos diferentes grupos que compõem o movimento.

No total, registrou-se a ocorrência de cerca de três vezes mais textos discutindo docentes do que discentes. É possível, portanto, que a carência bibliográfica sobre movimento estudantil esteja ligada a uma tendência de estudar-se mais a docência do que a discência, particularmente a organização política dos discentes nos espaços de ensino. Noto que, dentre os textos discutindo docência, há predominância da sub-temática “formação de professores”.

Dentre as publicações na área da educação, apenas 1,3% abordam como tema central os movimentos sociais. Seria necessária nova pesquisa apenas sobre a temática para compreender melhor por que se publica tão pouco sobre os movimentos sociais no campo da educação, mas reitero a possibilidade de que os pesquisadores da área – e também os membros dos corpos editoriais dos periódicos – não reconheçam os espaços de formação não-institucionalizados – os espaços de militância, por exemplo – como objeto a ser pesquisado. A predominância de textos sobre o MST, dentre os poucos que discutem movimentos sociais no campo da educação, corrobora essa hipótese, pois o MST historicamente defende e constrói seu próprio programa político-educacional, possuindo escolas e projetos político-pedagógicos (DAMASCENO e BESERRA, 2004; BEZERRA NETO, 2005), aproximando, em sua forma, o campo de pesquisa às instituições escolares “tradicionais”. Entretanto, ressalto que não há dados suficientes para afirmarem-se categoricamente os motivos da carência de produção sobre movimentos sociais na área.

Sobre o conteúdo dos textos que abordam o movimento estudantil, é importante observar, que mesmo dentre os textos mais recentes, verificou-se a predominância da utilização de referencial teórico das décadas de 1960 e 1970 e 1980 (FORACCHI, 1965; IANNI, 1968; POERNER, 1972, MARTINS FILHO, 1986), particularmente no que diz respeito à definição conceitual de movimento estudantil e à discussão de classe dentro do movimento. Naturalmente, isso por si só não constitui problema algum, uma vez que se tratam dos clássicos nacionais sobre a matéria, mas, em conjunto com a crescente ocorrência de trabalhos de caráter narrativo em detrimento da dimensão analítica, e do privilegiamento dos autores recentes por estudos de caso de entidades de base ao invés de análises macrossociológicas sobre movimento estudantil, me parece existir certa estagnação na discussão teórica sobre

o fenômeno. Na prática, muitos trabalhos apresentam a discussão conceitual sobre o movimento na forma como está colocada nas décadas de 1960 e 1970 e realizam trabalhos de campo que meramente reafirmam a teoria.

Novamente, não se trata de desconsiderar os clássicos, mas de constatar que a base empírica de análises de 30 ou 40 anos atrás inevitavelmente está desatualizada, sendo insuficiente para a explicação do fenômeno atual. A conjuntura política modificou-se, as relações de produção transformaram-se, bem como as formas de atuação dos movimentos sociais. As políticas públicas para a educação não são mais as mesmas e, em particular, o acesso às instituições de ensino superior é distinto do que foi nas décadas de 1970 e 1980. Por mais que a afirmação de que o movimento estudantil é composto majoritariamente por estudantes de classe média pareça, à primeira vista, facilmente verificável na empiria, está colocada a necessidade de atualização dessa análise, investigando de forma mais criteriosa se a premissa mantém-se verdadeira.

Para que tal movimento de atualização teórica ocorra, é necessário também que os pesquisadores da temática privilegiem o estudo do movimento estudantil contemporâneo. Conforme constatado no capítulo 3, mais da metade dos trabalhos produzidos sobre o assunto no período 2003-2014 tratam do movimento estudantil no período ditatorial. Bringel (2009), discutindo a mesma questão, alega que se criou uma “representação mitológica” (p. 105) da geração de 1960, localizada na própria autoimagem elaborada pela liderança universitária e consolidada na historiografia oficial da UNE.

Concluo ressaltando que, dentre as diversas anunciações de necessidade de novas pesquisas apontadas ao longo do texto, o maior desafio que está colocado para o avanço do conhecimento sobre o movimento estudantil é a realização de novos trabalhos com o mesmo fôlego teórico e amplitude analítica de estudos clássicos, particularmente os de Foracchi (1965) e Martins Filho (1986). Essa é a tarefa que se mostra imperativa. Faz-se necessário desapegarmo-nos dos “velhos tempos de glória” do movimento estudantil que combateu a ditadura, sob risco de nos cegarmos diante da atuação política do movimento estudantil contemporâneo, que segue existindo e atuando politicamente, quer o reconheçamos ou não.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. A. “Educação: um novo patamar institucional”. **Revista Novos Estudos - Cebrap**, São Paulo, n. 87, p. 31-146, jul. 2010.
- ALVES, G. **Toyotismo como ideologia orgânica do capital**. RET - Rede de estudos do trabalho, s. d. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-alves-toyotismo-ideologia.pdf Acesso em 25/06/2015.
- ANDRADE, C. L. de; SPOSITO, M. P. “O aluno do curso superior noturno - um estudo de caso”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 57, p. 3-19, mai. 1986.
- ANTUNES, Celso. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. Campinas: Papirus, 2000.
- ANTUNES, C. da F. “Os estudantes e a transformação da geografia brasileira”. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 41-52, jun. 2001.
- ANTUNES, I. C.; SILVA, R.; BANDEIRA, T. **A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior**. 2011. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf Acesso em 25/06/2015.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARAÚJO, R. D. **O movimento estudantil nos tempos da barbárie: a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- ARRIGONI, A. **Universidade, políticas públicas e formação médica: construção de significados pela militância estudantil da faculdade de medicina da UFRJ**. Dissertação (Mestrado em Ciências e Saúde) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- AZEVEDO, L.R. “O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX”. **ECCOM**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 7-22, jul./dez. 2010.
- BELLONI, I. “A história recente da universidade brasileira”. In: **A universidade brasileira e a constituinte**. TEIXEIRA, J. G. L. C. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p. 73-118.

BEZERRA NETO, L. “A educação rural no contexto das lutas do MST”. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 20, p. 133-147, dez. 2005.

BIANCHI, Á. (org.). **Transgressões: as ocupações de reitorias e a crise das Universidades Públicas**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

BITTAR, M.; FERREIRA JR., A. “História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009.

BORGES, M. L. A. **História e metafísica em Hegel: sobre a noção de espírito do mundo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BÓRON, A. A. **O socialismo no século 21: Há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. “Aula inaugural. Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo”. In: BORÓN, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BOSCHETTI, V. R. “Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64”. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 27, p. 221-229, set. 2007.

BRASIL. “Ministério da Educação. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior”. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPg** 2011-2020. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPg-Volume-I-Mont.pdf Acesso em 25/06/2015.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRENNER, A. K. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. Tese (Doutorado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. São Paulo: **Eccos - Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 97-121, jun. 2009.

CAMPIONE, D. “Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina”. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARCANHOLO, M. D. “Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades”. **Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 3, p. 73-84, dez. 2011.

CARVALHO SANTOS, R. **Um ator social em formação: da militância à descrição e análise do processo de formação médica no**

Brasil. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CAVALARI, R. M. F. **Os limites do movimento estudantil – 1964 - 1980.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

Centro Acadêmico Paulo Freire (CAPF). “Proposta de reformulação dos cursos de formação de educadores elaborada pelos alunos da FEUSP”.

Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v.9, n. 1-2, p. 197-206, 1983.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética.** São Paulo: Alfa-Ômega, 2004.

CODO, W. **O que é alienação.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO, C. N. P. **Transformação social em questão: As práticas sociais alternativas durante o regime militar.** Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

COLI, J. “Imagem, trabalho e luta”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 189-210, fev. 1987.

CORREIA, C. T. “A apropriação privada da universidade pública: as fundações privadas de apoio”. In: RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. (orgs.). **Crítica à razão acadêmica:** reflexão sobre a universidade contemporânea. Florianópolis: Insular, 2011, p. 109-136.

COSTA, L.C. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil.** Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, C. N. “Gramsci e nós”. In: BIANCHI, A. **Gramsci no Brasil:** seleção de textos. Bologna: Il Mulino, 2011.

_____. “Gramsci e os conselhos de fábrica”. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CUNHA, M. V. da. “Uma contribuição ao estudo dos movimentos estudantis no Brasil”. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n.33, 1989. n. p.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. “Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas”. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, jan./abr. 2004.

DE SOUZA, F. das C. “Movimento estudantil em biblioteconomia: um olhar sobre a UFSC ou a importância do movimento estudantil para a

formação profissional”. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 3, n. 6, 1998. n. p. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/28/54> Acesso em 25/06/2015.

DIAS, E. F. “Cultura e cidadania”. In: BIANCHI, Álvaro. **Gramsci no Brasil**: Seleção de textos. Bologna: Il Mulino, 2011.

DONOGHUE, F. “O estado atual da educação superior nos Estados Unidos”. In: RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. (orgs.). **Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 23-42.

DO VALLE, M. R. **O dialogo e a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

DUTRA, E. R. de F. “Apontamentos sobre uma experiência de luta operária na Zona da Mata de Minas Gerais”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 54-98, mar./ago. 1985.

ENGELS, F. “Prefácio de Engels para a terceira edição alemã”. In: MARX, K. **O dezoito Brumário e cartas a Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

EVANGELISTA, O. “Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional I Colóquio”. **A Pesquisa em trabalho, educação e Políticas Educacionais**. Belém: UFPA, 2009. Disponível em: <http://louderdesign.net/gepeto/trabalhos-em-eventos/finish/25-trabalhos-em-eventos/120-apontamentos-para-o-trabalho-com-documentos-de-politica-educacional.html> Acesso em 25/06/2015.

FATTORELLI, M. L. **Auditoria cidadã da dívida dos Estados**. Brasília: Inove Editora, 2013.

FÁVERO, M. de L. de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

_____. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERRARO, K. P. **Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia na universidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2011.

FERREIRA, E. B. “A Educação Profissional nos PPAs dos Governos FHC e Lula”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 215-235, set./dez. 2010.

_____. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FIGUEIREDO, E. S. A. de. “Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história”. Goiânia: **REVISTA DA UFG**, Goiânia, n. 2, dez. 2005. n. p. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html Acesso em: 25/06/2015.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FRANÇA, C. M.; CALDERÓN, A. I. “O Banco Mundial na educação superior brasileira: de ilustre desconhecido nos anos 1980 a protagonista nos anos 1990”. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 22, n. 52, p. 102-115, jul. 2013.

FREIRE, S. de M. “Movimento estudantil no Brasil: Lutas passadas, desafios presentes”. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, Boyacá, v. 11, s. n., p. 131-146, 2008.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALVÃO, A. “Marxismo e movimentos sociais”. **Crítica Marxista**, Campinas: n. 2, p. 107-126, 2011.

GENTILI, P. “Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais”. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 45-60.

GHANEM, E. “Participação popular na gestão escolar: três casos de políticas de democratização”. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.3, p. 31-63, set/dez. 1996.

GODINHO, M. das G. M. “A luta dos estudantes paraenses pela democratização da universidade: por que reprimir?”. **Ver a Educação**, Belém, v. 1, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1995.

GOHN, M da. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GONÇALVES, R. “Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 31, p. 5-30, fev. 2012.

GONZALEZ, H. **O que são intelectuais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
 GROppo, L. A. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

HAUPT, G. “Por que a história do movimento operário?”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 208-231, mar./ago. 1985.

IANNI, O. “O jovem radical”. In: **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

IASI, M. L. **Pode ser a gota d’água: enfrentar a direita avançando a luta socialista**. Blog Boitempo, 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/> Acesso em 25/06/2015.

_____. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2009.

IGNATIEFF, M. “Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 185-193, mar./ago. 1987.

JACOBY, R. **O fim da utopia: política e cultura na era da apatia**. São Paulo: Record, 2001.

KAUCHAKJE, S. **Movimentos sociais na academia: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970-1995**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KRAMER, S. “O papel social da pré-escola”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, p. 77-81, ago. 1985.

KUENZER, A. Z. “Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente”. **Educação e Sociedade**, Campinas. v. 28, n. 100, out. 2007.

LAURANA, L. **Antonio Gramsci: uma vida**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Londrina: Planta, 2004.

LEHER, R. “Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia”. In: MOTA, A E. (Org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 2012.

_____. “Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu”. In: MAGALHÃES, P. de A. et. al (org.). **Os anos Lula - contribuições para o debate crítico - 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. “Rebeliões estudantis refundam a luta social pelo público”. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**, São Paulo, n.10, p. 97-102, 2007.

_____. “Contra-reforma universitária do governo Lula: protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais”. **Margem Esquerda – Ensaios Marxistas**. n. 3, 2004.

_____. “Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo”. **Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1979.

LIMA, J. A. B. “Trabalho, educação e emancipação humana: a centralidade da Teoria da Alienação em Marx no enfrentamento dos dilemas da educação”. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, n. 8, 2008. n. p. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN07LIMA.pdf> Acesso em: 25/06/2015.

LIRA, A. T. do N. “Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985)”. **Histórica**, São Paulo, n.36, 2009. n. p. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao36/materia01/ Acesso em 25/06/2015.

LOPES, E. S. **Praticantes de mundos: a invenção de cotidianos discentes em uma universidade.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social I.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010.

_____. **História da educação. Da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARINGONI, G. “Desenvolvimento e socialismo no Brasil”. **Margem Esquerda – ensaios marxistas**, São Paulo, n. 17, p. 44-51, nov. 2011.

MARINI, R. M. “A universidade brasileira”. **Revista de Educación Superior**, Cidade do México, n. 22, abr./jun. 1977. n. p. Disponível em: www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf

Acesso em: 25/06/2015.

_____. “Os movimentos estudantis na América Latina”. **Les temps modernes**, Paris, n. 219, p. 718-731, 1970.

MARINI, R. M.; SADER, E. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, C. E. **O golpe militar de 1964 e o Brasil: passado e presente**. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/04/01/o-golpe-militar-de-1964-e-o-brasil-passado-e-presente/> Acesso em 25/06/2015.

MARTINS, C. B. “A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS FILHO, J. R. **Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Trabalho assalariado e capital”. In: Marx, K.; Engels, F. **Obras escogidas de Marx y Engels**. Madrid: Fundamentos, 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, A. L. R. de R. “A UNE como instrumento de subversão: a Frente da Juventude Democrática contra a esquerda estudantil durante a greve universitária de 1962”. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n.133, p. 119-130, jun. 2012. Disponível em:

<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/15147/9312> Acesso em: 25/06/2015.

MATTOS, M. B. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”. **Outubro**, São Paulo, n. 21, p. 81-117, 2013.

MAUÉS, O. **A política de Educação Superior para a formação e o trabalho docente**: A nova regulação educacional. 2006. GT-11: Política da Educação Superior. Disponível em: www.anped11.uerj.br/31/olgaissesmaues.pdf Acesso em 25/06/2015.

MELLO, G. N. de. “Crescimento da clientela escolar e democratização do ensino: uma questão de definir a quem beneficiar prioritariamente”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 28, p. 49-51, 1979.

MELO, A. “A Educação Popular numa Estratégia da Educação Permanente”. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 1, 1980.

MÉSZÁROS, I. “Uma crise estrutural necessita de mudança estrutural”. **Margem Esquerda – ensaios marxistas**, São Paulo, n. 17, p. 53-68, nov. 2011.

_____. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, R. “Análise de conteúdo”. **Revista Educação**, Porto Alegre, v.22, n.37, 1999.

MORTADA, S. P. **Memória e política: um estudo de psicologia social a partir do depoimento de militantes estudantis**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NADER, V.; BRITO, G. Nildo Ouriques e o governo Lula. **Unamerica**. Jan. 2011. Disponível em: www.unamerica.org.br/mailpress mailing_list sem-categoria/nildo-ouriques-faz-balanco-dos Acesso em 25/06/2015.

NEVES, L. M. W. “O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia”. **Reunião Nacional da ANPED**, Goiânia, 36, 2013.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, A. P. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OESSELMAN, D.J. “Liderança no processo democrático: observações acerca da atuação de conselho escolares (sic) em Belém”. **Ver a educação**, Belém, v.8, n.2, p. 17-38, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, A. de. **O protagonismo juvenil em uma escola da rede municipal de ensino em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, D. A. “As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago 2009.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OURIQUES, N. “Ciência e pós-graduação na universidade brasileira”. In: RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. (orgs.). **Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea**. Florianópolis: Insular, 2011. P. 73-108.

PAIVA, G. de A. G. de. **A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

PELLICCIOTTA, M. M. B. **Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PENTEADO, H. D. “As relações pedagógicas: a questão da autoridade e do autoritarismo”. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, n. 12, v. 1, p. 303-312, jan./dez. 1986.

PINTO, A. V. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez, 1986.

POERNER, A. J. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

_____. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 4ª ed. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 1995.

_____. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- PRADO JUNIOR, C. **Dialética do conhecimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PRATES, A. A. P. “Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, out. 1986. n. p.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.
- RAIMUNDO, L. **Finanças Solidárias e a luta contra-hegemônica: um estudo de caso sobre o Banco Comunitário União Sampaio e a Agência Popular Solano Trindade**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- _____. **Contribuições das Ciências Sociais na abordagem da Economia Solidária**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- REIS, A. M. dos. **O sentido do movimento estudantil contemporâneo pela voz dos estudantes da saúde**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- RODRIGUES, V. M. de S. **Carapintadas: estudantes na festa e na política**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- SADER, E. **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SAES, D. “Resenha: movimento estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.4, 1987. s. p.
- SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 1964**. São Paulo: Alínea, 2008.
- SANTOS, E. A. “Participação, autonomia e co-gestão na escola pública”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 68, p. 99-105, fev. 1989.

SANTOS, M. F. T. dos. **Mulheres no movimento estudantil: representações, discursos e identidades**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SAVIANI, D. “Brasil: a educação que temos na democracia em que vivemos. Educação formal para quem?”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 69-77, 1983.

SAVIANI, D. “Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação”. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. “Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios”. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 69, p. 119-136, dez. 1999.

_____. **Concepção de dissertação de mestrado centrada na ideia de monografia de base**. Revista Educação Brasileira, Brasília, v. 13, n. 27, p. 159-168, 2. sem. 1991.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. “A formação humana na perspectiva histórico-ontológica”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 422-433, set./dez. 2010.

SCHERER-WARREN, I. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”. **Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2004.

SCHLESNER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

SECCO, L. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo: Cortez, 2002.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, A. A. R. **Movimento estudantil de Serviço Social e partido político na contemporaneidade: contradições no período do governo Lula**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, J. M. da. “Escola e participação estudantil”. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 91-96, jul/dez. 1987.

SILVA, S. de O.; TUMOLO, P. S. “Formação política e projeto histórico de classe: a trajetória histórico-política do 13 de Maio NEP – núcleo de educação popular”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 118-131, ago. 2010.

SOUSA, J. T. P. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: FAPESP; São Paulo: Hackers Editores, 1999.

SPOSITO, M. P. “Os movimentos populares e a luta pela expansão do ensino público”. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, n.45, p. 25-28, mai. 1983.

TAKAHASHI, E. E. **Adolescentes e política no Brasil: Um estudo entre estudantes do 2º grau do interior de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1995.

TAVARES, M. R. **Juventude ou Classe Social? O Debate Teórico Acerca do movimento estudantil**. Monografia (Conclusão de curso) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

THERRIEN, J. “Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas”. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 5-16, jul./dez. 2004.

TRAGTENBERG, M. “A delinquência acadêmica”. In: RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. (orgs.). **Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea**. Florianópolis: Insular, 2011.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa qualitativa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRÓPIA, P. V. “A classe média em questão: o debate marxista sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais”. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, n. 7, 2008. n. p. Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN07TROPIA.P.pdf Acesso em: 25/06/2015.

TUMOLO, P. S. “Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate”. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 443-520, maio/ago. 2011.

_____. “O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível?”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr. 2005.

_____. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

VALLE, M. R. do. **O diálogo e a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968**. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1997.

VEIGA, L. “Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964)”. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n. 11, p. 25 -71, jan. 1982.

VIERA, S. F. **A quem serve a nova universidade? Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, p. 82-88, ago. 1986.

VIEIRA, C. E.; OLIVEIRA, M. A. T. de. “Thompson e Gramsci: História, Política e Processos de Formação”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 519-537, abr./jun. 2010.

YANAGUITA, A. I. “As políticas Educacionais no Brasil nos anos 1990”. In: **Simpósio Brasileiro/Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, 25/2., 2011, São Paulo. Anais. Disponível em:

www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0004.pdf Acesso em 25/06/2015.

ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. (orgs.) **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.